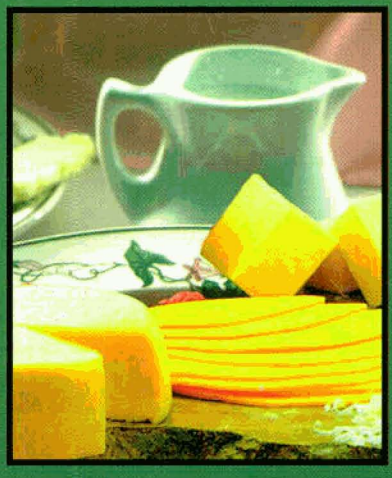
AGROANALYSIS

A REVISTA DE ECONOMIA AGRÍCOLA DA FGV

INSTITUTO BRASILEIRO DE ECONOMIA ■ CENTRO DE ESTUDOS AGRÍCOLAS ■ VOL. 18 ■ Nº 6 ■ 15 DE JUNHO DE 1998 ■ R$ 6,00

DA ÁGUA PARA O LEITE



A pecuária brasileira de leite avança, em vez de chorar o leite derramado

EXTRA!

E a agricultura argentina como vai? Vai muito bem, obrigado

FUNDAÇÃO GETULIO VARGAS
IBRE

ISSN 0100-4298
000006
9 770100 429988

Agronegócios - Quo Vadis?

36º CONGRESSO BRASILEIRO DE ECONOMIA E SOCIOLOGIA RURAL

10 A 14 DE AGOSTO DE 1998
PALACE CASSINO - POÇOS DE CALDAS - MG

O 36º Congresso Brasileiro de Economia e Sociologia Rural reúne, em Poços de Caldas, professores, pesquisadores e profissionais das empresas para o exame e discussão das potencialidades e oportunidades do complexo agroindustrial brasileiro.

O tema "Agronegócios - Quo Vadis?" será debatido em painéis enfocando a conjuntura e tendências do agribusiness; as diferentes cadeias agroalimentares (café, açúcar, grãos, carnes, produtos lácteos); participação do cooperativismo no agronegócio; impactos da integração econômica e da liberalização do comércio internacional no agronegócio; progresso tecnológico no século XXI; estrutura fundiária e a agricultura familiar; e gestão dos recursos ambientais no agronegócio.

Tem mais: completando a discussão do tema, cerca de 200 pesquisadores apresentarão os resultados dos mais recentes estudos sobre o complexo agroindustrial.

Não perca esta oportunidade única oferecida pela Sociedade Brasileira de Economia e Sociologia Rural - SOBER -, de participar de um evento que, com certeza, vai deixar uma marca indelével no agronegócio brasileiro.

SOCIEDADE BRASILEIRA DE ECONOMIA E SOCIOLOGIA RURAL
SRTN - Av. W/3 Norte, Quadra 702 – Edifício Brasília Rádio Center – salas 1049-1050
Tel./Fax: (061) 328-3144 – Tel.: (061) 327-1579 - CEP 70719-900 – Brasília – DF
E-mail: sober@tba.com.br – Web: http://www.ufv.br/der/sober/index.htm

Entrevista

Concedida a Patrícia Carvalho

CORTESIA DA EDITORA DA FUNDAÇÃO CETÚLIO VARGAS

"O produtor brasileiro de leite é competitivo"

Um dos responsáveis pela iniciativa de apresentar ao governo o SOS Leite, Jorge Rubez acredita que 1998 será um ano de mudança de rumos para a pecuária leiteira no Brasil.

Há sete anos à frente da Associação Brasileira dos Produtores de Leite B, agora denominada Leite Brasil, Jorge Rubez é o que se pode chamar de um "homem do leite". Neto e filho de produtores leiteiros, ele se formou em engenharia no Mackenzie, em São Paulo, embora tenha pensado a princípio em ser veterinário. O instinto de liderança começou quando o pai pediu que ele tomasse conta da fazenda. Daí para frente seus caminhos ficaram definitivamente ligados aos do setor leiteiro. E ele não se arrepende. Hoje, lutando para que problemas históricos do setor sejam resolvidos, Rubez afirma que o produtor brasileiro de leite é tão competente quanto o de países como Argentina e Nova Zelândia. "O que acontece é que lá eles produzem com maiores incentivos e em melhores condições", explica, lembrando que a produtividade brasileira não pode ser medida como atualmente. "O IBGE considera produtor de leite qualquer propriedade que produza pelo menos um litro por dia. Com isso temos 1,3 milhão de produtores de leite e a grande maioria não é profissional. Isso nos dá uma média distorcida de produtividade", ressalta.



Rubez: o governo comeu bola *permitindo as importações de leite.*

■ *Por que a mudança no nome da Associação Brasileira dos Produtores de Leite B para Leite Brasil?*

— Porque agora a entidade representa não só os produtores de leite B, mas todo o setor produtivo de leite. E aconteceu por iniciativa do próprio setor. No fim do meu primeiro mandato, há cerca de dois anos, recebi um abaixo-assinado dos cooperativados do sistema Paulista para que eu continuasse no cargo e transformasse a Associação do Leite B numa entidade que defendesse todos os produtores, porque com a abertura de mercado e uma série de problemas que vinham acontecendo o setor precisava de uma entidade forte que o representasse. Ao todo 36 cooperativas do sistema Paulista assinaram o pedido, junto com várias outras cooperativas independentes. Depois de conversar com a diretoria da associação, acabei ficando à frente da nova entidade, batizada de Leite Brasil. Essa entidade atualmente representa os produtores de leite, sejam eles de leite B, A, C e até longa vida, apesar de haver uma associação de leite longa vida, porque nós representamos hoje o produtor e não as categorias ligadas ao produto final.

■ *A produtividade brasileira ainda é baixa. Por quê? Como estão os avanços nesse aspecto?*

— No Brasil não temos estatísticas muito criteriosas. Temos algumas que misturam gado de leite com gado de corte. O rebanho leiteiro acaba sendo contado junto com gado mestiço e gado de corte. Por estas estatísticas, temos uma média distorcida. Não estou dizendo que tirando estas distorções nossa média seja boa. Não é. Mas principalmente entre os produtores profissionais temos uma média igual à da Europa, entre 500 e 700 litros/dia por produtor. Ou seja, esses produtores especializados têm vacas que tiram 17 a 18 litros por dia. A média de produtividade que as estatísticas oficiais apresentam é distorcida porque quando englobam os produtores não especializados a média brasileira cai para 50 litros/dia por produtor, ou seja 2,5 a 3 litros/dia por vaca. Vem ocorrendo um progresso, porque a nossa produção tem aumentado de 6% a 8% ao ano e não são os produtores não especializados que estão fazendo isso acontecer. Os pequenos produtores, que representam 60% do total de propriedades consideradas leiteiras, respondem apenas por 10% da produção nacional, que hoje é de 21 bilhões de litros/ano. E acho que ainda podemos crescer mais, até para atender à nossa demanda. Para isso precisaríamos de 2 bilhões de litros/ano a mais para suprir as necessidades do país. E podemos conseguir isso mediante o aumento da produtividade.

■ *Países como Nova Zelândia, Austrália e Argentina já alcançaram altos padrões de quali-*

dade e produtividade. O Brasil tem como alcançar padrões semelhantes dentro dessa nova realidade?

— Se tivéssemos as mesmas condições de produção desses países, com menos impostos, incentivo à compra de insumos etc., é evidente que teríamos como produzir nos mesmos padrões que eles. Mas no Brasil, 30% do preço do produto são impostos. Para comprar um implemento agrícola aqui paga-se uma fortuna, quando na Argentina o mesmo implemento sai pela metade do preço. Essas desigualdades existem em função de regras e condições de produção diferentes e não de maior competência para produzir. Se separarmos aqueles que são produtores de leite dos que não são, ficaremos nos mesmos patamares de produtividade. Nossa média de produção de 50 litros representa 60% dos produtores, que respondem por 10% da produção. Se tirarmos esses 60%, ficaremos apenas com os produtores especializados e aí teremos uma média de produção próxima à de países como a França ou da própria Argentina. Claro que estamos longe da produtividade dos Estados Unidos, Israel ou Dinamarca, próxima de 28 litros diários por vaca. Mas somos altamente competitivos.

■ *Quantos produtores existem atualmente no Brasil?*

— O IBGE considera produtor toda fazenda que tira pelo menos um litro de leite por dia. Nesse caso, temos 1,3 a 1,4 milhão de fazendas que produzem leite no país. Mas se excluirmos aqueles que tiram um ou dois litros por dia, esse número cai para 800 mil produtores. Um número muito elevado. Os pequenos produtores não têm na atividade leiteira sua principal atividade econômica. Se fizermos uma conta simplória sobre um produtor de 50 litros por dia, que é a média nacional, e considerarmos que ele receba R$0,25 por litro e que lucre 20%, o resultado é um ganho de R$75,00 por mês. Esse produtor, portanto, não vive do leite. Não depende do leite para continuar no campo.

■ *Os custos dos produtores especializados brasileiros têm baixado?*

— O custo de produção na Argentina está entre R$0,22 e R$0,23. Se além disso considerarmos que eles recebem pela proteína, pelo frio, pela produtividade, volume etc., concluímos que os produtores brasileiros são bastante competitivos, porque aqui produzimos em condições bem menos favoráveis. Eu diria que é muito difícil reduzir o custo de um produtor especializado no Brasil para além de R$0,30 ou R$0,31 por litro de leite de boa qualidade. Qualidade tem um custo, não vem de graça.

■ *No Brasil não há diferenciação nos preços pagos por fatores como leite resfriado ou proteínas?*

— Aqui algumas usinas estão começando a pagar pelo leite resfriado, mas ainda estamos engatinhando. Algumas usinas já estão pagando de R$0,32 a R$0,35. Mas nem todas pagam esse diferencial. Quanto ao pagamento por proteínas, o produtor brasileiro não recebe nada. Algumas usinas pagam um diferencial pelo volume, pela contagem global, uma diferenciação basicamente entre o leite B e o C. Atualmente um produtor especializado pode ganhar na escala, mas ainda assim é muito pouco frente aos custos.

■ *Como é a cadeia produtiva do leite?*

— A cadeia produtiva do leite tem como elo inicial o produtor. Se formos para o setor cooperativado, temos como próximo elo o carreteiro, que é quem vai apanhar o leite. O leite é levado para as cooperativas, que empacotam ou envazam, vendem na região, ou então mandam esse leite para a central. Entre as cooperativas e as centrais há um segundo frete, e ambos são cobrados do produtor. Com a indústria não é muito diferente. O produtor vende por um preço que ela determina. E muitas vezes vende o leite em consignação por um mês ou 15 dias e quando vai receber recebe menos porque a indústria alega que não deu para vender por mais. É um sistema arcaico de comercialização. Temos que acabar com essa história de consignação. Temos que ter um sistema de parceria, de contrato junto às indústrias e às cooperativas.

■ *Mas já se pode falar de discussões conjuntas dentro da cadeia produtiva? O setor tem discutido seus problemas?*

— No sistema cooperativado é um pouco mais fácil. Na indústria é mais difícil, porque são oligopólios que atuam de forma autoritária e que conversam muito entre si, mas não com os produtores. Na verdade o produtor não tem muito como intervir na questão dos preços.

■ *E com o SOS Leite, o setor teve oportunidade de discutir seus problemas?*

— O SOS Leite foi fruto de uma mobilização muito forte, na qual se uniram Leite Brasil, CNA, federações e um movimento político. Esse movimento foi iniciado por nós, os produtores. E com esse grupo começamos a sensibilizar a Comissão de Agricultura. Promovemos audiências públicas em todo o Brasil para ouvir produtores e iniciamos um trabalho muito forte na base. Unimo-nos a alguns deputados e levamos ao conhecimento do presidente da República os problemas do setor. Fizemos várias reivindicações e elas passaram a ser encaradas como problemas sérios. Conseguimos sensibilizar o governo para questões como prazos de pagamento para se importar leite. Conseguimos voltar a 30 dias em vez dos 500 que estavam sendo dados para a importações com financiamento. Conseguimos colocar em pauta a valoração aduaneira, pela qual se determina o valor do imposto que se tem que pagar como se fosse uma cota mínima. Muitas vezes o importador tira a nota a menor e por conseqüência paga um imposto menor, pelo valor da nota. Com a valoração não importa o valor da nota, porque já há um imposto específico a pagar. O SOS Leite está aprovado pelo Ministério da Agricultura e já foi entregue um documento no último dia 27 de maio ao presidente da República. É um documento enorme, que será nossa bíblia daqui para a frente e que representa várias conquistas. Agora só falta a aprovação da Câ-

É muito difícil reduzir *o custo de um produtor especializado no Brasil para além de R$0,30 ou R$0,31 por litro de leite de boa qualidade. Qualidade tem um custo, não vem de graça.*

mara, mas tenho certeza de que o projeto vai passar.

■ *Que outros problemas foram contemplados pela ação do SOS Leite?*

— Posso citar a anuência prévia. Os importadores de leite vão ter que passar pela Inspeção Federal, do Ministério da Agricultura, para que seja verificado quem está comprando e quem está vendendo esse leite e se ambos estão dentro das condições higiênico-sanitárias. Pedimos ainda financiamento para resfriadores, para formar pastagens, normas de produção, uma política definida para o leite, enfim.

■ *Está havendo concentração no sistema cooperativista?*

— Sim, há algum tempo tínhamos nove centrais e hoje temos duas ou três. Isso aconteceu porque, a partir dos anos 90, multinacionais como a Parmalat entraram comprando postos e instalações do setor cooperativado. Aconteceu também por causa da má administração de algumas cooperativas, que antes não tinham concorrência, só preços tabelados.

■ *Por quanto tempo o preço do leite foi tabelado?*

— Por 50 anos. Há apenas cinco estamos com os preços livres. E as cooperativas sentiram muito isso. Houve um descompasso muito grande entre um pessoal completamente primário para administrar e outras cooperativas que tinham pessoas muito competetentes. E ocorreu no cooperativismo em geral e não só no caso do leite. Antes não tínhamos abertura de mercado, competição. E aqueles que não acreditaram e continuam não acreditando, como algumas cooperativas, que a Parmalat ou a Fleishmann Royal fossem chegar e tomar mercado; os que continuaram a acreditar que as cooperativas eram abençoadas e intocáveis, morreram ou vão morrer muito brevemente.

■ *No caso das centrais, cada cooperativa filiada tem sua administração própria? Como elas estão se posicionando junto ao Reecop?*

— Hoje temos cerca de 350 cooperativas de leite, para se ter uma idéia. Cada cooperativa é independente. E este é o ponto crítico atualmente. Porque em cada cooperativa se tem pelo menos sete diretores, não sei quantos vice-presidentes e isso significa um custo operacional muito grande. É necessário enxugar esses custos. Essas questões vêm sendo discutidas dentro do Reecop. Tem que haver uma adequação e cada cooperativa tem que começar a procurar o interesse maior que é o lucro, como fizeram as multinacionais. Vieram para cá e enxergaram as coisas pelo vidro dianteiro e não pelo retrovisor. Fusões e maior concentração vão acontecer inevitavelmente. Não nas centrais. As que sobraram estão profissionalizadas. Mas entre as cooperativas filiadas ou independentes há muitas ainda disputando espaços muito próximos. E para entrar no Reecop, se não se provar que a cooperativa é viável, que vai ser profissionalizada, os recursos não saem.

■ *Nos principais países produtores de leite, o sistema cooperativista é muito forte ou a globalização está mudando esse cenário?*

— É muito forte nos países produtores. Mas o atual cenário de globalização e alta competitividade não está afetando muito o sistema, até porque na maioria dos países produtores já houve um processo de concentração e de adequação. As cooperativas que ficaram se profissionalizaram. Nos Estados Unidos, por exemplo, elas não fazem transformação. Vendem para as indústrias, e são muito fortes.

Os que não acreditaram *que a Parmalat ou a Royal fossem chegar e tomar mercado, ou acharam que as cooperativas eram abençoadas e intocáveis, morreram ou vão morrer muito brevemente.*

■ *Mas, no caso do Brasil, agregar valor ao produto através das cooperativas é interessante?*

— É interessante se fizerem bem feito. Se não, quebram. Vamos pegar o caso da Nestlé, uma empresa multinacional que atua no mundo inteiro. Ela administra seus postos de captação, e estes podem ser comparados a uma cooperativa filiada a uma central. Qual a diferença? A administração. Estes postos têm quatro ou cinco empregados, um custo operacional baixíssimo etc. É assim que as cooperativas têm que aprender a administrar, de forma racional. Porque a Nestlé sabe que ter um posto de captação aqui e outro a cinco quilômetros não é racional. Então ela fecha um posto. É simples.

■ *O surgimento do leite longa vida afetou muito o mercado do leite?*

— Mudou muito o cenário. Canibalizou demais o leite pasteurizado, comeu mercado, e hoje vende mais que o pasteurizado. Mas o longa vida não fez nenhum milagre. Simplesmente teve uma estratégia de mercado. Pagou mal ao produtor para poder acertar o posicionamento e mudou hábitos. E nessa mudança de hábitos o setor do leite pasteurizado não fez nada para acertar seu posicionamento, ou para se reposicionar. O longa vida, por ter maior durabilidade fora da geladeira, se firmou como um produto muito prático. A dona-de-casa aderiu. No Brasil o leite longa vida já tem mais de 50% do mercado.

■ *Procedem as denúncias de importação de leite em pó subsidiado, através de operações triangulares via Uruguai e Argentina? Que providências estão sendo tomadas para coibir esta prática?*

— As denúncias têm fundamento. A triangulação funciona da seguinte forma: a Argentina, por exemplo, compra um leite subsidiado da União Européia, e como a tarifa externa comum da Argentina é de 16% e a nossa é de 33%, e da Argentina para cá é zero, ela compra da Europa, processa, coloca na sua embalagem e vende para o Brasil. Isso é triangulação. É *dumping*. É contra as normas da OMC. Já fizemos um levantamento, colhemos provas e fizemos uma denúncia de *dumping* contra a Argentina. Já foi protocolada e está na Secretaria de Comércio Exterior. O problema é que é um processo demorado. Há muita burocracia e para provar, não basta denunciar.

■ *Quanto tempo demorou a busca de provas?*

— Para reunir as provas e apresentar o caso demoramos quase um ano. Agora que já foi protocolado, se a Secretaria de Comércio Exterior decidir que nós temos razão, ela pode impor uma

tarifa provisória. A próxima etapa é o governo levar o problema à OMC. E aí é o governo brasileiro quem está discutindo o assunto, não nós, os produtores.

■ *No Mercosul, como o senhor avalia a atuação do governo brasileiro? Os acordos prejudicaram a competitividade de setores como o de leite?*

— O governo de certa forma *comeu bola*, como se diz. E isso porque Argentina e Uruguai já tinham vivência como exportadores. Nós não tínhamos essa vivência. Eles produziam mais do que consumiam, então tinham que exportar. Eles tinham um *know how* que o Brasil não tinha. O Brasil sempre foi importador de leite. Então na época o governo achou que quanto mais barato o leite entrasse aqui melhor para a sociedade. Só que esqueceu que isso causaria desemprego no setor, que haveria sacrifícios para o setor. Com o tempo, governo e nós mesmos fomos aprendendo as regras do jogo. E hoje é nosso parceiro na busca de soluções para os problemas.

■ *Há um trabalho para normatizar a produção, este trabalho está pronto?*

— Está. Foi solicitado ao ex-ministro da Agricultura, Arlindo Porto, e ficou determinado que deveria ser discutido no âmbito da produção, da usina, o que foi feito com a ajuda de professores, de técnicos e da Embrapa. Agora estamos analisando, para que seja aprovado ainda este ano. A principal função dessa normatização será definir padrões de qualidade. Não se sabe determinar hoje o que é leite. Aquele negócio que fica lá na beira da estrada, no sol, à espera do caminhão passar para pegar depois de duas horas, é leite? Acho que não. Então as normas vão traçar critérios claros sobre isso. Que padrões o leite pode ter, como tem que chegar à usina, que tipo de manutenção teve etc. Outra coisa é a obrigatoriedade de todos os leites serem resfriados, de terem a contagem obrigatoria de bactérias. Essas regras e normas podem ser facilmente colocadas em prática porque já existe a infra-estrutura para fiscalizar isso. Todas as usinas têm laboratórios e um funcionário da Inspeção Federal.

■ *A normatização abre caminho para o pagamento diferenciado por leites de melhor qualidade?*

— Claro. Não podemos querer que um leite de boa contagem global, com um padrão de qualidade enfim que o faça durar 10 dias na geladeira, tenha o mesmo preço do que dura um só dia, porque coalha se ficar na geladeira dois dias. Se não fizermos essa diferenciação, não temos como ter preços melhores. E ao mesmo tempo, sem essa diferenciação nos preços, não dá para ter qualidade, porque qualidade tem custo. É uma mudança nos padrões de produção. Só para dar um exemplo, para se ter um leite de qualidade comprovada é necessário fazer testes de mamite todos os dias. Na prática, isso significa tirar de cada vaca uma canequinha e se na produção de alguma delas houver vestígios de mamite, esse animal tem que ser isolado e seu leite não pode sair da fazenda. Isso significa custos. Outro ponto que implica a qualidade maior ou menor do produto é o da assepsia das tetas da vaca. Fazer higienização antes e depois de cada ordenha. É uma produção trabalhosa, que envolve muita mão-de-obra. E cara.

■ *O padrão de consumo do brasileiro mudou?*

— Após o Plano Real o consumo interno aumentou de 90 para 140 litros *per capita* ano. Foi um aumento substancial, mas é um consumo ainda abaixo daquilo que a Organização Mundial da Saúde recomenda, que é de cerca de 220 litros *per capita* ano. De qualquer forma, o consumidor brasileiro ficou mais exigente. Aprendeu com a abertura de mercado que há opções. Hoje ele tem à disposição queijo da Alemanha, queijo dinamarquês, leite da Argentina com ferro, sem ferro...

O Brasil tem hoje *talvez o melhor rebanho de Jersey do mundo. Do gado holandês temos um rebanho de elite tão bom quanto o Canadá ou Estados Unidos, e isso porque utilizamos os touros bons deles.*

■ *Que elementos ajudaram a aumentar a produtividade dos produtores especializados nos últimos anos?*

— Hoje utilizamos várias técnicas que aumentam a produtividade, como concentrar o gado e utilizar silagem. Em vez de o gado ir à comida, o produtor leva a comida aonde ele está concentrado. Temos também rebanhos semi-intensivos, nos quais o gado é tratado, mas também fica solto no pasto um certo tempo. E há outras técnicas que vêm sendo utilizadas como o pastejo rotativo. Em termos de genética também avançamos muito. O Brasil tem hoje talvez o melhor rebanho de Jersey do mundo. Do gado holandês temos um rebanho de elite tão bom quanto o Canadá ou Estados Unidos, e isso porque utilizamos os touros bons deles. Cresceu muito a utilização da inseminação artificial e isso tem se refletido em rebanhos de ótima qualidade. Mas o que mais influi na produtividade é o manejo, que inclui ração, remédios feitos à base do próprio hormônio da vaca para aumentar a produção, melhoria do uso dos sais minerais, etc. E atualmente temos maquinários que fazem melhor a mistura da ração e novas técnicas de silagem. Temos um arsenal tecnológico respeitável.

■ *Como o senhor está vendo o futuro do setor leiteiro no Brasil?*

— Se o produtor tiver vontade, se fizer com que suas entidades tenham representatividade, se apoiar seus representantes políticos, temos um belo futuro pela frente. Agora, se continuar sendo pouco participativo, nada vai mudar.

■ *Como está a organização política do segmento de leite e derivados no Brasil?*

— O setor nunca teve representação política. Agora estamos conseguindo chamar a atenção do governo para nossos problemas, conseguimos a adesão de alguns deputados para as questões referentes ao setor, quando a bancada agrícola comprou a nossa briga, e foi dessa maneira que conseguimos obter conquistas como o SOS Leite. Mas isso vai depender da resposta que a classe agropecuária vai dar a eles nas próximas eleições. Vamos apoiar estes deputados para a reeleição, vamos divulgar uma lista daqueles que trabalharam por nós. Mas o setor tem que entender a importância de ter representação política e entender que seu apoio e participação são fundamentais para que consigamos avançar.

Agrodrops

Prêmio Gerdau Melhores da Terra

O Melhores da Terra é há mais de 15 anos a mais importante premiação dirigida à indústria de máquinas e equipamentos agrícolas na América do Sul. O evento é resultado de parceria com a Secretaria de Estado da Agricultura e Abastecimento do Rio Grande do Sul e acontece durante a Expointer de Esteio, RS. As inscrições para a categoria Destaque vão até 10 de julho e para a de Novidade até 14 de agosto. Informações: tel. (051) 3232422; fax (051) 3232295; e-mail: cos@gerdau.com.br

Revista Cargill

Em sua edição de maio-jul. 98, a *Revista Cargill* informa sobre novidades da indústria de alimentos e fala de sua nova filosofia de trabalho. Pedidos pelos telefones (011) 56943992/3446 e pelo fax (011) 56943380.

Festa do Peão de Boiadeiro de Barretos

Este ano a 43ª Festa do Peão de Boiadeiro de Barretos começa no dia 21 de agosto e termina dia 30. Informações pelo fax (011) 2841727 e pelo e-mail portavoz@wm.com.br

Prêmio Nelore de Ouro

A diretoria da Associação dos Criadores de Nelore do Brasil premiou em 26 de maio a Lagoa da Serra como melhor central de inseminação artificial. Informações: tel. (011) 2806400 e e-mail texto@zaz.com.br

XX Congresso Mundial da Raça Simental

O congresso acontece entre 3 e 13 de setembro em Goiânia e Uberlândia. Mais detalhes pelo tel. (011) 2806400 e pelo e-mail texto@zaz.com.br

Mapa de solos do Brasil em mídia digital

O mapa que já existia mas agora, digitalizado, facilita consultas para identificar regiões mais próprias a determinado cultivo. Disponível em Sistema Arc-Info e SGI-Inpe, com projeção policônica. Informações com a Embrapa, tel. (021) 2744999, ramal 278; fax (021) 2745291 e e-mail carlos@cnps.embrapa.br

Nova ferrovia

A Ferronorte e a Cargill comemoraram no dia 3 deste mês a chegada do primeiro carregamento de soja, embarcado no terminal de Inocência (MS), km 110 da nova ferrovia.

Impacto da fome

O Grupo Consultivo de Pesquisa Agropastoril da Universidade de Brasília reuniu na capital federal 350 executivos das 16 maiores instituições de pesquisa agropecuária do mundo para discutir caminhos na redução do impacto da fome da população planetária.

38º Congresso Brasileiro de Olericultura

Será de 26 a 31 de julho, no Centro de Convenções de Petrolina, PE. A promoção é da Sociedade de Olericultura do Brasil. Mais informações pelo tel. (081) 8621711, ramal 142. Fax (081) 8621744. E-mail 38cbo@cpatsa.embrapa.br

36º Congresso de Economia e Sociologia Rural

Acontece de 10 a 14 de agosto, no Palace Cassino, Poços de Caldas, MG. Mais informações pelo telefax (031) 3713377 ou pelo e-mail minaspla@bhnet.com.br

Alimentação animal

Para obter exemplares da revista *Sindirações*, do Sindicato Nacional da Indústria de Alimentação Animal, basta ligar para o tel. (011) 2113933 ou para o fax (011) 2109216. O e-mail da revista é: sindiracoes@link.com.br

A arte de manipular a natureza nos cursos da ZMC

Cursos de flores só poderiam ser dados em Holambra, SP, o maior centro produtor do país. É em Holambra que a ZMC está instalada, e reúne os mais competentes professores na área de floricultura, jardinagem e paisagismo. Telefax (019) 8201724.

Revista da Sociedade Rural do Paraná

O tema de capa deste mês é "O agribusiness do novo milênio". Pedidos pelo telefax (043) 3285656.

Cartas

Comercialização no vale do São Francisco

Somos agrônomos do Serviço Alemão de Cooperação Técnica e Social (DED), trabalhando em três projetos especiais dos reassentados da Barragem Itaparica do submédio do vale do São Francisco na área de comercialização dos produtos agrícolas e economia rural.

O universo dos três projetos abrange cerca de 2.500 famílias, das quais 1.100 estão produzindo. As demais 1.400 começarão neste ano. A totalidade da terra irrigada vai chegar a 9.300ha no fim do ano. Os produtos principais dos agricultores familiares são milho, tomate, cebola, feijão, banana, goiaba, mamão e coco.

Foram fundadas duas cooperativas para comercializar os produtos agrícolas e mais duas serão fundadas em breve. Mas as cooperativas têm pouca experiência, e estamos à procura de informações sobre os diversos caminhos para entrar no mercado: 1. bolsa de mercadorias agrícolas para os produtos mencionado; 2. rede de supermercados; 3. agroindústria; 4. atacadistas.

Procuramos também informações sobre conjuntura dos mercados e preços e qualidade dos produtos agrícolas. Para isso solicitamos documentos, publicações, materiais didáticos nessa área. Agradecemos qualquer apoio. Naturalmente nos propomos a cobrir os custos desse material.

LANKA E MANFRED
Sta. Maria da Boa Vista, BA
E mail: lama@netcap.com.br

Separatas de AGROANALYSIS

Artigos de AGROANALYSIS *podem ser reimpressos sob encomenda, para apoio a aulas, palestras, educação continuada de funcionários etc. Pedidos pelo telefone (021) 536- 9196, pelo fax (021) 536- 9155, pelo* e-mail *assine@fgv.br ou pelo correio. O endereço para correspondência é Praia de Botafogo, 190, sala 813, Rio de Janeiro, CEP 22253-900.*

LIGUE GRÁTIS: 0800-21-7777

É permitida a reprodução total ou parcial dos índices e matérias desde que seja citada a fonte.

FUNDAÇÃO GETULIO VARGAS

Instituição de caráter técnico-científico, educativo e filantrópico, criada em 20 de dezembro de 1944, como pessoa jurídica de direito privado, tem por finalidade atuar no âmbito das Ciências Sociais, particularmente Economia e Administração, bem como contribuir para a proteção ambiental e o desenvolvimento sustentável.

Sede: Praia de Botafogo, 190 – Rio de Janeiro – RJ, CEP 22253-900 ou Caixa Postal 62.591, CEP 22257-970. Tel.: (021) 536-9100.

Presidente Fundador:
Luiz Simões Lopes

Presidente:
Jorge Oscar de Mello Flôres

Diretor Geral:
José Affonso Fausto Barbosa

Conselho Diretor

Presidente:
Jorge Oscar de Mello Flôres

Vice-Presidentes:
Francisco Oswaldo Neves Dornelles, Carlos Ivan Simonsen Leal e Marcos Cintra Cavalcanti de Albuquerque.

Demais Vogais:
Celina Vargas do Amaral Peixoto, José Luiz Miranda, Luiz Fernando da Silva Pinto, Manuel Fernando Thompson Motta, Manuel Pio Corrêa Jr., Marcílio Marques Moreira, Roberto de Oliveira Campos e Roberto Paulo Cesar de Andrade.
Suplentes: Alfredo Américo de Souza Rangel, Carlos Alberto Pires de Carvalho e Albuquerque, Daniel Dantas, Eugenio Emílio Staub, Gilberto Dupas, José Julio Senna, Oswaldo Antunes Maciel, Pedro Leitão da Cunha e Maria Silvia Bastos Marques.

Conselho Curador

Presidente:
Carlos Alberto Lenz Cesar Protásio
Vice-Presidente: Armando Klabin (Klabin, Irmãos & Cia.)

Vogais:
Antonio Monteiro de Castro Filho (Souza Cruz SA), Associação de Bancos do Estado de São Paulo, Banco Credit Commercial de France SA, Diogo Lordello de Mello, Domingos Marques Grêllo, Edmundo Penna Barbosa da Silva, Félix de Bulhões (SA White Martins), Gustavo de Sá e Silva (Estado de São Paulo), Heitor Chagas de Oliveira, Instituto de Resseguros do Brasil (IRB), José Ephim Mindlin, Marcos A. Magalhães (Philips do Brasil Ltda.), Mario Abrantes da Silva Pinto, Mauro Salles (Salles, DMB&B Publicidades SA), Paulo Guilherme Aguiar Cunha (Cia. Ultragás SA), Sergio Franklin Quintela, Sindicato das Empresas de Seguros Privados e Capitalização do Rio de Janeiro e Theodoro Arthou.

Suplentes:
Cristiano Buarque Franco Neto (Banco Bozano Simonsen SA), Guilherme Augusto Frering (Caemi Mineração e Metalurgia SA), João Pedro Gouvêa Vieira Filho (Refinaria de Petróleo Ipiranga SA), Jorge Paulo Lemann (Banco de Investimento Garantia SA), Lineu de Paula Machado (Banco Boavista SA), Luiz Roberto do Nascimento e Silva, Marcio João de Andrade Fortes, Maria do Carmo Nabuco de Almeida Braga (Icatu Empreendimentos e Participações SA), Patrick de Larragoiti Lucas (Sul América Terrestres, Marítimos e Acidentes – Cia. de Seguros), Pedro Henrique Mariani Bittencourt (Banco da Bahia Investimentos SA), Roberto Duailibi (DPZ Propaganda SA) e Fernando Roberto Moreira Salles (União de Bancos Brasileiros SA).

Conselho Consultivo
Carlos Moacyr Gomes de Almeida, Eliezer Batista, Gilberto Duarte Prado e Roberto Borges Martins (Estado de Minas Gerais).

Instituto Brasileiro de Economia
Diretor:
Antonio Salazar P. Brandão

Banco de Dados IBRE
Salomão L. Quadros da Silva

Centro de Estudos Agrícolas
Ignez Vidigal Lopes

Centro de Estudos de Empresas
Sergio Gustavo S. da Costa

Centro de Estudos de Economia e Governo
Lia Valls Pereira

Centro de Estudos de Preços
Paulo Sidney de Melo Cota

Centro de Estudos Tendenciais
Eden Gonçalves de Oliveira

Revista Conjuntura Econômica
Lauro Vieira de Faria

AGROANALYSIS

Revista mensal de economia agrícola da Fundação Getulio Vargas, editada pelo Centro de Estudos Agrícolas do Instituto Brasileiro de Economia.

Fundador
Julian M. Chacel

Chefe do CEA/IBRE
Ignez Vidigal Lopes

REDAÇÃO

Redator chefe
Regis Alimandro

Redatores setoriais
Dan Biller (meio ambiente e recursos naturais), Eliana Leite (arroz, feijão, meio ambiente, tomate, mandioca, caju). Irene Raguenet Troccoli (fumo, milho, avicultura, suinocultura, laranja), Luiz Antônio Pinazza (pecuária de corte e de leite e política agrícola), Maria José Cyhlar Monteiro (preços, previsão de safras, legislação e índice FGV-Abag), Mauro de Rezende Lopes (comércio internacional, política agrícola), Regis Alimandro (café), Rogério F. de Souza (indicador do preço do milho).

Equipe de colaboradores
Adib Jamil Amin, Lucio Junqueira Campos (estatísticas de preços), Ana Célia Junqueira Campos, Edmilson Pereira Conceição, Mário Augusto Rodrigues Martins (apoio técnico), Joaquim Andre Villanova (açúcar e álcool).

Redatores
Maria Adelaide Amorim Oliveira e César Garcia

Direção de arte & capa
Osvaldo Moreira da Silva

Revisão
André Pinheiro

Contatos com a redação pelos tels.: (021) 536-9213, 551-7995 e 536-9225 e fax: (021) 536-9207.

Técnico em processamento
Bruno da Silva Júnior

Estagiários
Alessandra Santos Vaz, Juliana da Silva Prado, Marcus Tadeu Vilaça Pessôa, Raquel da Silva Guedes e Viviane Basilio Seda

Secretaria e apoio administrativo
Claudia Ana Marques, Eliane dos Santos Botelho, Antonio Getúlio de Oliveira.

PUBLICIDADE

Gerente comercial:
Carlos Henrique Tibiriçá Miranda, tel.: (021) 536-9269, fax: (021) 536-9207, *e-mail*: caique@fgv br

Representantes comerciais
Brasília - DF: tel. e fax: (061) 314-1541 e 322-2034; *Rio de Janeiro - RJ*: tel.e fax: (021) 533-3121; *São Paulo - SP*: telefax.: (011) 3061-9754; *Rio Grande do Sul*: (051) 343-8423. Fax: (051) 337-4262

CIRCULAÇÃO

Gerente comercial (Editora FGV)
Carlos Hamilton Rocha

Serviço de Vendas
Praia de Botafogo, 190 s/607, CEP 22253-900 ou Caixa Postal: 62.591, CEP 22252-970, Rio de Janeiro, RJ, tel.: (0800) 21-777

Livrarias

Rio de Janeiro
Livraria J. Carneiro Felipe
Praia de Botafogo, 188
tel.: (021) 536-9105

São Paulo
Livraria Faria Lima
Av. Nove de Julho, 2.029
tel.: (011) 281-7875.

Visite nossa home page
http://www.fgv.br

As cartas dos leitores devem ser remetidas para AGROANALYSIS *– Praia de Botafogo, 190, sala 813, Rio de Janeiro – RJ, CEP 22253-900, fax: (021) 536-9207*

Nesta edição

pág. 10 *Especial*
Mercado de leites
Novos tempos 10
Mercado internacional:
Vacas de alta produtividade 18
Gestão:
Sob medida para o Brasil 20
SOS Leite:
A pecuária de leite vai à luta 24

pág 30 *Extra!*
Argentina:
Ilha de prosperidade 30
Pequeno produtor rural:
Espécie em extinção 35
Eleições & setor rural:
Em nome do poder 37

pág 40 *Conjuntura do agribusiness*
Frango: Problemas à vista 40
Café: Fatia maior ao produtor 42
Milho: Mercado amadurecido 43

pág. 44 *Estatísticas agropecuárias*
Queda na relação de trocas 44
Clima eleva os preços 45
Muita oferta e pouca demanda 46
Preços voltam a cair 47

pág. 48 *Índice FGV-Abag*
Tendência de queda 48

pág. 50 *Oferta & demanda*
Ovos:
Concorrência chinesa abala o mercado 50

pág. 51 *Legislação agrícola*
Seca, reforma agrária e financiamento da safra 51

pág. 58 *Panorama agropecuário*

pág. 62 *Janela aberta*
Dando nome aos peixes 62

Carta verde

Preços com sotaque argentino

Desde os tempos do *plante que o João garante* o Brasil pegou a mania de anunciar sucessivas supersafras. A colheita de 1998 está estimada em 78 milhões de toneladas de grãos. Não é um mau resultado; mas não merece o título de supersafra, até porque em 1995 colhemos mais de 80 milhões de toneladas.

Também vem dos anos 80 o desafio de alcançarmos os 100 milhões de toneladas, agora anunciados como meta governamental para o ano 2000.

É uma meta ambiciosa? Sim e não.

No período 1970-85, a área plantada de grãos cresceu de 27 milhões de hectares para 40 milhões e a produção de grãos saltou de 31 para 60 milhões de toneladas. Daí para a frente, a área estagnou, variando entre 37 e 42 milhões de hectares e hoje percorre discreta,mas continuada tendência baixista. Mas a produção continuou crescendo, refletindo avanços da produtividade, até alcançar o patamar dos anos 90, entre 70 e 80 milhões (com exceção dos dois primeiros anos, quando as safras quebraram).

Se além dos ganhos de produtividade o Brasil tivesse mantido a área utilizada no processo produtivo do final dos anos 80 – ao redor dos 42 milhões de hectares –, aos níveis atuais de produtividade, a produção já estaria na casa dos 90 milhões de toneladas.

E por que não conseguimos manter a área do final dos anos 80? Por várias razões, a maioria delas na ponta da língua de quem acompanha a economia agrícola brasileira: planos econômicos inflando artificialmente a dívida da agricultura, câmbio sobrevalorizado, juros altos, impostos exagerados, protecionismo nos países desenvolvidos e por aí vai.

É o ambiente macroeconômico interferindo nas decisões locais de investimento. Prova disso é o desempenho recente da agricultura argentina, que é objeto de extensa análise nesta edição. A Agrofolha, da *Folha de S. Paulo*, recorrentemente toca nesse assunto, o que nos motivou a investigar mais a fundo o tema.

As semelhanças entre os dois países são várias. A Argentina viveu há pouco a loucura hiperinflacionária; o Brasil também. A vocação agrícola dos dois países é óbvia e ambos foram submetidos a processos forçados de industrialização.

E como anda a agricultura argentina? Surpreendentemente bem, a julgar pelo desempenho da brasileira. O endividamento é baixo e vem caindo em relação ao valor da produção, ano após ano. A produção vem crescendo a taxas elevadas. Em 1991, a colheita foi de 35 milhões de toneladas; este ano a safra alcançou 64,4 milhões.

Esse fato ganha importância ainda maior tendo em vista a vigência do Mercosul. É óbvio, mas nem todos se deram conta. Com o Mercosul, a produção agrícola argentina, assim como a dos demais signatários, interfere no processo de formação dos preços agrícolas do Brasil como se estado brasileiro fosse. Não há diferença se a expansão agrícola ocorreu na Argentina, no Uruguai, em Minas ou em Goiás. O aumento da produção derrubará os preços em São Paulo do mesmo modo. Isso, de um lado, favorecerá a estabilidade monetária no Brasil; de outro, dificultará ainda mais a capitalização da agricultura brasileira. A história agora é outra. Aos olhos do mundo dos negócios, o que importa é a safra do Mercosul, não mais a do Brasil e de cada um dos países. Resta saber que parcela da oferta do Mercosul será da responsabilidade do Brasil.

Novos tempos

LUIZ ANTONIO PINAZZA E REGIS ALIMANDRO

No sistema agroindustrial de leite, o cooperativismo é uma referência internacional, tanto pela sua adequação à natureza da atividade como pela valorização da produção. Nos EUA as cooperativas administram mais de 80% da produção – 50% nos anos 50 – e na Nova Zelândia atingem a totalidade. No Brasil, a realidade é bem díspar daqueles países. Não obstante, há revelações instigantes a investigar.

Pelos números da Organização das Cooperativas Brasileiras de 1997, a produção de leite envolvia então 1 milhão de cooperados e 1.400 cooperativas. Juntos respondiam por aproximadamente R$17 bilhões em vendas domésticas e mais de US$1 bilhão em exportação.

Na cadeia de leite e derivados, é bem provável que a participação do cooperativismo nacional não encontre paralelo em outros agronegócios. O setor administra 50% da produção do leite tipo C sob inspeção federal; 80% da produção de leite B; 30% do leite longa vida integral; 75% do leite longa vida desnatado; 25% do leite em pó integral; 42% do leite em pó desnatado; 35% da produção de queijo, 50% da produção de manteiga, 40% da produção de iogurtes, 30% do doce de leite e 40% da produção de outros lácteos. Esses registros vistosos da Confederação Brasileira de Cooperativas de Laticínios para 1997 correm porém o risco de ser ofuscados num cenário de médio prazo.

Na verdade, apesar de sua representatividade na produção nacional de leite e derivados, o cooperativismo está longe de singrar um mar de tranqüilidade. O ambiente atual promove reestruturações na cadeia produtiva e exige planejamento de rotas alternativas. Atitudes drásticas têm sido tomadas, sob o risco de não sobrar pedra sobre pedra. Assim como acontece quase em regra no agribusiness brasileiro, a ordem do mercado para o setor lácteo está sendo ditada em cima de quatro processos básicos:

- a desregulamentação de produção e comercialização, com o fim do controle de preços, tabelamentos e importações exercidas pelo governo, que tanto desestimularam o setor na prática de inovação e criatividade;
- a instituição e avanço do Mercado Comum do Cone Sul (Mercosul), onde a Argentina e o Uruguai espiam com interesse particular o mercado nacional para despejar seus excedentes;
- a abertura comercial, com exposição maior do leite e derivados lácteos nacionais à concorrência de produtos e empresas do exterior;
- a estabilidade econômica a partir do Plano Real, passando a exigir maior ênfase na gestão, produtividade e qualidade dos agronegócios.

Em resumo, os quatro elementos referidos acima, em poucos anos, destruíram o modelo que historicamente norteou as relações entre criadores, indústria, governo e consumidores. Hoje, a cadeia opera de outra forma e força as organizações a formularem estratégias de ação. Agora, a ordem é encontrar caminhos e saídas, numa corrida veloz contra o tempo.

Reinventando as cooperativas

Seria uma falácia dizer que o mundo cooperativista está com os dias contados. Longe disso, o setor pode ter um papel muito importante para a modernização do setor lácteo nacional. A exemplo de muitas outras empresas, terá porém que enfrentar alguns desafios que contemplem cinco blocos básicos de mobilização:

1. realizar de forma generalizada operações amplas de fusões, compras, vendas e parcerias, com ganhos de competência e consolidação no espaço econômico, sem individualismo, bairrismo e regionalismo;
2. encontrar novas formas e fontes de financiamento, já que o associado não consegue fornecer a capitaliza-

1. Números do cooperativismo no setor de laticínios

	EUA	*Brasil*
Participação das cooperativas (%)	80	51
Produção anual (bilhões de litros)	70	20
Número de produtores (mil)	130	1.400
Produtividade (litros/produtor/dia)	1.500	37
Faturamento anual (US$ bilhões)	18	5

Fonte: OCB.

2. Brasil: Produção, importação e consumo de leite

Ano	*Produção*	*Importação*	*Consumo*
1986	12,4	2.319	94,0
1987	12,9	813	110,0
1988	13,5	214	100,6
1989	14,1	1.357	98,2
1990	14,9	906	108,6
1991	15,0	1.313	106,3
1992	15,8	276	111,5
1993	15,6	632	107,5
1994	16,0	1.250	107,0
1995	18,0	3.200	112,8
1996	19,0	2.450	136,1
1997	20,4	2	138,4

Fontes: IBGE, MA, MF, CAN.

3. Brasil: Recepção de leite

	1996	
Empresas	*Recepção anual*[1]	*Produtores*[2]
Nestlé	1.432	39,2
Parmalat	1.068	35,8
Paulista	1.059	25,4
Itambé	740	20,1
Elegê	670	43,9
Grupo Mansur	302	8,3
Fleishmann	280	9,5
Danone	173	2,0
CCPL	171	12,2
Batavo/Agromilk	165	10,7
CCGL/Avipal	80	44,0

Fonte: Leite Brasil.

[1]Em milhões de litros. [2]Em mil.

ção tão necessária para a modernização do parque industrial das cooperativas, bem como para lançar novos produtos, na velocidade requerida pela concorrência e o mercado;

3. redefinir o foco do agronegócio para se concentrar em sua competência essencial;
4. implantar uma administração profissional e competente, sem que os proprietários percam ou transfiram irresponsavelmente o controle da gestão;
5. estar consciente de que as mudanças não pararão e de que a administração fundamentada no modelo mecanicista, linear e repetitiva, não tem condições de garantir a sobrevivência de nenhuma firma, seja cooperativista ou não.

Defesa de mercado contra importações subsidiadas

A triste lição é que as décadas de intervenção do governo não trouxeram grandes benefícios nem para o consumidor nem para o produtor. O tabelamento de preço freava a modernização da pecuária leiteira. Simultaneamente, os anseios do consumidor não eram atendidos nos aspectos de qualidade, preço e disponibilidade do produto no mercado. O resultado foi nefasto: surgiu um setor deficiente e marcado por crises recorrentes de abastecimento. Ofertada por importações altamente subsidiadas nos países de origem, a sociedade não percebia esse prejuízo. Com o fim dos controles de preço, abertura comercial e estabilidade monetária, o segmento produtor está exposto a um grau de competição muito maior, e quem ganha é o consumidor final.

Enquanto o Brasil não conquista a auto-suficiência no leite, países exportadores adotam posições agressivas para colocar o produto no mercado nacional, mesmo em momentos em que a disponibilidade interna é suficiente. Alguns fatores internos que facilitam a vida dos supridores estrangeiros:

- vigência de prazos de pagamento dilatados (até 360 dias) a juros internacionais bem menores do que os praticados internamente;
- menor imposto de importação dos produtos que saíram da Lista Dallari, a exemplo do queijo;
- menor base efetiva de incidência do imposto de importação, que é de 27% para o leite em pó, em razão do subfaturamento nas importações do leite em pó;
- concorrência desleal provocada pelos preços internacionais subsidiados;

- dificuldades de planejamento dos segmentos da cadeia, dado a danças nas tarifas de importação. Para deixar qualquer um em desatino, o queijo teve oito alterações, com as tarifas variando de 2 a 30%.

Os problemas vão mais longe. A taxação do leite proveniente da UE é de 27% e para os países do Mercosul de 16%. Com uma simples triangulação no fluxo do produto, da UE passando pela Argentina e chegando ao Brasil, consegue-se um ganho de 11 pontos percentuais no pagamento de imposto. Existem fortes suspeitas de que isso esteja acontecendo. O volume de produtos adquiridos pela via portenha superou a sua capacidade de produção. Um fato de no mínimo causar estranheza e suspeita.

Por sua vez, das compras externas

Fabricantes de iogurte regionais e de menor porte começam a abocanhar um pedaço dos grandes concorrentes. As estimativas dizem que já chegam a 13%.

Reestruturação na indústria de queijo

Pelas estatísticas da Associação Brasileira das Indústrias de Queijo (Abiq), de 1996 para 1997 a produção nacional de queijos passou de 390 mil toneladas para 420 mil. Um bom aumento – 7,7%. Por detrás desse desempenho satisfatório, assiste-se a uma brutal reestruturação da produção. O número de empresas encolhe, em função do acirramento da concorrência interna e de um consumidor mais exigente.

O consumo de queijo também cresceu em 1997, aproximadamente 5%. A época de maior demanda vai de maio a agosto, quando os termômetros registram temperaturas mínimas. É justamente nesse período que a oferta de leite dos criadores diminui e acaba pressionando o preço para cima.

A abertura do mercado em 1995 precipitou uma forte crise no setor, que ainda não foi totalmente superada. Naquele ano, as importações alcançaram o volume de 90 mil toneladas, mais de 1/4 do consumo nacional. A indústria não conseguiu vender e armou-se um quadro de instabilidade. Entre 1994 e 1995, a alíquota de importação oscilou freneticamente: de 20% caiu para 2%, aumentou para 16% e posteriormente para 24%. Em 1996 as compras externas arrefeceram, ficando em 34 mil toneladas – um pouco acima das de 1997, 30 mil toneladas.

Em 1998, os ventos viraram contra o importador. Desde outubro do ano passado, passou a vigorar uma nova alíquota de importação. Excluindo os países do Mercosul, o produto importado ficou mais caro, com o aumento do imposto de importação de 16% para 19%. Por outro lado, a queda nos preços internos diminui a atração por produtos provenientes do estrangeiro.

A Abiq estabeleceu como meta ampliar o consumo *per capita* do brasileiro de 3 para 5kg por ano, até o ano 2000. O número pode ser ambicioso para o curto espaço de tempo considerado. Contudo, a julgar pelo consumo *per capita* argentino, de 8kg por ano, ou do europeu, de 15kg por ano, a meta não é impossível.

A estratégia da Abiq busca diminuir as oscilações nas vendas, através de uma ação de *marketing*, onde serão aplicados R$1 milhão. O prazo inicial de duração da campanha será de quatro meses, com inserções na televisão, jornais e revistas da Grande São Paulo, Grande Rio e Grande Belo Horizonte. De acordo com os resultados obtidos, a campanha poderá prolongar-se por mais quatro meses, absorvendo mais R$500 mil.

Brasil – Números do setor queijeiro

Ano	*Produção (mil t)*	*Importações (mil t)*	*Faturamento (US$ milhões)*
1994	290	37,4	1,0
1995	360	90,0	1,5
1996	385	30,0	1,6
1997	408	24,0	1,7

Fonte: Abiq.

A disputa no mercado de iogurte

A disputa no mercado brasileiro de refrigerados lácteos está cada vez mais acirrada. Com cerca de 80% de participação nas vendas, cinco empresas disputam a preferência do consumidor, num negócio que movimenta por ano US$1 bilhão e 360 mil toneladas. Além desses, aproximadamente 140 mil correspondem a fermentados.

No setor de iogurtes, os produtos são simples e de preços baixos, onde as margens estreitas devem ser compensadas pela elevação do giro. Empresas regionais e de menor porte começam a abocanhar um pedaço dos grandes concorrentes. As estimativas dizem que já chegam a 13%.

Os negócios de refrigerados lácteos envolvem três categorias tradicionais. O de iogurte tende à pulverização, enquanto os demais partem para produtos mais caros e de maior valor agregado. No caso dos petit-suisses, a Danone e a Nestlé absorvem 77% do mercado. Das vendas de sobremesas, as duas empresas detêm 75%.

Mercado de iogurte: participação de mercado (%)

Empresa	*1996*	*1997*
Danone	28,9	24,6
Nestlé	21,0	22,4
Paulista	10,9	11,3
Parmalat	13,1	10,5
Batavo	9,5	10,0

Fonte: Nielsen (out.-nov. 1997).

4. Brasil: Mercado formal de lácteos

	1990	1991	1992	1993	1994	1995	1996
I.Produção nacional	9609	9439	9583	9145	9441	10577	11366
Leite A + B	375	478	395	481	443	515	449
Leite C	2881	2905	3625	2293	2275	2872	2303
Longa vida	174	178	317	407	720	913	1700
Leite em pó	1589	1651	1788	1550	1607	ND	ND
Queijos	2220	2220	1891	2310	2900	3480	3800
II. Importados	916	1368	400	1076	1457	3202	2450
Leite em pó	535	913	272	665	795	1865	1750
Queijos	200	186	25	106	374	898	340
Manteiga	181	269	103	304	288	438	257
III. Total	10525	10807	9983	10221	10898	13779	13816

Fontes: IBGE, Decex, MA, ABPLB, Sunab, ABLV, Abiq.

ND – não disponível.

5. Minas Gerais: Tecnologia por categoria de criador

Indicador	Pequeno	Médio	Grande
Duas ordenhas/dia (%)	16	49	97
Uso de silagem (%)	17	46	81
Rebanho especializado (%)	18	41	69
Inseminação artificial	6	16	36
Produção/vaca (l/dia)	4	5,55	9

Fonte: Federação da Agricultura de Minas Gerais.

de leite em pó emergiram as figuras oportunistas chamadas de sem-fábrica – empresários que compram o leite em pó, para posteriormente apenas fracionar e embalar o produto para comercializá-lo. O negócio dá um bom lucro. Tanto que, por incrível que pareça, num período rápido de tempo, eles conseguiram uma participação de 20% no mercado nacional de leite em pó.

Qualquer pequena redução na produção de produtos lácteos de maior valor agregado, compensadas por importações, diminuem mais do que proporcionalmente a demanda de leite in natura. Para cada quilo de leite em pó importado a indústria deixa de comprar 10kg de leite in natura. Os produtores perdem poder de barganha neste contexto, principalmente se os produtos vêm com subsídios na origem. O custo do leite em pó na UE é de US$3 mil a tonelada, mas chega aqui por US$1,5 mil.

Para reverter este quadro desfavorável, a Comissão Nacional da Pecuária de Leite está reivindicando do governo as seguintes medidas para os produtos lácteos: a) estabelecimento de direitos compensatórios ou salvaguarda comercial contra importações com subsídios na origem; b) diminuição no prazo de financiamento das importações para no máximo 30 dias; c) fixação de um preço de pauta de importação para evitar subfaturamento; d) aumento da TEC de 19% para 23% para acabar com a triangulação via Argentina; e) inclusão do leite fluido na lista de exceção, com equiparação ao nível tarifário do leite em pó (27%); f) aumento da taxa de importação de leite e derivados de 17% para 33%.

Do lado dos produtores, dentre algumas conquistas importantes obtidas recentemente, destacam-se: a) a proibição de reidratação do leite em pó para produção de leite longa vida (ano todo) e leite pasteurizado (na entressafra); b) a inclusão do leite em pó na lista de exceções básicas do Mercosul, com tarifa de 35%; c) a redução do prazo de financiamento das importações de queijo para no máximo 30 dias; d) aumento da taxa de importação para 33%.

Crescem produtividade e consumo

A despeito das dificuldades e dos desafios enfrentados, o desempenho global do segmento, em termos de produção, tem sido altamente favorável. Desde o Plano Real, junho de 1994, as taxas de crescimento da produção brasileira de leite são as maiores dos últimos 15 anos: 13% em 1995, 8% em 1996 e 7% em 1997. E, a julgar por indicadores ainda preliminares, o crescimento se manterá positivo em 1998.

Esse expressivo aumento não é fruto do acaso. É creditado aos ganhos de produtividade conquistados pelos criadores que investiram e aprimoraram suas técnicas de produção. A contribuição do produtor especializado é sentida através da subida da produção na época das seca em relação à das águas.

E há mais. Desde a implantação do real, o brasileiro aumentou o seu consumo de leite em mais de 30%. A importação foi recorde em 1995, tendo superado a grande quantidade registrada em 1986, quando da vigência do Plano Cruzado, Em relação à produção, o volume importado tem sido cadente: 18% em 1995; 12% em 1996 e 10% em 1997. No total, o gasto em divisas foi da ordem de US$1,6 bilhão. A Argentina, o Uruguai e a União Européia são os grandes exportadores para o mercado nacional.

Aumento na produção e alterações no ranking *dos laticínios*

Em 1994, segundo levantamento da Associação Brasileira de Leite B, havia no Brasil perto de 1.200 empresas captando leite do produtor, das quais 17% respondiam pela quase totalidade das compras (220 empresas entre centrais, usinas particulares e cooperativas).

No pelotão de frente destacavam-se seis laticínios, sendo três cooperativas – Cooperativa Central de Laticínios do Estado de São Paulo, detentora da marca Paulista, Cooperativa Central de Produtores de Leite, a Itambé, e a Coope-

O sinal de novos tempos é bem evidente. Das nove grandes centrais cooperativas de negócios lácteos no Brasil, só resta a Paulista.

rativa Central Gaúcha de Laticínios (CCGL) – e três eram privadas – Nestlé, Parmalat e Grupo Mansur (Vigor, Leco e Flor da Nata).

Embora as operações desses laticínios se concentrassem principalmente em Minas Gerais, São Paulo e Rio Grande do Sul, eles saíam dos limites de suas bases originais de atuação e invadiam bacias leiteiras de vários outros estados. O alargamento da base operacional de diversas instituições compradoras de leite favoreceu a ampliação da produção em regiões não tradicionais. É o caso, por exemplo, de Goiás, cuja produção cresce a passos largos e já chega a quase 2,4 bilhões de litros anuais e já superou a produção do Rio Grande do Sul e de São Paulo.

As seis maiores captaram em 1997 cerca de 14,1 bilhões de litros de leite, respondendo por quase 57% do total produzido sob inspeção federal. Essas empresas líderes contam com 170 mil fornecedores de matéria-prima, em comparação com o total de 450 mil produtores que entregam leite sob inspeção federal, conforme dados da Superintendência Nacional do Abastecimento (Sunab).

A Nestlé foi a primeira a vender produtos lácteos, no princípio importados, para o mercado doméstico em 1876. Sua primeira fábrica brasileira, do leite condensado Moça, surgiu em 1921. Outra empresa antiga e tradicional é a Vigor, do grupo Mansur, que inaugurou em 1918 sua fábrica no bairro do Pari, por iniciativa de seu antigo proprietário Oto Jordan. A caçula do país é a Parmalat, que chegou em 1977 e foi a primeira multinacional a entrar no mercado de leite fluido ainda na fase do tabelamento de preços.

A captação, mesmo a das grandes empresas, varia fortemente ao longo do ano. As seis maiores captam entre 11 e 24 milhões de litros/dia. Em 1996, a média de recebimento diário ficou em 15 milhões de litros/dia.

Em seqüência às seis maiores, aparecem grandes empresas ou cooperativas, todas com nível de captação bem menor: Cooperativa Central dos Produtores de Leite, Cooperativa Central de Laticínios do Paraná, Danone, Mococa e outras mais.

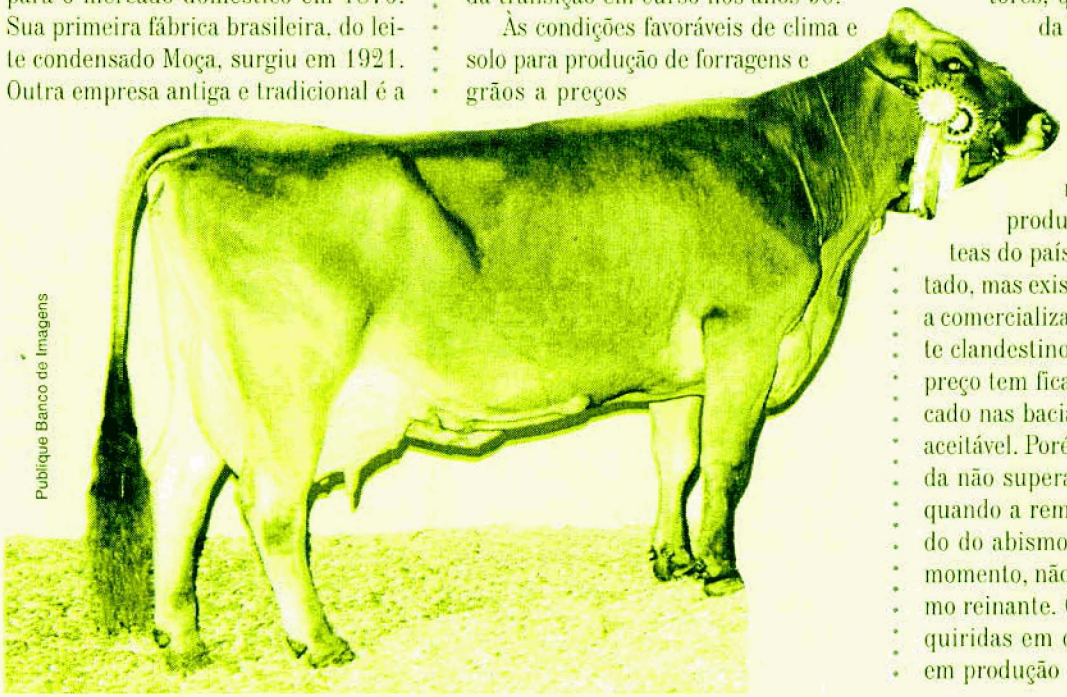
Goiás assume a vice-liderança da produção

No *ranking* brasileiro da produção de leite, o ano de 1997 fechou com Goiás em segundo lugar, superando os paulistas e perdendo apenas dos mineiros. Há cinco anos os goianos também produziam menos do que o Rio Grande do Sul e o Paraná. É a marca da transição em curso nos anos 90.

Às condições favoráveis de clima e solo para produção de forragens e grãos a preços competitivos, baixo custo de oportunidade da terra e boa localização dos principais centros consumidores, veio a incorporação de um nível de tecnologia razoável pelos criadores. No final da década de 80, o leite de Goiás era sinônimo de matéria-prima de baixa qualidade e pouco valor, com extremas variações em seu próprio território.

A Federação da Agricultura de Goiás (Faeg) em convênio com o Ministério da Agricultura, Sebrae, Senar e Embrapa investiram R$1 milhão no projeto de difundir técnicas de administração e gerenciamento para a exploração leiteira, com ações voltadas para as parcerias e o mercado. Foram criadas 69 comissões de pecuária leiteira no estado, com canais de comunicação, arregimentação e informação para cerca de 16 mil produtores, que respondem por 70% da produção estadual.

O cooperativismo leiteiro capta apenas 20% do volume produzido, sendo que Goiás consome apenas 10% do que produz. As maiores usinas lácteas do país possuem plantas no estado, mas existe uma preocupação com a comercialização. A quantidade de leite clandestino chega a 40% do total. O preço tem ficado 20% abaixo do praticado nas bacias tradicionais, um nível aceitável. Porém, muitos criadores ainda não superaram o trauma de 1992, quando a remuneração estava no fundo do abismo, em R$0,09 o litro. No momento, não há como negar o otimismo reinante. Com 50 mil matrizes adquiridas em outros estados entrando em produção e o trabalho pronto para



Publique Banco de Imagens

a exploração intensiva, 1998 é considerado o ano gordo para a produção de leite.

Sinal de novos tempos

Das nove grandes centrais cooperativas de negócios lácteos no Brasil, resta apenas a Paulista. A Avipal adquiriu a central gaúcha, enquanto as centrais de Goiás, Mato Grosso do Sul e Bahia fecharam as portas. Por sua vez, a um dia gloriosa Cooperativa Central de Laticínios do Rio de Janeiro vive um momento de delicada crise, assim como a maior parte das cooperativas da antiga Central Catarinense CCCL.

A CCLP, que comercializa produtos com a marca Batavo, e a Itambé, ambas consideradas dois grandes templos do cooperativismo, podem abrir mão de sua soberania. A CCLP, do Paraná, que em 1997 tinha adquirido a Cooperativa Central Agromilk, de Concórdia/SC, além de ter feito a fusão das Cooperativas Arapoti, Batavo e Castrolândia, passou o controle para a Parmalat. Já a Itambé, de Minas Gerais, sem hesitar, admite parceiros internacionais em seus negócios. A Confederação Brasileira das Cooperativas de Laticínios, impotente, assiste a todos esses desdobramentos.

De 1989 a 1996, a Parmalat comprou 14 laticínios em vários estados. O primeiro foi a Fiolart. Em 1990, foram comprados a Via Láctea e o Laticínio Teixeira, de São Paulo, e mais a Alimba e Lavisa, na Bahia. Em 1991 foi a vez da AFILA, do Rio de Janeiro, além do Laticínios Santa Helena, de Minas Gerais. A Span, do Rio de Janeiro, foi incorporada em 1994. No ano seguinte, foram agregados os laticínios Cilpe (PE) e Silvânia (GO), Ouro Preto (RO) e Betânia (CE). Entre 1989 e 1995, o faturamento da empresa cresceu de US$38 milhões para US$910 milhões. A *holding* Parmalat é constituída por duas empresas, a Yolat e a Lacesa. A Nestlé, que já contava com forte estrutura de produção, adquiriu a Itasa, de Montes Claros, e em 1994 comprou a Rialba e a Goiânia, ambas de Goiás.



Funcionamento da cadeia

No mercado nacional do leite é comum classificar os produtores em *safristas* e cotistas. *Safristas* são os que produzem muito leite na época das águas (safra) e pouco no período seco do ano. Possuem rebanho não especializado para a produção de leite e, por conseqüência, têm baixa produtividade. Cotistas são aqueles cuja produção é estável durante o ano. Possuem rebanho especializado para a produção de leite e alta produtividade.

Um dos grandes problemas do setor está na exploração do safrista, que trabalha com tecnologia rudimentar, onde o leite é subproduto do bezerro (ou vice-versa, dependendo da época do ano). A característica extrativista lhe dá a capacidade de suportar grandes oscilações de preços, que leva a enormes excedentes de leite nas épocas chuvosas. Num mercado que venha a premiar algum dia, efetivamente, qualidade, quantidade e estabilidade de produção, essa figura terá dificuldade para sobreviver.

Os *safristas* são apontados como um obstáculo à modernização da pecuária leiteira, pois contribuem para a queda do preço do litro de leite nas águas (via elevação da oferta) e alta no preço da seca (via retração de oferta), criando dificuldades para o produtor especializado, que tem custos e produção estáveis durante todo o ano.

A oscilação dos preços, muitas vezes caindo a níveis insatisfatórios, pesa negativamente na tomada de decisão em favor de investimentos para uma produção maior nas bacias tradicionais. Por outro lado, a dificuldade e os custos da desmobilização de investimentos já realizados nessas estruturas produtivas mantêm a produção em patamar elevado, a despeito de uma conjuntura desfavorável. Para as regiões mais novas, principalmente as especializadas na produção de gado de corte, o custo efetivo da produção de leite acaba sendo

menor, pois o negócio do pecuarista não é produzir leite, mas carne bovina.

Já nas bacias leiteiras tradicionais do Sul e Sudeste e em algumas do Centro-Oeste, o crescimento da produção passa cada vez mais por aumento da produtividade e qualidade da gestão. Os produtores terão de buscar eficiência para compensar a baixa margem de comercialização. A regionalização da produção, em tese, seria uma imposição. A qualidade do leite pode ser prejudicada se transportado por grandes distâncias. Mas a tecnologia vem gradualmente contornando essa limitação.

O leite longa vida, por sua maior durabilidade, pode ser produzido em locais mais distantes, onde os custos de produção podem ser menores. As indústrias usam o produto para otimizar sua logística de suprimento, aproveitando as condições favoráveis de safra e entressafra. A líder de mercado na fabricação de embalagens cartonadas é a Tetra Pak, que envasa 40% de uma produção anual de quase 5 bilhões de litros. A empresa está interessada no mercado potencial de 2,6 bilhões de litros de leite ainda vendidos em sacos plásticos.

Em termos de crescimento, o leite longa vida se difundiu significativamente em 1996, quando o consumo nacional chegou a 1,7 bilhão de litros, frente a 1 bilhão em 1995. Para 1997, acredita-se que o consumo tenha superado os 2 bilhões. A escalada continua em 1988, quando poderá chegar a 2,3 bilhões de litros, quase 50% do consumo total de leite fluido.

Na cadeia do leite, os elos de produção, transporte, beneficiamento, industrialização e distribuição tentam dispensar a intermediação do criador à indústria, administram processos de qualidade e adotam sistemas contratuais na captação da matéria-prima. Apesar de atingir apenas 10% da produção nacional de leite, a coleta de leite a granel já é prática disseminada e crescente. Os postos de recepção e resfriamento devem desaparecer na próxima década e, em breve, o latão será apenas uma lembrança. O leite a granel tem, em média, 300 mil bactérias por mililitro – 8 milhões nos produtos transportados em latões.

Nas bacias leiteiras tradicionais, onde a renda e o consumo per capita do brasileiro é bem maior em relação à média do país, a demanda deixa de ser meramente quantitativa. Nas fazendas, por exemplo, o número médio de vacas crescerá e a conquista de níveis superiores de escala será cada vez mais importante. Entre elas haverá mais semelhanças que diferenças.

Os *safristas* são um obstáculo à modernização, pois contribuem para a queda do preço do litro de leite nas águas (via elevação da oferta) e alta no preço da seca (via retração de oferta).

O processo é duro e seletivo. Nos

'Boom' em Goiás

Pedro Ferreira Arantes e Edson Alves Novaes

Nos últimos anos a produção de leite migrou do Sul e Sudeste para as regiões centrais do país, especialmente as de cerrado, como o Triângulo Mineiro e o Alto Paranaíba. Essa migração foi resultado da combinação das vantagens que essas regiões oferecem, como condições edafoclimáticas favoráveis à produção de forragens e grãos a preços competitivos, baixo custo da terra, localização privilegiada em relação aos principais centros consumidores do país e a crescente especialização e modernização de suas propriedades rurais.

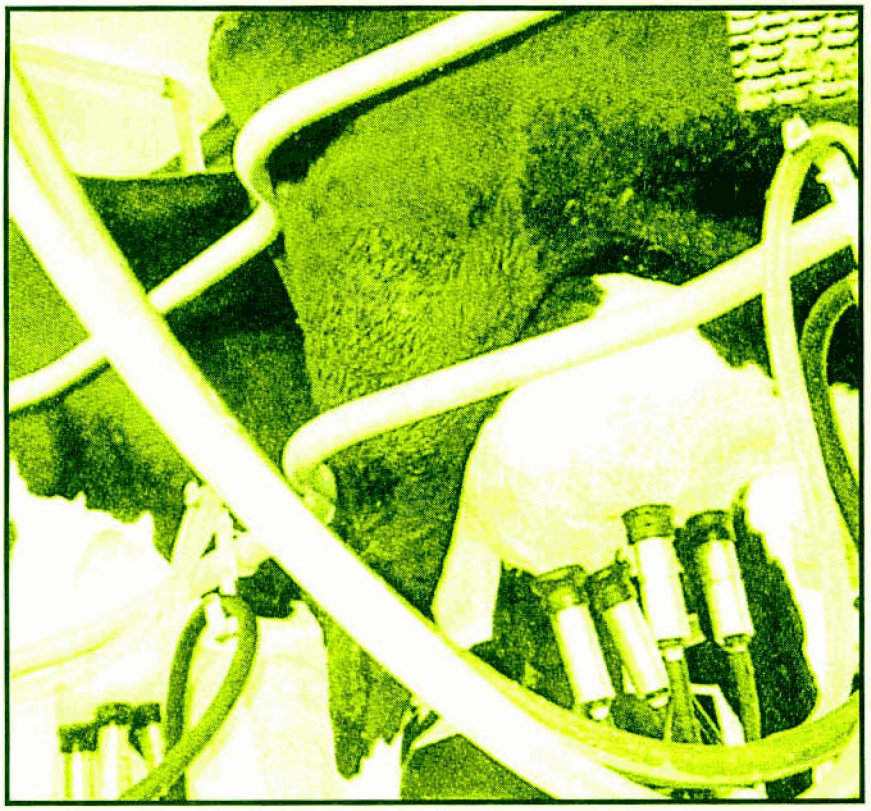
Goiás, que em 1990 era responsável por 7,39% dos 14,5 bilhões de litros produzidos no país, elevou sua participação para 11,29% nos 20,3 bilhões de litros produzidos no ano passado, um incremento de 52,7%. Em 1996, a produção do estado cresceu 25,08% e em 1997 a estimativa que se tem é de 13%.

Segundo dados do IBGE e da FNP, de 1990 a 1997 a produção de leite em Goiás saltou de 1 bilhão de litros para 2,2 bilhões, um aumento de 114,3%, enquanto a produção nacional experimentou um incremento de apenas 40,3% no mesmo período. Em apenas quatro anos, Goiás saltou do quinto para o segundo lugar no *ranking* da produção de leite no país, por conta principalmente da mudança no perfil do produtor que se profissionalizou rapidamente, melhorando bastante a produtividade do rebanho.

Os números do Censo Agropecuário de 1995-96 do IBGE, comparados aos do Censo de 1985, dão conta de que o rebanho de vacas ordenhadas caiu de 1,57 bilhão de cabeças em 1985 para 1,54 bilhão em 1996, uma queda de 2%. No entanto a produtividade passou de 669 para 1.316 litros/vaca ordenhada/ano, um incremento de 96,71%. Esses dados e outras variáveis, como o aumento do número de ordenhadeiras mecânicas instaladas nas propriedades especializadas, sinalizam que houve maior especialização do produtor.

O crescimento em curto período de tempo confirma a tendência que o leite tende a caminhar para regiões de terras mais baratas e produtoras de grãos. É também uma resposta à especialização do produtor, que investiu na atividade, melhorando a genética do rebanho, à produção intensiva de forragens com adubação e calagem de pastagens, ao aperfeiçoamento do manejo, à mecanização e à maior higienização da ordenha e à organização dos produtores em sindicatos e cooperativas.

Edson Alves Novaes e Pedro Ferreira Arantes são assessores de economia da Federação da Agricultura do Estado de Goiás – Faeg e professores de economia agrícola da Faculdade Anhangüera de Ciências Humanas – FACH.



Estados Unidos, em 1976, havia 450 mil granjas leiteiras, contra 180 mil em 1991, sendo que mais de 80 mil estão fadadas ao desaparecimento até o ano 2000. No Japão, o número de propriedades caiu para 80 mil em 1986, a metade da quantidade registrada 10 anos antes, e caiu ainda mais – 50 mil – em 1992. Na França, os 190 mil criadores atuais representam a metade dos existentes no início dos anos 80. Aqui no Brasil o caminho não será diferente. Porém o risco maior é dos acontecimentos serem levados de roldão. Os números apurados pelo Diagnóstico da Pecuária Leiteira de Minas Gerais, da Federação da Agricultura do estado, justificam essa preocupação.

Os mercados vão se integrando de forma célere. Os criadores têm de captar os sinais emitidos das prateleiras do varejo, transmitidos ao longo de toda a cadeia produtiva. As novas tecnologias da indústria de embalagem, do sistema refrigerado de transporte e da informação, junto com as transformações institucionais, catalisam o conjunto dessa movimentação. É no fundo uma competição entre sistemas produtivos, em que se nota o criador goiano e paranaense concorrendo com o argentino, que sofre pressão do uruguaio, paulista, mineiro e assim por diante. Não é uma peculiaridade do leite e derivados. Acontece também com soja, trigo, algodão, carnes e outras cadeias.

Novas entidades do setor

Em meados do ano passado, os membros da Associação Brasileira de Produtores de Leite B (ABPLB) aprovaram a mudança do nome da entidade para Associação Brasileira dos Produtores de Leite, cujo nome de guerra passou a ser Leite Brasil. Sob a ótica de comunicação, o novo nome é muito mais charmoso, tendo em vista que as letras em torno do produto (A, B e C) dificultam a visibilidade e transparência do setor.

O objetivo da Leite Brasil é somar forças para defender o produto da crescente concorrência e da prática desleal na disputa de mercado. A maior profissionalização, espera-se, deve conferir maior peso político ao segmento e contribuir para o aumento da qualidade do produto e sua padronização. Se o abecedário do leite continua ou não, quem vai dizer é o consumidor.

Um dos principais alvos da associação é coibir as importações desnecessárias, que criam condições para a prática de *dumping*. Isso gera excedentes e achata os preços internos. O consumidor não leva vantagem porque paga o mesmo preço, enquanto o criador sofre prejuízos. A Leite Brasil pretende também investir em campanhas de divulgação para aumentar o consumo do produto e conscientizar os consumidores dos riscos representados pelo leite pirata produzido sem inspeção federal.

Ainda em 1997, no mês de novembro, foi criada a Associação Brasileira das Indústrias do Leite Pasteurizado (Abilp), com 53 empresas associadas, todas engajadas no esforço de recuperar o *market-share* do segmento. Segundo a Associação Brasileira do Leite Longa Vida, de 1996 para 1997, a produção de leite fluido passou de 4,4 para 4,7 bilhões de litros: o leite longa vida cresceu 44,1%, indo para 2,3 bilhões de litros, enquanto o leite pasteurizado caiu 19,3%, passando a 2,4 bilhões de litros.

A Abilp pretende lançar campanhas sustentadas em argumentos pró-qualidade do leite pasteurizado, apesar da conveniência oferecida pelo longa vida. Iniciativas similares acontecem nos EUA, como a campanha "*it's the cheese*", em que criadores, indústrias e cooperativas montaram parcerias para promover o queijo produzido na região. O desafio não é fácil. A promoção de um produto precisa ser garantida, na realidade, com matéria-prima do padrão anunciado; caso contrário, o efeito bumerangue sem dúvida virá algum tempo depois. No Brasil, a clandestinidade no leite é estimada em 50%.

Luiz Antonio Pinazza é diretor do Instituto de Pesquisa da Associação Brasileira de Agribusiness (Abag). E-mail: pinazza@agroceres.com.br
Regis Alimandro é redator chefe de Agroanalysis. *E-mail: regis@fgv.br.*

Vacas de alta produtividade

Existe um fato interessante a despertar atenção na pecuária leiteira mundial. É o contínuo encolhimento do tamanho do rebanho leiteiro. Ao contrário do que se poderia aferir em décadas passadas, isto não coloca em risco a produção de leite e o abastecimento, porque corre paralela a um avanço inusitado na produtividade da vaca em termos de leite.

Os trabalhos de melhoramento genético, aliados às técnicas de arraçoamento e sanidade, no conjunto, melhoram substancialmente os índices zootécnicos das granjas.

Com efeito, as estatísticas mundiais de 1992 a 1998 apontam o número de vacas caindo de 137 para 131 milhões de cabeças, ou seja, quase 5%. Em contrapartida, a produção leiteira só não sobe em escalada fulminante porque os EUA e a UE não têm como escoá-la economicamente. Os estoques excessivos de leite e derivados pesaram muito nos seus orçamentos na virada dos anos 80 para os anos 90. A tendência é de manutenção do controle da produção, enquanto se assiste a uma redução no número de vacas.

Conforme estimativas do Departamento de Agricultura dos Estados Unidos, a produção mundial de leite em 1997 foi de 381,3 bilhões de litros – cerca de 2% mais que no ano anterior. As maiores quedas ocorreram na Rússia e na Ucrânia. Em compensação, os EUA, Brasil, Argentina e China persistiram na trajetória de retomada do crescimento, enquanto a Oceania continuou sua marcha de expansão.

Para 1998, projeta-se um crescimento geral de 0,5% para a produção mundial de leite. Os incrementos mais significativos virão da América do Sul, Austrália e Índia. Para os EUA, de longe o maior produtor do planeta, espera-se uma variação moderada.

A queda na fabricação de manteiga em 1997, comparada à de 1996, de 5,2 para 5,1 milhões de toneladas, deverá reverter em 1998. A produção de queijo, que cresceu para 11,8 milhões de toneladas em 1997, deve continuar subindo ao redor de 2% em 1998. A produção de leite em pó desnatado e de leite em pó integral, respectivamente de 2,5 e 3,1 milhões de toneladas, sobe 1% em 1998.

Do lado dos fluxos comerciais, em 1997, o melhor desempenho ficou por conta da manteiga, com 780 mil toneladas, quase 12% superior a 1996. Para 1998, o volume projetado é menor, de 715 mil toneladas. Os embarques da Oceania serão os mais afetados.

No setor queijeiro, as exportações da Argentina, Nova Zelândia e Austrália explicam o crescimento de 6% registrado em 1997, *vis-à-vis* 1996. É interessante que no exercício registrou-se um ligeiro declínio nos EUA. As importações russas continuam crescendo e devem prosseguir em 1998. Em menor dose, o mesmo acontece com o Japão.

A comercialização de leite em pó, desnatado e integral, que se manteve no mesmo nível entre 1996 e 1997, pode ter pequeno crescimento em 1998, em função dos esforços mercadológicos desenvolvidos pela Austrália e Nova Zelândia.

Desempenho recente

América do Norte

Estados Unidos – A produção de leite cresce lentamente, em função de ganhos de produtividade que compensam a redução do rebanho. Os criadores reclamam das baixas margens e não estão otimistas. Na área de derivados, o melhor comportamento econômico é o dos queijos. Com preços internos baixos, as exportações revelam números positivos, sob o amparo do Dairy Export Incentive Program. De 1996 a 1997, os embarques variaram de 31 para 125 mil toneladas no leite em pó, de 19 para 13 mil na manteiga e de 32 para 35 toneladas no queijo.

Canadá – Os criadores são submetidos a cotas de produção de leite em função da expectativa de demanda, através da *market-share quota*, que manteve 1996 e 1997 no mesmo nível – 43,9 bilhões de litros. Como a produção superou este nível-teto, em 1998 a cota teve um corte de 3%. Pelo Optional Export Program, os processadores negociam preços diretamente com os criadores, de modo que eles tenham condições de competir externamente.

México – Propriedades pequenas e médias estão perdendo competitividade por falta de escala e tecnologia. A produção varia ao sabor das condições climáticas. O país tem importado dos EUA, sem taxa de importação, conforme determinação do Nafta. O volume cresce 3% ao ano, sendo que em 1997 foi de 43 mil toneladas

América do Sul

A produção cresce significativamente no Brasil e na Argentina. O primeiro ainda precisa recorrer a importações para atender o seu mercado interno. O segundo teve problemas climáticos em 1997, mas em condições normais a pro-

A produção leiteira só não sobe em escalada fulminante porque os EUA e a UE não têm como escoá-la economicamente. Os lagos e montanhas de leite e derivados pesaram muito.

dução será recorde em 1998.

União Européia

A produção é controlada sob um rígido sistema de cotas. Desde 1995, os subsídios sofrem cortes em função do acordo assumido na Rodada Uruguai. A reclamação dos EUA é forte nas exportações subsidiadas de queijo, onde a UE possui competitividade. Os embarques de manteiga não estão decolando, apesar dos baixos preços internos. As exportações de leite em pó e de leite desnatado seguem sem grandes flutuações.

Europa Oriental

O impacto das reformas econômicas é negativo para o setor leiteiro. A produção cai e o abate de vacas aumenta. O quadro é o mesmo na Rússia e na Ucrânia. Na Rússia assiste-se a uma modernização nas plantas industriais, mas o país é o maior importador líquido, com importações próximas de US$1 bilhão em 1997. O item mais importado é queijo. A Ucrânia é grande exportadora de leite, creme e manteiga para a Rússia.

Na Polônia, o crescimento da demanda tem possibilitado uma remuneração satisfatória para o produtor, não a ponto porém de estimular a expansão da produção. Recentemente, a UE impediu, por razões sanitárias, uma operação de venda da ordem de US$200 milhões.

Oceania

Na Austrália, a produção bate recordes seguidos. Os bons preços no mercado internacional favoreceram a remuneração dos criadores. O cenário vai ser outro em 1998, segundo a Australian Bureau of Agricultural and Resource Economics. A tendência do consumidor para produtos menos gordurosos altera o sistema de remuneração do criador em termos de qualidade, volume e estabilidade de entrega. As exportações crescem novamente em 1998, com embarques para o Oriente asiático, principalmente o Japão, Arábia Saudita, e para os EUA.

Na Nova Zelândia, a produção foi afetada pelo El Niño. As exportações são administradas pelo New Zealand Dairy Board, por força do Dairy Board Act. A tendência é fortalecer a competitividade

Produção mundial de leite: milhões de litros

Região/país	*1990*	*1991*	*1992*	*1993*	*1994*	*1995*	*1996*	*1997*	*1998*
I -América do Norte	84.310	84.980	86.770	86.520	84.460	86.100	85.800	85.800	87.400
Canadá	7.970	7.790	7.630	7.500	7.750	7.900	7.900	7.700	7.800
México	9.330	10.200	10.700	10.720	11.010	7.600	7.800	7.900	8.300
EUA	67.000	66.000	68.440	68.303	69.701	70.600	70.100	71.200	71.300
II - América do Sul	24.540	24.240	26.320	27.630	28.340	30.790	32.780	35.250	35.600
Argentina	6.400	6.400	7.000	7.400	7.800	8.500	8.900	9.200	9.700
Brasil	14.500	14.200	15.538	16.250	16.700	18.375	19.845	20.400	21.500
III - União Européia	127.607	122.961	121.119	120.282	120.530	121.200	121.600	120.900	120.700
França	26.400	25.700	25.300	25.050	25.320	25.490	25.200	24.900	24.800
Alemanha	31.200	28.900	28.100	28.080	27.860	28.600	28.300	28.000	28.000
Itália	11.490	11.400	11.300	10.400	10.360	10.500	10.800	10.600	10.600
Holanda	11.280	11.050	10.900	10.950	10.960	11.300	11.180	11.200	11.100
Reino Unido	14.950	14.500	14.430	14.650	14.920	14.700	14.600	14.550	14.500
IV - Europa Oriental	20.580	19.600	19.000	16.410	16.640	17.440	17.760	17.700	17.740
Polônia	15.800	14.500	14.650	11.820	11.420	11.550	11.780	12.000	12.240
Romênia	4.780	4.100	4.350	4.590	5.220	5.890	5.980	5.700	5.500
V - PSU	80.080	74.380	165.890	64.680	60.940	56.480	51.900	49.600	47.000
Rússia	55.720	51.970	46.780	46.300	42.800	39.300	35.200	33.000	33.000
Ucrânia	24.360	22.410	119.110	18.380	18.140	17.180	16.700	16.600	14.000
VI - Ásia	39.840	41.110	43.010	44.220	44.680	46.650	48.350	49.900	50.900
China	4.150	4.650	5.030	4.990	5.290	5.770	6.200	6.700	7.200
Índia	27.500	28.200	29.400	30.600	31.000	32.500	33.500	34.500	35.000
Japão	8.190	8.260	8.580	8.630	8.390	8.380	8.650	8.700	8.700
VII - Oceania	14.180	14.700	15.520	6.260	18.020	17.730	18.950	21.200	21.800
Austrália	6.430	6.580	6.920	7.530	8.300	8.430	8.950	9.600	9.800
Nova Zelândia	7.750	8.120	8.600	8.730	9.720	9.300	10.000	11.600	12.000
Total	394.990	384.900	379.920	170.700	381.890	383.680	374.000	381.300	383.300

Fonte: USDA e OCDE.

em produtos de maior valor agregado. O EUA são o maior importador de caseína, uma proteína existente no leite, e o Japão vem aumentando suas compras.

Ásia

O Japão importa cerca de 200 mil toneladas de queijo anualmente. A Austrália é o principal supridor, com 30%. A Nova Zelândia participa com 10%.

Índia – A produção continua crescendo. A principal oferta de leite vem das criações de búfalo. Em termos de preços, depois do bom ano em 1996 houve uma estabilização. Assiste-se à melhora na qualidade e quantidade do arraçoamento e maior controle dos custos de produção.

China – A produção de 1998 deve crescer a uma taxa semelhante à de 1997. Mas a velocidade do crescimento deve arrefecer nos próximos anos. Estabilidade na demanda, preços mais competitivos e aumento no preço da terra, no conjunto, podem alterar o quadro atual.

G E S T Ã O

Sob medida para o Brasil

O alto custo da produção de leite nos sistemas intensivos e a conseqüente vulnerabilidade aos preços obtidos na venda do produto justificam a adoção de um modelo que administre a ineficiência gerada pelas condições adversas de produção, pela grande verticalização das fazendas e pelas escassas oportunidades de terceirização.

FERNANDO S. JANK

A pecuária leiteira em países como o Brasil, onde o inverno é ameno e a água abundante, comporta grande diversidade de modelos de produção. Paradoxalmente, essa diversidade caracteriza o setor como aquele em que se encontra o mais simples e banal dos negócios agropecuários nacionais (a pecuária leiteira extensiva) e, ao mesmo tempo, o mais complexo e exigente deles (a intensiva).

A produção extensiva de leite impõe precárias barreiras à entrada. Qualquer cidadão com um mínimo de terra e capital consegue reunir algumas vacas rústicas nuns poucos hectares de pasto e extrair manualmente delas alguns litros de leite, colocá-los num latão, deixá-los à porteira esperando o caminhão passar e começar a receber já no mês seguinte a remuneração a que faz jus. Exigências de conhecimento, tecnologia e gerenciamento nesse sistema produtivo são mínimas. E os resultados esperados também. Para uma produção total de, digamos, 40 litros diários, o litro de leite a R$0,20, chega-se a um faturamento bruto mensal de R$240. Como sempre se gasta alguma coisa com rações, medicamentos e etc., talvez sobre um salário mínimo mensal para o produtor. Isso, com um capital de umas duas dezenas de bovinos e de hectares. Esse quadro de miséria caracteriza a pecuária leiteira nacional, cuja produção estimada anual está em cerca de 20 bilhões de litros de leite, produzidos por mais de 1 milhão de produtores, que ordenham em média pouco mais de 40 litros por dia de algo em torno de 20 milhões de vacas. Ou seja, uma pecuária com produtividade de pouco mais de dois litros diários por rês.

Já a produção leiteira intensiva é um negócio completamente diferente. Pressupõe a utilização de gado especializado, capaz de ingerir mais de 40 quilos diários de alimentos e convertê-los em mais de 25 litros de leite, iniciando sua vida produtiva aos dois anos de idade e tendo lactações longas e persistentes. O problema é que esse tipo de gado não é natural dos trópicos, o que o torna extremamente sensível ao calor, umidade e moléstias. Também na questão das forragens a área tropical perde para a temperada, com plantas de pior qualidade nutricional e vantagens apenas na sua enorme velocidade de crescimento no verão, embora a produção estável ao longo do ano seja provavelmente preferível. Essas condições adversas fazem com que seja necessário investir em sistemas de alimentação, alojamento e ambientação para os animais, e de se organizar a produção de forma a que todas as variáveis estejam permanentemente sob controle.

No Brasil, as fazendas de pecuária leiteira intensiva são tipicamente verticalizadas. Têm pelo menos três setores: produção de leite, criação de animais jovens e alimentação, que inclui no mínimo a agricultura voltada para a produção de forragens. Além de todos esses setores terem alto conteúdo tecnológico em termos de infra-estrutura, insumos e técnicas de manejo utilizadas, sua coordenação é complexa, dada a interdependência das atividades que desenvolvem e a freqüente competição que exercem sobre recursos produtivos comuns. Como os módulos de produção não são grandes (no Brasil há menos de 10 fazendas que produzem mais de 10 mil litros de leite por dia), a departamentalização acaba muitas vezes se tornando parcial e informal, dando margem a freqüentes problemas e ineficiências.

A agricultura desenvolvida numa fazenda de pecuária leiteira intensiva é por si só bastante complicada, provavel-

mente mais do que grande parte dos negócios estritamente agrícolas: a produção de forragens (silagem, pré-secado ou feno) depende de maquinário e técnicas de produção específicos, ainda não devidamente adaptados às áreas tropicais, depende cada vez mais de biotecnologias especiais (inoculantes) e, talvez, principalmente, de uma boa dose de sorte meteorológica no momento da colheita e armazenamento. A parte *pecuária* do negócio leiteiro abrange não só criação e reprodução, como é o caso da pecuária de corte (embora as raças leiteiras tendam a apresentar problemas de sanidade e fertilidade muito maiores), mas também produção, requerendo duas ou três inexoráveis ordenhas diárias, sem possibilidade de cancelamento ou adiamento, utilizando equipamentos sofisticados que não podem quebrar ou permanecer quebrados por mais do que poucas horas. Por tudo isso, a produção de leite em sistemas intensivos é um dos negócios agropecuários mais complicados (e de maior risco operacional) que podem ser desenvolvidos por produtores rurais brasileiros.

Em países como os Estados Unidos, a complexidade do sistema é reduzida pela terceirização das atividades. Lá, nas regiões de produção mais desenvolvidas, é comum haver fazendas especializadas em produção de forragens ou em criação de animais jovens, permitindo que os produtores de leite possam concentrar-se apenas na atividade principal e adquirir de terceiros os produtos e serviços complementares necessários. No Brasil, onde a terceirização é ainda incipiente, as fazendas de produção intensiva são obrigatoriamente verticalizadas, realizando uma enorme gama de atividades que requer intenso e competente gerenciamento. Para se ter uma idéia, nessas fazendas os estoques de materiais utilizados para produção e manutenção costumam conter mais de mil itens!

A conseqüência desse quadro é o alto custo de produção de leite nos modelos intensivos e, por isso, a extrema vulnerabilidade aos preços obtidos na venda do produto. Não é por outra razão que a partir de 1995 as contínuas reduções do preço do leite pago aos produtores resultaram na onda de vendas de gado, reduções de plantel e até mesmo liquidações de fazendas completas, que têm atingido com força cada vez maior propriedades praticantes da pecuária leiteira intensiva da região Sudeste brasileira.

Os casos de sobrevivência e decisão de manutenção do negócio pelos produtores de leite intensivos têm decorrido sobretudo de dois fatores principais: escala e gestão. O aumento da escala de produção é um importante fator não só de redução dos elevados custos fixos da atividade, pela sua diluição, como também de obtenção de melhor remuneração do leite produzido, pela concessão de vantagens diferenciais às usinas compradoras na captação do produto, principalmente no transporte, qualidade e administração.

Embora a gestão do negócio tenha sido sem dúvida um importante fator de sobrevivência e evolução, não se pode dizer que exista um método gerencial estudado, aceito e aplicado com freqüência pelos produtores de sucesso. As formas empíricas e personalizadas de gerenciamento é que têm predominado. E esta é exatamente a preocupação central deste artigo: *a busca de um modelo de gerenciamento da pecuária leiteira intensiva que se aplique à realidade brasileira*, caracterizada por condições adversas de produção e pela grande verticalização das fazendas, dadas as escassas oportunidades de terceirização.

O modelo que aqui se propõe é baseado no atendimento a três necessidades gerenciais: de setorização das operações, de sistematização dos procedimentos e de uso intenso de informações.

Setorização

É essencial para que se possa administrar a principal ineficiência criada pela verticalização: a perda de foco. Ela requer:

a) *Definição dos setores*. Normalmente se enxergam apenas os três setores produtivos mencionados (produção, criação de animais jovens e alimentação, sendo que este último freqüentemente se confunde com o setor *agrícola* responsável pela produção de forragens), mas, dependendo do porte do negócio, outras configurações podem ser melhores. Por exemplo, produção, parição, criação, alimentos (preparo e distribuição), agricultura (forragens), manutenção e serviços gerais (administração, segurança, transporte), formam uma configuração bem mais completa.

b) *Alocação de recursos*, principalmente mão-de-obra e máquinas, a setores específicos. A existência de funcionários e máquinas que servem a dois ou mais setores deve ser evitada, embora seja considerada vantajosa por muitos produtores, que têm a impressão de que os custos das operações desenvolvidas com esses recursos são menores, ao serem diluídos por todos os setores que os utilizam. Na verdade, o que muitas vezes acaba ocorrendo é que esses recursos se tornam extremamente mal geridos e improdutivos, acabando por deixar de cumprir suas funções a contento em todos os setores nos quais são utilizados. O ideal é que os recursos tenham utilização bem definida no setor em que estão alocados, para que possam ser perfeitamente controlados, e sua eventual ociosidade, aí sim, ser *vendida* a outros setores.

c) *Atribuição de comando aos supervisores por setor*, e não por local ou tipo de recurso produtivo. Havendo porte suficiente, isso se faz por meio da nomeação de supervisor específico para cada setor; em todo caso, estabelecendo para cada supervisor objetivos, responsabilidades e parâmetros de avaliação vinculados aos objetivos de cada um dos setores que comanda.

d) *Contabilização separada de gastos, consumo de produtos e utilização*

Informações necessárias à gestão da pecuária leiteira intensiva

Horizonte	*Grupo*		
	Técnico	*Operacional*	*Econômico*
		Fluxo financeiro	
		Estoque	
Controle	Listas individuais		
Índices coletivos	Serviços (mão-de-obra interna e terceiros)	Resultados	
		Operações	
Planejamento	Previsões	Padrões de consumo	Projeções

O modelo atende a três necessidades gerenciais: setorização das operações, sistematização dos procedimentos e uso de informações.

de serviços, de forma que se possam apurar os resultados de cada setor com transparência e identificar desvios em relação ao que havia sido planejado.

e) *Estabelecimento de preços de transferência para os bens produzidos e consumidos internamente*, como as forragens e as novilhas. Sempre que possível, devem ser equivalentes aos preços de mercado que esses bens tenham na região, para que os resultados apurados para cada setor sejam efetivamente realistas, como se fossem de negócios isolados e independentes.

Sistematização

O principal fator de redução de risco do negócio, ao tornar previsíveis todas as operações realizadas nos diversos setores, é a sistematização das atividades. Ela implica:

a) enumeração de todos os procedimentos que compõem cada operação desenvolvida em cada setor;

b) definição da seqüência correta de atividades prevista para cada procedimento, bem como das decisões a serem tomadas na ocorrência de problemas, dos equipamentos, condições operacionais e informações necessárias, e ainda das informações que devem ser geradas e transmitidas. O resultado desse trabalho, de aparência burocrática e pouco afeito ao perfil tradicional dos produtores rurais, nada mais é do que o *manual de procedimentos* da fazenda, que pode servir para muitas finalidades, como o desenvolvimento de um programa de qualidade total, de segurança do trabalho, de controle médico e de saúde ocupacional, ou ainda constituir-se no *regulamento interno* que facilita a gestão trabalhista, tanto nos aspectos operacionais (treinamento, supervisão), quanto nos judiciais (caracterização de *justa causa*, defesa processual). Contudo, o mais importante é que reduz a *insubstitubilidade* de alguns funcionários-chave, ou mesmo do proprietário, a partir do momento em que suas tarefas são perfeitamente conhecidas e podem ser rapidamente transferidas a substitutos;

c) manutenção do manual de procedimentos permanentemente atualizado.

Informações

Sua ampla utilização é condição básica para que efetivamente se gerencie a pecuária leiteira intensiva e não se tenha que estar permanentemente correndo atrás de problemas, ou seja, sendo por ela gerenciado. O modelo aqui proposto divide as informações necessárias em três grupos (técnico, operacional e econômico), segundo sua área e utilização, e ainda em dois horizontes de análise (controle e planejamento). O esquema apresentado na primeira tabela ilustra essa divisão.

O horizonte de *controle* é voltado para o dia-a-dia, para a compreensão do que *está* acontecendo e para as decisões operacionais que são continuamente tomadas pelo produtor e pelos funcionários. Já o horizonte de *planejamento* é voltado, como não podia deixar de ser, para o futuro, para a definição do que *pode* ou *deve* acontecer, permitindo a tomada de decisões de longo alcance.

O grupo de informações *técnicas* está voltado para o gerenciamento do rebanho, o ativo mais específico (e também mais problemático) da pecuária leiteira intensiva. Resulta em dois tipos de relatórios:

- listas com dados e índices individuais, para decisões e encaminhamento de atividades cotidianas, geradas automaticamente ou por comando, informando animais que devem receber algum tipo de intervenção ou atenção (por exemplo, observação de cio para cobertura, secagem, ordenha especial, tratamento, transferência de local, exames, análise de problemas crônicos, apuração de baixa produtividade ou de custo elevado de tratamento);
- gráficos apresentando a evolução contínua de índices *coletivos* (para grupos, categorias ou todo o rebanho), que permitem visão mais ampla sobre o rebanho e tomada de decisões buscando a obtenção do seu máximo potencial e a identificação de problemas causados por variáveis externas. Alguns exemplos de índices desse tipo: produtividade, consumo de alimentos, conversão de alimentos em leite, estrutura do rebanho (idade, percentual de lactantes), persistência, situação reprodutiva, problemas reprodutivos, ocorrências sanitárias, incidência de moléstias, descartes, mortalidade, custo de tratamentos e custo de alimentação.

Exemplo de apuração de resultados na pecuária leiteira intensiva

Item	*Produção*		*Criação*		*Agricultura*		*Total*	
	Valor	*cents./l*	*Valor*	*$/cab.*	*Valor*	*$/t*	*Valor*	*cents./l*
Compras de produtos	180.000	15,0	30.000	21,3	18.900	25,2	234.900	19,1
Compras de serviços	72.000	6,0	35.000	24,8	16.800	22,4	142.800	10,3
Total compras	252.000	21,0	65.000	46,1	35.700	47,6	377.700	29,4
Transferências internas	156.000	13,0	35.000	24,8	0	0,0		
Depreciação	18.000	1,5	5.000	3,5	15.000	20,0	38.000	3,2
Custo total	426.000	35,5	105.000	74,5	50.700	67,6	415.700	32,6
(-) aumento valor rebanho	45.000	3,8	-5.000	-3,5			65.000	3,3
(-) vendas secundárias	18.000	1,5	0	0,0	0	0,0	7.000	0,6
Custo efetivo	363.000	30,3	110.000	78,0	50.700	67,6	343.700	28,6
Vendas principais	420.000	35,0	120.000	85,1	60.000	80,0	420.000	35,0
Resultado (lucro)	57.000	4,8	10.000	7,1	9.300	12,4	76.300	6,4
Capital inicial	530.000		220.000		200.000		950.000	
Retorno sobre o capital	0,108		0,045		0,047		0,08	

No horizonte de *planejamento*, as informações que devem ser geradas correspondem às *previsões físicas* compreendendo a quantidade de animais por categoria, produção de leite, partos, mortes, descartes, vendas, consumo de alimentos e de outros produtos que tenham padrão de consumo definido.

As informações do grupo *operacional*, por sua vez, têm duas finalidades principais: gerenciamento das operações realizadas, detectando a eventual má utilização dos recursos produtivos (ociosidade, desperdício, *desvios* e escassez) e mensuração dos valores que permitem a apuração dos resultados econômicos. Abrangem pelo menos as quatro áreas enumeradas a seguir, requerendo os lançamentos dos dados indicados:

- *controle financeiro*: entradas e saídas monetárias, classificadas segundo setor que as originou e tipo de movimentação;
- *controle de materiais*: compras e entradas e saídas de estoque;
- *controle de serviços*: horas trabalhadas pela mão-de-obra interna, segundo o setor e as atividades executadas, e dados sobre serviços executados por terceiros, incluindo valor, tempo, atividades executadas e setor solicitante;
- *controle de operações*: solicitações e execuções de serviços, explicitando equipamentos e funcionários utilizados, tempo, local, setor e atividades desenvolvidas.

No horizonte de planejamento, as informações operacionais devem ser analisadas para que se possa chegar a uma conclusão sobre quais são os *padrões de consumo de recursos produtivos*, por exemplo: como é o comportamento típico do fluxo de caixa e, sobretudo, quais são os *buracos* de caixa e em que época ocorrem?, qual é o índice de consumo dos principais produtos por categoria animal e quanto variam em função do aumento ou diminuição do número de animais?, quais os melhores índices de produtividade já obtidos para os serviços e operações (horas-homem e horas-máquina) e serão eles suficientemente representativos para poderem ser considerados *índices-meta*?

A consolidação periódica das informações operacionais conduz à possibilidade de manipulação e análise das informações do grupo *econômico*. Em primeiro lugar vem a apuração de resultados, mostrando claramente como o consumo de recursos se traduziu em custos, receitas, lucro e índice de retorno sobre o capital (ou sobre outra medida da base de recursos utilizados, como o ativo, o investimento ou o patrimônio). Para ilustrar como essa apuração pode ser feita, observe a segunda tabela, que apresenta resumidamente os resultados por setor e totalizados para uma situação de produção leiteira intensiva, a partir de informações hipotéticas referentes ao período de um ano.

Os índices de retorno por setor são bons detectores dos problemas do negócio. No exemplo apresentado na tabela, os setores de *criação* e *agricultura* apresentam retornos medíocres, aparentemente por um problema de custo elevado no primeiro caso e produtividade baixa no segundo.

Feita a análise do resultado de cada setor, pode-se passar de forma consistente para o horizonte de planejamento, que permite a tomada de decisões de longo alcance. Com o auxílio das previsões físicas e padrões de consumo de recursos fornecidos pelos bancos de dados das áreas técnica e operacional, pode ser construído, normalmente numa planilha eletrônica, um modelo de projeção onde os resultados de diferentes decisões podem ser simulados, encontrando-se os limites internos e externos (sobretudo índices técnicos e preços, respectivamente) que permitem sua tomada em condições aceitáveis de risco.

Fernando S. Jank é administrador de empresas e diretor da Agrindus S.A., São Paulo.

S O S L E I T E

A pecuária de leite vai à luta

O êxito do movimento SOS Leite em mobilizar toda a cadeia produtiva, o Parlamento, o Executivo e a sociedade representa uma experiência vitoriosa e inédita no Brasil.

PAULO ROBERTO BERNARDES
VICENTE NOGUEIRA NETTO
PAULO SÉRGIO MUSTEFAGA

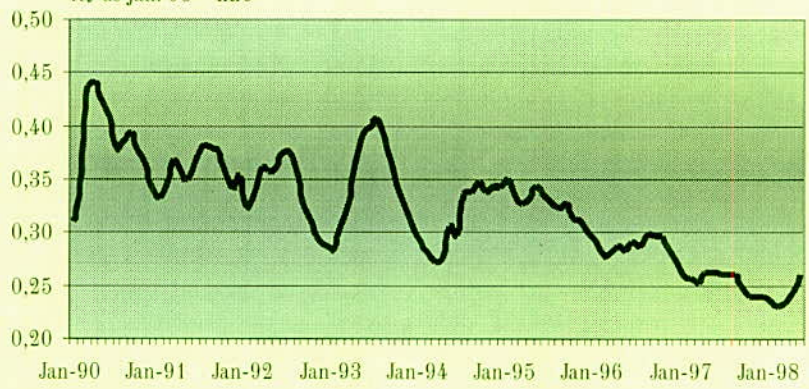
Um conjunto de propostas para a revitalização do setor leiteiro nacional foi entregue no último dia 27 de maio por uma comissão de parlamentares, líderes rurais, representantes das indústrias e cooperativas de laticínios e cerca de mil produtores, ao presidente da República, Fernando Henrique Cardoso.

As propostas fazem parte de um amplo relatório sobre a situação atual que enfrenta o setor leiteiro. O documento foi elaborado pela Comissão de Agricultura e Política Rural, da Câmara dos Deputados, em parceria com a Comissão Nacional de Pecuária de Leite (CNPL) da Confederação Nacional da Agricultura (CNA).

O relatório elaborado pelo deputado Moacir Micheletto (PMDB-PR) e pelos consultores legislativos Aércio Cunha e Tarcísio Siqueira, ressalta que a produção nacional de leite pode e deve fazer frente ao crescimento da demanda por produtos lácteos esperada para os próximos 10 anos no mercado doméstico. Para que isso aconteça, o relatório propõe ao Poder Executivo um elenco de medidas para a revitalização do setor leiteiro, que são:

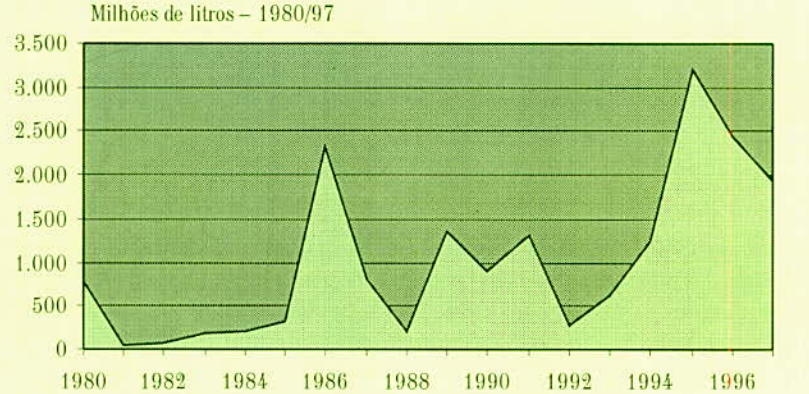
- programa de recuperação de pastagens, formação de capineiras e disseminação do ensilamento;
- linhas de crédito para a aquisição de tanques de resfriamento e caminhões-tanques, mediante utilização de recursos da *63 caipira*, entre outros;
- instituição do contrato de 12 meses para fornecimento de leite;
- criação e estímulo às associações de produtores de leite para a venda do produto em conjunto;
- proibição da reidratação de leite em pó para a produção de leite pasteurizado e de outros derivados;
- regulamentação das aquisições governamentais;
- consórcio gerenciado (aquisições do governo como parte da política de modernização do setor);
- orçamento participativo para definição de investimentos públicos;
- ampliação do Pronaf para atendimento aos pequenos produtores de leite;
- proteção contra a concorrência desleal e predatória que sofre a pecuária de leite nacional, atendendo às reivindicações do setor e aplicando com rigor as medidas emergenciais já adotadas;

Leite – preços médios recebidos pelos produtores



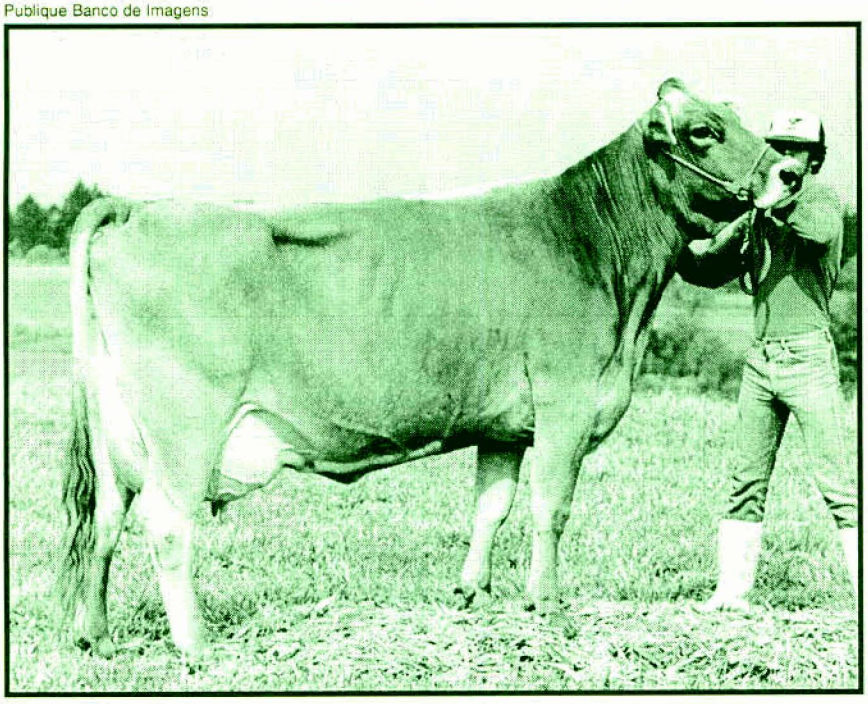
Fonte: FGV; jan./maio de 1998: CNA

Brasil: Importação de leite



Fonte: IBGE, M. A. A., MF – Elaboração: CNA/Detec.

Publique Banco de Imagens



Brasil: importações efetivas de produtos lácteos

Código NCM	*Valor FOB (US$)*	*Peso líquido (kg)*
401 – leite e creme de leite, não concentrado	56.927.603	123.024.603
402 – leite e creme de leite, concentrado	289.974.072	146.100.836
403 – leitelho, leite e creme de leite, concentrado	2.468.013	2.230.278
404 – soro de leite, mesmo concentrado ou adicionado	10.857.885	13.213.736
405 – manteiga e outras mat. gordas prov. leite	12.000.441	6.995.385
406 – queijos e requeijão	84.483.865	28.730.729
Total	456.711.879	320.295.567

Fonte: Secex/Decex.

Elaboração: CNA/Detec.

Dados preliminares.

Produção de leite de vaca, países selecionados (bilhões de l)

País	*1997**	*(%)*
União Européia	120,18	25,57
Estados Unidos	70,50	15,00
Rússia + Ucrânia	49,00	10,43
Índia	34,50	7,34
Brasil	20,30	4,32
Polônia	11,80	2,51
Nova Zelândia	11,50	2,45
México	11,50	2,45
Austrália	9,24	1,97
Argentina	8,50	1,81
Total mundial	470,00	100,00

Fonte: USDA; CNA.

Elaboração: CNA/Detec.

* Dados preliminares.

- compensação às cooperativas por juros elevados: crédito fiscal presumido de 50% no ICMS e diferimento do prazo de recolhimento do PIS e do Finsocial;
- estabelecimento de prioridades de pesquisa para a modernização do setor.

A aprovação e encaminhamento do relatório foram respaldados por um movimento denominado SOS Leite – Etapa Nacional, que contou com audiência pública na Câmara dos Deputados e uma manifestação de produtores na Esplanada dos Ministérios, em Brasília. A formulação do relatório teve como base seis audiências públicas – oficiais da Câmara dos Deputados – nas principais regiões leiteiras do país, reunindo cerca de 5 mil produtores, em torno dos sindicatos rurais, das federações estaduais de agricultura, das organizações estaduais de cooperativas, da Confederação Brasileira das Cooperativas de Laticínios (CBCL) e de representantes das indústrias locais.

Marcaram o início do movimento SOS Leite o encaminhamento de documentos ao Governo, no início do segundo semestre de 1997, alertando para a iminente crise e propondo medidas de solução e a Proposta de Fiscalização e Controle N.º 84/97, da Comissão de Agricultura e Política Rural, que possibilitou a realização das audiências públicas da Câmara dos Deputados, em conjunto com a Confederação Nacional da Agricultura, nas principais regiões produtoras do país.

A crise enfrentada pelo setor em 1997 deu origem ao SOS Leite

O ano de 1997 foi o mais difícil para o produtor de leite do país desde o lançamento do Plano Real. O setor produtivo experimentou reduções acima de 40% nos preços recebidos pelo litro de leite, durante o período de vigência do plano de estabilização. Em alguns estados os preços caíram mais de 50%, como é o caso de Mato Grosso.

A retração dos preços ao produtor foi

Vaca brasileira tem que ter bons antecedentes

Três características são comuns aos países que têm uma pecuária de leite desenvolvida: preços estáveis ao produtor, mercado interno protegido contra o comércio desleal e matéria-prima (e derivados) de alta qualidade. A solução para os problemas da atividade leiteira no Brasil, do ponto de vista do produtor, não será necessariamente a norte-americana, a européia ou a neozelandesa, mas certamente passará pelo alcance dessas características.

Os Estados Unidos, responsáveis pela maior produção individual de leite no mundo (70,5 bilhões de litros por ano), há mais de 50 anos criaram uma política de preços mínimos para os principais produtos lácteos. Contudo, mais importante que os preços mínimos são os mecanismos de defesa contra a importação de derivados lácteos a preços de subsídios ou *dumping*. Qualquer país que deseje exportar para o mercado americano terá que cumprir quotas específicas para cada produto. As exportações que ultrapassarem as quotas determinadas são taxadas em mais de 220%. Além das barreiras já descritas, a legislação norte-americana virtualmente veda as importações de leite líquido e de creme de leite provenientes do Brasil, ao abrigo do decreto federal de importação de leite (*Import Milk Act*, de 1927). Esse decreto protecionista exige, por exemplo, o fornecimento de dados sobre cada vaca leiteira.

O conjunto de países que formam a União Européia produz 120 bilhões de litros de leite ao ano – 25,6% da produção mundial. Internamente os produtores recebem subsídios diretos em função do número de animais e da área da propriedade, além de contarem com mecanismos de proteção de preços. No entanto, os subsídios à exportação são mais danosos aos países que não defendem o seu mercado doméstico das práticas desleais de comércio. Em 1997, o valor dos subsídios concedidos por tonelada dos principais produtos exportados foram: US$2.375 para manteiga, US$1.325 para queijos e US$1.350 para leite em pó integral.

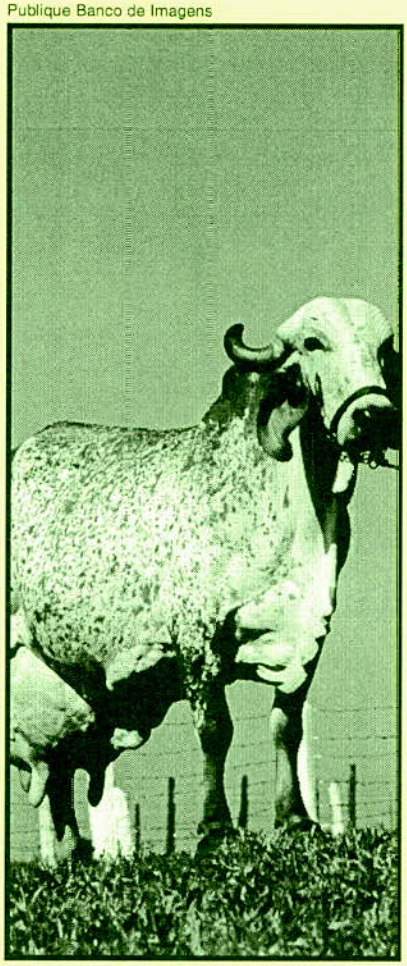
Na Nova Zelândia, país mais competitivo do mundo na produção e no comércio de produtos lácteos, os preços aos produtores são sinalizados no início de cada estação de produção. Além do mais, a legislação daquele país não permite que empresas estrangeiras explorem a atividade. Todas as etapas do processo produtivo são controladas pelo New Zealand Dairy Board, que reúne 12 cooperativas de produtores.

causada pelo excesso de oferta de produtos lácteos, sobretudo no segundo semestre do ano passado. As sobras de leite e derivados no mercado ocorreram principalmente em função de importações que atingiram a cifra de US$ 457 milhões, o equivalente a 1,93 bilhão de litros de leite. Os danos causados pelas importações foram realçados por mais dois fatores: de um lado, a estagnação do consumo, inclusive com queda em algumas regiões, que resultou do fim do efeito distributivo provocado pela estabilização da moeda; de outro, o significativo crescimento da produção doméstica.

Revolta

A situação causou revolta e desestímulo aos produtores brasileiros de leite. Um transtorno que poderia ter sido evitado com medidas que atendessem às necessidades do setor, encaminhadas ao governo pela Confederação Nacional da Agricultura, em julho e agosto do ano passado. As dificuldades enfrentadas pelo produtor podem até ter comprometido a verdadeira revolução silenciosa em direção à modernização que o segmento conheceu nos últimos quatro anos. Essa tendência ficou clara no segundo semestre de 1997.

Publique Banco de Imagens



Produtor herói

Apesar das condições desfavoráveis de mercado no ano passado, estima-se que a produção nacional de leite tenha crescido entre 5% e 7%. A interpretação simplista desse fato levaria a concluir que o produtor é irracional, pois diante de uma queda na sua receita ele aumentou a entrega de leite ao laticínio. Na verdade, dois principais fatores explicam este comportamento.

No início de 1997, ainda no período de entressafra, a maioria das indústrias elevou os preços pagos ao produtor, sinalizando que o mercado estava aquecido e estimulando a atividade. Frente a esse sinal positivo do mercado, os produtores investiram em alimentação para o rebanho, na expectativa de garantir uma boa produção no período de seca que se avizinhava.

O segundo fator foram os investimentos realizados em genética, pastagens, e instalações, que tiveram matu-

ração em 1996/1997. Tais investimentos foram incentivados pelo incremento no consumo durante o Plano Real.

Em suma, a produção agropecuária não funciona como uma fábrica de automóveis que pode contornar uma adversidade de mercado parando a produção e concedendo férias coletivas aos funcionários, como estratégia para reduzir a oferta e recuperar preço. Na agropecuária, uma vez iniciado o processo produtivo – quando a semente germina ou a vaca inicia a lactação – ele não pode simplesmente ser interrompido.

A grande instabilidade de preços na atividade produtiva leiteira certamente é a maior explicação para o fato de não existirem no Brasil muitos empresários rurais dispostos a realizar vultosos investimentos em pecuária de leite, o que é comum nos países possuidores de uma pecuária de leite desenvolvida. A insegurança em relação à remuneração é mais danosa que um preço baixo estável, uma vez que ela impossibilita o planejamento, conferindo elevado risco à atividade. Nesse sentido, o fato de o produtor ter acreditado no Plano Real, aumentando a produção nacional de leite em aproximadamente 30% entre 1994 e 1997, faz dele um herói.

Conquistas do Movimento SOS Leite

No primeiro trimestre de 1998, o governo, em especial o Ministério da

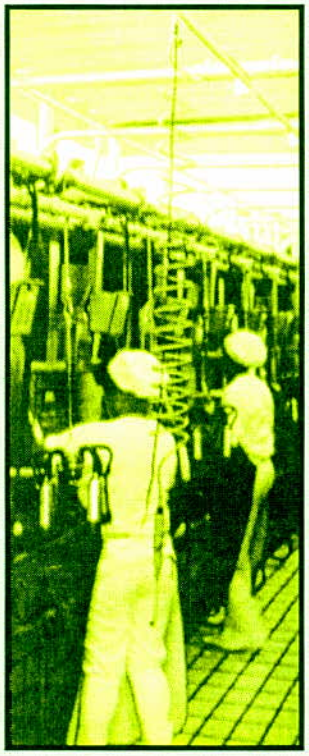
Ganho de produtividade garante crescimento de 41%

As medidas anunciadas pelo governo em defesa da pecuária de leite brasileira tendem a inibir as importações desnecessárias ao abastecimento doméstico. Caso essa tendência se confirme, o setor terá condições suficientes para continuar expressando o seu potencial de crescimento de produção, sustentado pelo incremento da produtividade.

Nos anos 90, a produção de leite no Brasil cresceu 41%, passando de 14,5 bilhões de litros, em 1990, para 20,3 bilhões, em 1997. Os maiores índices de crescimento foram observados a partir da vigência do Plano Real, quando a produção aumentou cerca de 30%. Se forem mantidas essas taxas de crescimento, o país alcançará a condição de exportador de leite e derivados na virada do milênio.

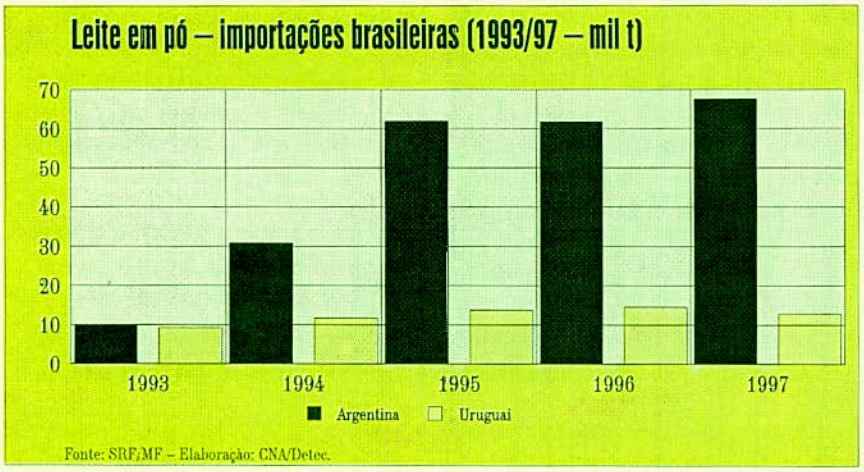
O expressivo crescimento da produção em período tão curto deveu-se ao aumento da produtividade. Estes ganhos são claros quando se constata que a produção cresceu mais na época da seca, demonstrando que o produtor brasileiro providenciou reservas alimentares para o rebanho para enfrentar o período. Isto e a melhoria do manejo e investimentos em genética e instalações confirmam a tendência de especialização da atividade leiteira no país.

O leite e seus derivados estão no segundo grupo de alimentos de maior peso nas despesas das famílias brasileiras. Em 1987, leite e derivados representavam 11,72% do orçamento familiar, levando em conta um consumo anual *per capita* de 100 litros. Em 1996, o comprometimento sobre a renda familiar com esses produtos caiu para 10,87%, com o consumo anual subindo para 140 litros *per capita*. Esse resultado só foi possível em função dos ganhos de produtividade do setor, que permitiram reduzir os preços à população e estimular o consumo com a melhoria da qualidade.









Praticada por empresários oportunistas, a triangulação acaba substituindo parte da produção argentina na exportação para o Brasil.

Agricultura, mostrou-se sensível às solicitações encaminhadas pela Comissão Nacional de Pecuária de Leite da CNA e pela Comissão de Agricultura da Câmara dos Deputados, atendendo às principais reivindicações da cadeia produtiva da pecuária de leite contra as práticas desleais de comércio. Essas medidas beneficiam tanto os consumidores – uma vez que boa parte dos lácteos importados é de qualidade duvidosa – como os produtores, já que se observa uma ligeira recuperação no nível dos preços recebidos em maio de 1998.

Estas ações do Executivo defendem o produtor brasileiro de leite frente aos terceiros mercados, colocando-o em igualdade de condições para competir nos mercados interno e externo. Com medidas como a redução do prazo de financiamento das importações para no máximo 30 dias, financiar a compra de leite e derivados no mercado internacional, com prazos dilatados e juros de 6% a 8% ao ano, deixa de ser um bom negócio. Sem esta opção, elimina-se uma das práticas predatórias à produção doméstica de leite, que não conta com as mesmas facilidades de crédito. Para confirmar a decisão de defender a pecuária leiteira da concorrência desleal, o governo adotou, ainda, as seguintes medidas:

- licenciamento não automático (LI) do Ministério da Agricultura nas importações de produtos lácteos – Comunicado/Secex nº 37, de 17 de dezembro de 1997;
- instituição de linhas de crédito para as cooperativas, com o objetivo de financiar a compra do excedente de produção de leite no período de safra – Resolução do Banco Central (Bacen) nº 2.463, de 28.01.98, e Carta-Circular nº 2.785, de 03.02.98, do Departamento de Normas do Sistema Financeiro – Bacen;
- aumento da alíquota do imposto de importação de leite em pó e queijos para 33% – Decreto presidencial nº 2.503,de 19.02.98;
- redução do prazo de financiamento das importações de produtos lácteos para o período máximo de 30 dias – Comunicado Decex nº 7, de 20.02.97.

Perda de renda

Embora as ações oficiais em defesa da produção nacional de leite tenham renovado as expectativas futuras do setor, os danos que os pecuaristas sofreram em 1997 causaram seqüelas de difícil recuperação, especialmente pela perda de renda. Em 1997, a remuneração da atividade foi 7,5% menor do que no ano anterior. No mesmo período, a produção passou de 19 para 20,3 bilhões de litros, ou seja, apesar do crescimento da produção, a renda média do produtor diminuiu.

Descapitalizada, a pecuária de leite enfrentará problemas para dar continuidade ao processo de modernização que experimentou durante o Plano Real. Para que o segmento possa continuar crescendo em níveis superiores ao aumento da população, alcançando auto-suficiência no abastecimento interno, seriam necessárias medidas complementares, já encaminhadas ao Executivo pela Comissão Nacional de Pecuária de Leite da CNA:

- fixação de parâmetros para aplicação da valoração aduaneira nas importações de produtos lácteos, com o objetivo de evitar o subfaturamento nas importações;
- elevação da Tarifa Externa Comum (TEC) dos produtos lácteos para 23%, com o objetivo de desestimular a internalização de produtos lácteos, inclusive por meio das operações de triangulação via Mercosul;
- utilização de produtos lácteos nacionais nas aquisições do governo para atender aos programas sociais, principalmente aqueles que fazem parte do Comunidade Solidária;
- indicação de armazéns alfandegários privados, local em que a mercadoria importada permaneceria até ser inspecionada;
- realização de uma campanha publicitária através de parceria entre a iniciativa privada e o governo, para aumentar o consumo doméstico de leite e derivados;
- criação de linhas de crédito para investimentos (principalmente para máquinas e equipamentos), em condições compatíveis com os retornos da atividade leiteira;
- diferimento do ICMS na aquisição de produtos lácteos para programas sociais, como forma de estimular a compra de produtos domésticos.



Imposto de importação

O aumento da alíquota do imposto de importação de leite em pó, de 27% para 33%, e de queijos, de 19% para 33%, foi uma medida positiva para todos os países do Mercosul, pois vigora apenas para os países de fora do bloco. Ao taxar os lácteos de origem dos terceiros mercados, o preço final dos produtos internalizados no Brasil tende a subir para os patamares observados em 1996. Assim, os produtores de leite do bloco terão possibilidade de buscar uma efetiva recuperação de preço e renda.

O Brasil elevou sua alíquota e propôs que a Argentina adotasse, simultaneamente, a mesma medida, de modo a reforçar a posição do Mercosul contra as importações subsidiadas ou as operações de *dumping*, praticadas principalmente pela União Européia e Estados Unidos. O fato de alguns segmentos da indústria leiteira da Argentina serem contra a elevação do imposto de importação dos lácteos é sinal de eventual interesse na manutenção de alíquotas desiguais, favorecendo assim a triangulação comercial.

A constatação de que a Argentina importou, somente da Nova Zelândia, aproximadamente 12 mil toneladas de leite em pó, entre julho de 1996 e junho de 1997, é uma das evidências de desvio de comércio no mercado comum. Esse volume importado equivale a 120 milhões de litros de leite, o que representa mais de 10% do excedente argentino para exportação, estimado em 1,1 bilhão de litros por ano.

A triangulação comercial prejudica em primeiro lugar os próprios produtores de leite argentinos. Praticada desnecessariamente por alguns empresários oportunistas, esta importação acaba substituindo parte da produção argentina no abastecimento doméstico ou na exportação para o Brasil. Nos dois casos, ocorrem prejuízos à produção local, pois aumenta o poder de barganha da indústria na formação dos preços pagos ao produtor. No Brasil, toda a cadeia produtiva perde com a triangulação comercial, uma vez que, com essa prática, a Argentina gera mais excedentes para a exportação.

Licenciamento não automático

Outra ação adotada pelo Brasil, o licenciamento não automático apenas possibilita maior fiscalização das importações de leite e derivados, protegendo os consumidores nacionais dos produtos importados de má qualidade. Essa medida permite ao Ministério da Agricultura verificar se o importador tem as condições mínimas exigidas para acondicionar e manufaturar o produto. Também possibilita conferir se o exportador está devidamente cadastrado ou se existe alguma restrição sanitária para produtos de determinada origem. A decisão do governo brasileiro foi motivada pela descoberta e fechamento de sete empresas que comercializavam produtos importados impróprios para o consumo humano. Infelizmente, fatos como esse colocam o país na condição de *lata de lixo do mundo* quando se trata de importação de laticínios.

Prazo de financiamento

A redução do prazo de financiamento das importações para no máximo 30 dias não restringirá as importações que forem imprescindíveis ao abastecimento do mercado brasileiro. Como os produtos lácteos são tipicamente de consumo imediato, a sua comercialização sempre ocorre em curto prazo, tornando desnecessário o crédito com prazos superiores ao período estabelecido pela medida governamental. Antes, os produtos estrangeiros eram adquiridos com prazos de pagamento de até 550 dias e juros entre 6% e 8% ao ano. Nessas condições, as empresas importadoras conseguiam vender no mercado nacional produtos lácteos abaixo do preço de mercado e ainda obter lucro significativo.

A operação era possível porque os juros no mercado financeiro brasileiro são em média 10 vezes superiores aos praticados no exterior. A limitação do prazo de financiamento para as importações apenas amenizou uma concorrência desleal que vinha achatando a renda do produtor brasileiro.

Paulo Roberto Bernardes é advogado, produtor rural e presidente da Comissão Nacional de Pecuária de Leite (CNPL) da Confederação Nacional da Agricultura (CNA); Vicente Nogueira Netto é engenheiro agrônomo, MS em economia rural pela UFV e assessor técnico-econômico da CNA. Paulo Sérgio Mustefaga é economista e assessor técnico-econômico da CNA.

AGROPECUÁRIA ARGENTINA

Ilha de prosperidade

A produção agrícola argentina vem obtendo resultados extraordinários. Em 1990/91, foram 35 milhões de toneladas; no ano passado, 54 milhões. E em 1997/98, apesar do El Niño, novo recorde: 64 milhões de toneladas de grãos.

Luiz Antonio Pinazza

O expressivo crescimento da produção de cereais e oleaginosas nos anos 90 espelha a atual pujança da agricultura argentina. A alta dos preços das commodities agrícolas no mercado internacional potencializou o clima de euforia reinante entre os agricultores desde o Programa de Reconversão, iniciado em 1991. Para melhorar, a produtividade também deu resposta positiva aos investimentos em tecnologia, máquinas e insumos. A combinação disso tudo resultou em sucessivos recordes de produção, cuja taxa de crescimento acumula fantásticos 84% desde 1990/91.

Para um PIB setorial de US$28 bilhões, estima-se que, capitalizados, os empresários rurais argentinos injetaram US$9 bilhões na atividade, somente no exercício de 1997. Cerca de 60% dessas inversões vieram via crédito, cujos saldos permaneceram estáveis durante 1996 e 1997. Passo a passo, o endividamento da agricultura caiu em 7,6% em 1993, 26% em 1994 e 33% em 1995. Na quitação e renovação dos créditos deste ano o ambiente é de tranqüilidade. O Banco de La Nación Argentina financia US$2,2 bilhões para 9 mil agricultores, com juros de 10% ao ano para compra de máquinas e 9% na aquisição de insumos.

Para a safra 1997/98, o desempenho da produção é uma grata e bem recebida surpresa, em que pese à área plantada ter apresentado um tênue recuo de quase 3%. Do total da área plantada, o plantio direto representou 1/5 e passa de 4 milhões de hectares.

Em termos de volume a produção total de cereais e oleaginosas baterá novo e expressivo recorde, chegando à casa de 64,38 milhões de toneladas. O êxtase é grande nas lides agrícolas. Entre as principais lavouras as produtividades cresceram. São os casos do trigo (15%), cevada (33%), sorgo (27%), milho (26%), soja (39%) e amendoim (110%). O girassol e o arroz, devido ao excesso de chuvas, tiveram quebras de 9% e 11%, assim como o algodão.

Na época da tomada de decisão de plantio, os prognósticos eram desanimadores. Influenciados pelos analistas de mercado, os agricultores acreditaram que a comercialização não teria rentabilidade tão favorável quanto a anterior. Os agrometeorologistas também não perderam a chance de arriscar um palpite de possível quebra de produção protagonizada pelo El Niño. Nesse cenário, os cereais voltados para consumo doméstico registraram as maiores quedas de plantio, enquanto as oleaginosas apresentaram algum incremento.

Para aumentar a competitividade das exportações e diminuir a evasão fiscal estimada em US$1,5 bilhão, o Congresso autorizou o Poder Executivo a reduzir 50% do Impuesto al Valor Agregado (IVA) até agosto próximo.

A decisão tem gerado área de fricção entre governo e lideranças rurais. A diminuição da alíquota acontece somente na primeira venda. Com isso, os agricultores não poderão abater integralmente o imposto inserido nas compras de bens de capital e insumos (21%). A medida desestimula o

Argentina: Endividamento da agricultura (em US$ milhões)

Produto	*10.06.96*	*10.06.97*
Explorações anuais	3.178	3.383
Culturas industriais	608	504
Gado	594	612
Frutas	367	321
Hortaliças	185	129
Aves	127	144
Outros	383	378
Total	5.442	5.481

Argentina: Produção de oleaginosas

Ano	*Girassol*		*Soja*		*Amendoim*		*Total*	
	Área	*Produção*	*Área*	*Produção*	*Área*	*Produção*	*Área*	*Produção*
1990/91	2.372	4.034	4.967	10.862	198	311	7.537	15.207
1991/92	2.724	3.677	5.004	11.315	153	221	7.881	15.213
1992/93	2.187	2.956	5.320	11.053	110	233	7.617	14.242
1993/94	1.997	4.095	5.639	11.720	134	208	7.770	16.023
1994/95	3.010	5.800	6.011	12.134	155	238	9.176	18.172
1995/96	3.410	5.558	5.988	12.436	239	462	9.637	18.456
1996/97	3.048	5.021	6.648	11.013	309	285	10.005	16.319
1997/98*	3.470	5.260	6.890	16.110	410	800	10.770	22.170

Observação: Área 1.000ha; produção 1.000t. * Preliminar.

Argentina: Produção de derivados de oleaginosas

Em 1.000t

Ano	Girassol		Soja	
	Óleo	Farelo	Óleo	Farelo
1991	1.548	1.618	1.232	5.890
1992	1.446	1.538	1.402	6.910
1993	1.182	1.261	1.466	6.631
1994	1.360	1.392	1.541	7.228
1995	1.975	2.107	1.599	7.384
1996	2.034	2.131	1.838	8.316

Fonte: Secretaría de Agricultura, Ganadería, Pesca y Alimentación.

Argentina: Produção de cereais

Área 1.000ha; produção 1.000t

Produto	1990/91	1991/92	1992/93	1993/94	1994/95	1995/96	1996/97	1997/98*
Arroz	Área	98	148	141	143	189	211	227
	Produção	348	733	608	608	926	974	1.222
Cevada	Área	147	233	239	202	147	231	244
	Produção	323	570	579	456	341	385	441
Milho	Área	2.160	2.686	2.963	2.781	2.958	3.412	3.926
	Produção	7.685	10.700	10.901	10.360	11.404	10.499	14.496
Sorgo	Área	752	823	810	670	622	671	802
	Produção	2.252	2.767	2.839	2.148	1.650	2.132	2.552
Trigo	Área	6.178	4.751	4.548	4.869	5.308	5.088	7.344
	Produção	9.884	9.884	9.872	9.659	11.306	9.450	15.983
Total	Área	9.335	8.641	8.701	8.665	9.224	9.613	12.543
	Produção	20.492	24.654	24.799	23.231	25.627	23.440	34.694

Fonte: Secretaría de Agricultura, Ganadería, Pesca y Alimentación. * Preliminar.

produtor tecnificado, pois quanto maior for o dispêndio em máquinas, implementos e insumos, menor será o crédito fiscal.

Ainda assim, quando se faz o cotejamento tendo como foco os países do Mercosul ou os da América do Sul, constata-se que a agropecuária argentina é uma verdadeira ilha isolada de prosperidade nos anos 90. Os demais, inclusive o Brasil, desencantam por não desenvolverem políticas para o fortalecimento de seu agribusiness. Com a segurança alimentar comprometida, eles são rotineiramente obrigados a buscar no exterior a produção de alimentos e fibras que escasseiam. Em direção oposta, tendo uma produção sempre crescente, os argentinos geram maiores excedentes e ampliam as suas exportações. Uma lição para todos nós.

Insumos e máquinas

Agronegócios emissores de tecnologia

Sementes – Acompanhando o crescimento da área cultivada, o faturamento do setor passou de US$413 milhões para US$872 milhões, de 1992 a 1996. Nesse período, a evolução do trigo e da cevada foi de US$200 milhões para US$480 milhões e a do milho de US$60 milhões para US$107 milhões.

O Instituto Nacional de Semillas, criado em 1992, exerce o controle da qualidade das sementes comercializadas e regula o registro de variedades. No começo de 1997 havia 3.308 cultivares inscritos, dos quais 1.623 eram argentinos e o restante estrangeiros. O país faz parte do Convenio de la Unión para la Protección de las Obtenciones Vegetales, que reconhece o direito de propriedade das variedades vegetais e estimula a inversão de capitais para a pesquisa de novas variedades.

A Comisión Nacional Asesora de Biotecnología Agropecuaria (Conabia) regulamenta a liberação de materiais vegetais e animais alterados pela engenharia genética, que totalizam 118 desde 1991. Os caracteres introduzidos aumentam a tolerância a herbicidas e insetos. Em 1996 foi autorizada a comercialização da soja resistente ao glifosato.

Fertilizantes – Até a década de 80, o consumo flutuava entre 280 e 350 mil toneladas anuais, equivalentes a 6 a 7kg de nutrientes (nitrogênio, pentóxido de fósforo e dióxido de potássio) por hectare, que era um dos mais baixos do mundo e insuficiente para repor os nutrientes extraídos pelas culturas. A incorporação de restos culturais e rotação de pastagens à base de leguminosas constituíam práticas que apenas amenizavam o proceso de deterioração do solo em função de seu uso intensivo.

A partir de 1992, o emprego de fertilizantes começou a crescer de forma significativa, sendo o de uréia 40% do consumo. Algumas empresas têm investido para melhorar a logística de distribuição e prestação de serviços (análise de solo, formulação adequada, aplicação de micronutrientes etc.).

Para atender à demanda crescente, a Profertil (empresa constituída pela YPF SA, a Pérez Campana SA y Agrim Inc.) está instalando em Bahía Blanca uma planta de uréia com capacidade de produção projetada para 1,1 milhão de toneladas e 80 mil

Argentina: Vendas de máquinas e insumos agrícolas

Ano	Fertilizantes t	Defensivos US$ milhões	Irrigantes unid.	Tratores unid.	Colheitadeiras unid.
1991	300	285,6	ND	3.400	760
1992	516	336,5	ND	4.871	415
1993	600	406	97	4.875	344
1994	900	521,5	188	6.393	1.011
1995	1.100	626,1	137	4.615	662
1996	1.650	791,8	391	7.720	1.276

ND = não disponível.

Fonte: Secretaría de Agricultura, Ganadería, Pesca y Alimentación.

toneladas de amoníaco no ano 2000.

Embora a resposta dos materiais genéticos à adubação seja alta, o uso de fertilizantes na Argentina ainda é muito baixo. Representa apenas 40% da média empregada na América Latina, 28% da América do Norte, 65% da Ásia e 20% da Europa.

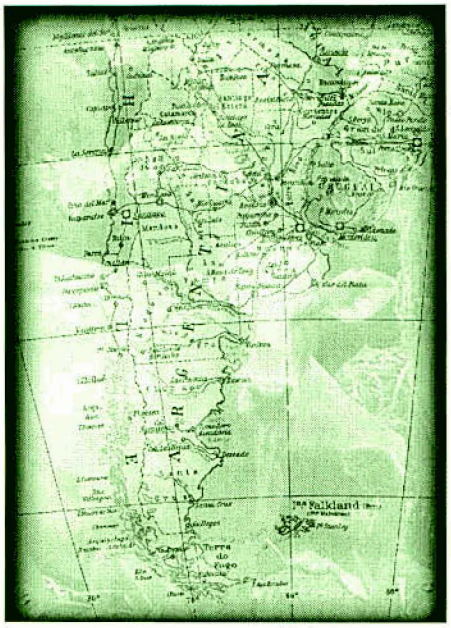
Defensivos vegetais – A taxa de crescimento anual no faturamento do setor vai de 20% a 25% nos anos 90. Os herbicidas contribuem com a metade, tendo aumentado as vendas de US$160 milhões da década de 80 para US$545 milhões em 1996. A expansão do plantio direto faz aumentar o uso de herbicidas não seletivos, enquanto produtos menos tóxicos elevaram em mais de 30% sua participação no mercado desde 1991. Para o futuro, o setor terá de se adaptar ao novo ambiente dos materiais vegetais obtidos pela engenharia genética.

Tratores e colheitadeiras – A indústria nacional teve de reestruturar-se para atender aos requisitos advindos da abertura de mercado, com relação a serviços técnicos, garantia, qualidade e preços. A reestruturação acabou por reduzir o número de modelos fabricados no país e incorporou novas tecnologias às máquinas. Mas os importados têm presença significativa. Representam 30% nas vendas de tratores, 80% nas colheitadeiras e 60% nas semeadeiras.

A demanda possui três segmentos. O primeiro compõe-se de empresas de maior escala e capacidade de inversão. O segundo, de produtores tradicionais sujeitos a processos de reestruturação. O terceiro são pequenos agricultores com baixa capacidade produtiva e dificuldade para ter acesso a financiamentos. Particularmente nos segmentos dois e três assiste-se a numerosos casos de criação de formas associativas de propriedade e uso de máquinas.

A região pampeana representa 60% da mecanização rural, onde a potência média dos tratores supera 100CV, com maior emprego de máquinas de duas trações. O avanço do plantio direto aumenta a venda de semeadeiras especiais para esse sistema.

Irrigação – Durante muito tempo, a irrigação ficava circunscrita às províncias mais áridas, um total de 900 mil hectares para o cultivo de frutas e hortaliças. Na região pampeana havia 100 mil hectares em fruti-



cultura e hortaliças concentradas nos vales e baixadas, enquanto na mesopotâmia 140 mil eram explorados com arroz. No total, a irrigação abrangia 1,2 milhão de hectares.

Nos últimos anos, a irrigação de áreas extensivas de grãos via equipamentos sofisticados se expandiu e chega a 100 mil hectares. Aumentar a rentabilidade e fugir de adversidades climáticas são os fatores que influenciam as decisões empresariais a favor da irrigação.

Pecuária de corte

Lembranças da Belle Époque

Na Argentina, Gardel, Perón e a carne bovina são ícones idolatrados. A suculência da carne grelhada satisfaz ao paladar de milhares de consumidores dentro e fora do país. Em termos de consumo per capita do produto, os argentinos apresentam os maiores índices do mundo. Quase o dobro dos brasileiros, por exemplo.

Em sua história econômica na primeira metade deste século, o ciclo de riqueza e prosperidade proporcionado pela pecuária de corte permitiu que a sociedade desfrutasse de um padrão de vida semelhante ao dos países ricos no auge da Belle Époque.

Argentina: Números da pecuária de corte

Ano	*Rebanho* (1)	*Abate* (2)	*Produção* (3)	*Consumo* per capita (4)	*Exportação* (5)	*Exportação* (6)
1991	52.452	12.345	2.607	67,9	411.289	777.570
1992	53.011	11.712	2.487	66,4	296.407	622.140
1993	52.555	11.895	2.509	66,9	280.455	613.670
1994	53.157	11.880	2.473	63,1	376.187	785.210
1995	52.648	11.576	2.449	56,4	516.580	1.070.170
1996	50.830	11.453	2.380	55,7	464.421	894.070

Fonte: Secretaria de Agricultura, Ganaderia, Pesca y Alimentación

(1) e (2): em 1.000 cabeças; (3) e (5): em mil toneladas; (4): quilo/habitante/ano; (6): US$ 1.000.

Argentina: Controle de doenças em animais

Ano	*Febre aftósica*		*Brucelose*	
	Animais vacinados (1)	*Focos*	*Animais vacinados* (2)	*Doses* (3)
1990	16.000	841	ND	ND
1991	41.380	240	2.807	4.987
1992	53.500	350	2.890	5.842
1993	53.600	196	3.226	5.559
1994	54.700	18	3.768	7.399
1995	55.608	0	4.378	7.453
1996	54.648	0	ND	ND

Fonte: Secretaría de Agricultura, Ganadería, Pesca y Alimentación

(1) e (2): em 1.000 cabeças; (3): em mil unidades.

ND = não disponível.

Com a produção desestruturada por grandes guerras e recessões econômicas, os europeus buscavam na Argentina as carnes de que necessitavam.

Muitos criadores nostálgicos rememoram aqueles bons tempos e desejariam trazê-los de volta. Têm razão para isso. A preços de hoje, a arroba valeria mais de US$100. Para o pecuarista argentino médio, que agora precisa levar as contas rigorosamente na ponta do lápis, isso significaria a redenção para uma vida de abastança e sem grandes preocupações.

Com todo esse passado esplendoroso, as luzes continuam acesas para o futuro. Em maio de 1997, depois de gastar US$600 milhões e envolver 300 mil pecuaristas numa campanha iniciada com o Plan Antiaftósico 1990/92 e seguida pelo Plan de Control 1993/97, a Argentina foi declarada como livre da febre aftosa. Foi uma conquista perseguida com muita tenacidade e de extrema importância, pois abre amplas possibilidades de aumentar a participação do país – ao redor de 10% – no comércio internacional, que gira US$12 bilhões anualmente. A Associação das Indústrias Argentinas de Carnes projeta para o ano 2000 vendas externas de 1 milhão de toneladas, com o empenho de cerca de 60 empresas exportadoras de carne bovina

Antes de ser reconhecida como livre da febre aftosa, a Argentina somente podia vender carnes cruas refrigeradas para os países do circuito aftósico, que movimenta 1,5 milhão de toneladas anuais, onde a Europa é o grande importador (450 mil toneladas por ano). Outros compradores importantes são Rússia, Irã, Iraque, Arábia Saudita e Egito que importam 800 mil toneladas anuais, supridos basicamente por carnes subsidiadas da União Européia.

Ainda em 1997, depois de ficarem impedidos durante 65 anos, os argentinos conseguiram fechar negócios de exportação com os Estados Unidos. Os norte-americanos consomem 12 milhões de toneladas por ano e são abastecidos principalmente por Nova Zelândia e Austrália, cujas cotas somam 580 mil toneladas por ano. Agora, a cota de 20 mil toneladas anuais de produtos frescos autorizada pelo governo dos EUA para a Argentina, no final da Rodada Uruguai, pode ser atendida sem embaraços sanitários.

Os mercados da Europa, bem como os do Japão e da Coréia, são vistos com consideração especial, enquanto nas 70 mil toneladas totalizadas a cada ano na chamada cota Hilton o trabalho não perde solução de continuidade. Mantendo a liderança, no período compreendido de 1 de julho de 1996 a 30 de julho de 1997, a Argentina recebeu a cota de 28 mil toneladas, contra 5 mil do Brasil e 6,3 mil do Uruguai. O Paraguai trabalha para conseguir 2 mil toneladas.

Sustentando a tradição e a qualidade, com esforços de marketing, o setor age esmeradamente para extirpar males arraigados no agronegócio. Nessa direção, o governo acaba de lançar um programa completo de controle policial com satélites, computadores e cães farejadores para descobrir empresas que operam ilegalmente com carne. Estima-se que a fraude movimente a soma pouco desprezível de US$700 milhões a cada exercício.

Argentina: Números da suinocultura

Ano	Rebanho	Abate	Produção	Consumo pc	Exportação	Importação
	mil cabeças		em t	kg/hab/ano	em t	
1991	2700	1680	145.297	4,6	533	7497
1992	2950	1850	159.693	5,7	107	29678
1993	3350	2080	179.918	6,2	3364	33303
1994	3400	2120	183.278	6	10540	33169
1995	3000	2250	207.395	6,4	11369	26593
1996	2220	1910	176.000	6,8	5737	48707

Fonte: Secretaría de Agricultura, Ganadería, Pesca y Alimentación.

Argentina: Números da avicultura

Ano	Abate	Produção	Consumo pc	Produção ovos	Exportação	Importação
	mil cabeças		kg/hab/ano	mil unidades	em t	
1991	173.242	389.790	11,9	4500	nd	nd
1992	233.127	553.680	17,8	4812	nd	nd
1993	256.536	663.990	21	4716	nd	nd
1994	266.659	677.390	21,3	4800	7.996	52.180
1995	290.146	742.790	21,9	5100	10.874	19.600
1996	280.662	724.070	21,3	5160	13.207	28.510
1997	295.709	762.890	22,19	ND	ND	46.239

Fonte: Secretaría de Agricultura, Ganadería, Pesca y Alimentación. – ND = não disponível

Avicultura e suinocultura

A ordem é ganhar espaço

A avicultura e a suinocultura, consideradas no passado setores de carnes substitutas e de segunda preferência do cardápio alimentar, já não passam mais despercidas pelos consumidores argentinos. Os complexos agroindustriais que giram em torno desses dois produtos mostram uma dinâmica jamais vista no país em que a carne vermelha ainda predomina. Esses setores se encontram em plena reconversão para aumentar a sua competitividade, diante dos preços mais baixos das importações.

Aproximadamente 75% da produção de carne suína se concentram nas províncias de Córdoba, Buenos Aires e Santa Fé. No total existem 64 matadouros. Do consumo nacional, um quarto é suprido por importações, das quais o Brasil participa com a metade. O consumo per capita ainda é pequeno, mas cresceu 50% nos anos 90.

O sistema de produção mais difundido no país é o semi-intensivo, que combina uma certa inversão de capital e absorve mão-de-obra. As fêmeas gestantes e as leitegadas têm acesso a pastos para exercício muscular e exposição a raios solares. A parição é feita em instalações apropriadas chamadas de maternidade. Já a terminação ocorre nos confinamentos, onde o animal recebe cereais (milho e sorgo) com suplementação protéica e antibiótica.

Na avicultura, os números de crescimento da atividade chamam atenção. Em ritmos bem próximos, tanto a produção como o consumo per capita praticamente duplicaram nesta década. Quase 90% da produção acontecem nas províncias de Buenos Aires e Entre Rios, com predominância do sistema de

integração vertical, tão comum aqui no Brasil, nos estados de Santa Catarina e Rio Grande do Sul.

O fato concreto para o futuro é que, somados, os consumos *per capita* de carne avícola e suinícola encostaram na metade da bovina. Esse percentual tem tudo para aumentar nos próximos anos. Assim como se verifica em outras partes do mundo, condições de preços e disponibilidade de renda são os dois principais fatores que ditam o consumo de massa na proteína animal. E eles não correm a favor da bovinocultura.

Marketing da carne

O Smiling Beef Club é a mais recente iniciativa da Argentina para vender seus produtos no mercado americano. O Clube da Carne, cuja carteira número um pertence ao presidente Bill Clinton, funciona no pátio da embaixada argentina em Washington.

Apesar do nome, a iniciativa não visa vender só carne bovina no mercado americano. Pretende sim facilitar todas as inciativas comerciais de empresas argnetinas nos EUA. Até porque a produção argentina ainda não conseguiu atender à totalidade da demanda norte-americana de carne bovina.

Em agosto do ano passado, o governo dos EUA suspendeu a proibição, que durou 65 anos, de importar carne da Argentina. Quase um ano depois, a Argentina ainda não conseguiu cumprir a quota de 20 mil toneladas anuais. Embarcou para os EUA apenas 7 mil toneladas.

Mas isso não preocupa os portenhos. Na verdade, as principais empresas exportadoras argentinas não parecem dispostas a disputar espaço com a carne local, vendida nos supermercados. Preferem investir no mercado constituído pelos sofisticados restaurantes onde o negócio é bem mais lucrativo. Os cortes especiais são vendidos a US$5/lb (454g) e são entregues congelados em embalagens a vácuo.

O Clube da Carne vem sendo freqüentado, toda terça-feira, das 18 às 22 horas, por diplomatas, empresários, deputados, senadores e amigos da embaixada. É, apenas, uma singela e simpática iniciativa da embaixada argentina em Washington. E como o comércio internacional necessita de iniciativas como essa!

Pecuária de leite

Produzir para o mercado brasileiro

El Niño pegou de cheio as bacias leiteiras da Argentina, interrompendo a escalada de aumento da produção, que vinha desde 1991, quando atingiu 5,9 bilhões de litros. A seca severa e prolongada fez com que a produção patinasse no patamar de 8,6 a 8,7 bilhões de litros no biênio 1996-1997. Para 1998, aguarda-se a retomada do crescimento.

Os planos dos laticínios, que nos últimos anos injetaram US$600 milhões na modernização de suas plantas, priorizam a exportação. Nesse sentido, a quebra da produção foi uma frustração enorme. A SanCor, principal cooperativa do país, chegou a captar 4 milhões de litros, para uma capacidade de produção da ordem de 7 milhões.

Em contrapartida, a queda-de-braço entre produtores e laticínios revela uma disputa velada e pesada. Para aumentar a competitividade, as empresas entraram numa delicada negociação com seus fornecedores, onde o objetivo final é diminuir o preço do leite pago, de R$0,22 o litro, em 15%. Essa ação orienta organizações privadas poderosas como a Mastellon Hermanos (La Serenisima), com seus 3,2 milhões diários, além da multinacional Nestlé (a terceira maior empresa argentina no setor), que processa 1,3 milhão de litros por dia, e outras fábricas de médio porte.

Os argentinos, com uma produção diária por fazenda de 1.100 litros, usam nas contas de referência os números da Nova Zelândia, país considerado seu principal concorrente no nível internacional, onde o índice é o dobro. E a produtividade argentina em termos de litros por fazenda era de 540 em 1988. O orgulho das lideranças do setor fica duramente ferido quando se trazem à tona estatísticas de importação, como a de 1977, em que razões climáticas forçaram a importação de mais de 200 mil toneladas de leite em pó neozelandês.

De qualquer forma, sopra um desafio mesclado com otimismo nos ventos dos pampas. Para o ano 2000, projeta-se um excedente de 2 bilhões de litros, a partir do potencial produtivo de 2,2 milhões de vacas em ordenha distribuídas em 22 mil fazendas. Há 10 anos o número de fazendas era de 44 mil. É uma oferta maior de leite que viabilizará a abertura de novos mercados, tais como a Europa, Rússia, Sudeste asiático e, evidentemente, o Brasil, que importa mais de 40% do total de produtos lácteos da Argentina.

A tecnificação das propriedades leiteiras corre a passos largos. A mecanização da ordenha chega a 80% do total em Buenos Aires e mais de 90% em Santa Fé. Mais da metade delas faz uso de tambores de refrigeração. A produtividade média por vaca/ano é de 3.700 litros, cerca de três vezes acima da brasileira, mas ainda menor do que a dos Estados Unidos e da União Européia, respectivamente com 5.200 e 5.500.

Na província de Santa Fé, a mais importante bacia leiteira do país, tem-se a fotografia da modernização dos últimos tempos. Em 1975, para uma área de 1,3 milhão de hectares de pastagens e 610 mil vacas, existiam 15,2 mil propriedades que produziam 1,2 bilhão de litros. Em 1995, o número de fazendas tinha caído para 5,6 mil, que ocupavam 570 mil hectares e tinham 540 mil vacas, na produção de 2,3 bilhões de litros. Neste interregno, o número de fazendas caiu 63%, a área de pastagem encolheu 46% e as vacas são 11% a menos. Mas a produção cresceu 92%.

Argentina: Números da pecuária de leite

Ano	*Produção*	*Importação*	*Exportação*	*Consumo pc*
	milhões de l		*milhões de l*	*l/hab/ano*
1993	7.002	301	306	207
1994	7.007	391	527	224
1995	8.507	227	1.094	220
1996	8.625	208	1.143	218
1997	8.711	200	958	223
1998*	9.146	200	1.163	226
1999*	9.787	200	1.565	229
2000*	10.472	200	2.006	233

Fonte: Secretaría de Agricultura, Ganadería, Pesca y Alimentación. – *Estimativa

PEQUENO PRODUTOR RURAL

Espécie em extinção

Entre 1985 e 1996 milhares de pequenos estabelecimentos rurais fecharam. Os dados comprovariam duas tendências: a diminuição da população rural e a tendência ao desaparecimento dos pequenos agricultores familiares. Porém, mudanças metodológicas entre os dois censos os tornam pouco comparáveis.

Carlos E. Guanziroli

Em 22 de novembro último, o *Jornal do Brasil* comentava os dados do Censo Agropecuário do IBGE de 1996 para o estado do Rio de Janeiro, apresentando um panorama muito pessimista da agricultura fluminense: uma redução de 41,2% no número total de estabelecimentos, que passaram de 91.280 em 1985 para 53.680 11 anos depois. As maiores quedas aconteceram nos estratos de menos de 10ha (49,1%); nos de mais de 10 mil hectares, a queda foi de 50%, mas os estabelecimentos eram apenas dois. Nos outros estratos a diminuição não foi significativa.

Esses dados comprovariam duas tendências inexoráveis da economia agrária: a tendência à diminuição da população rural como expressão da redução de sua importância econômica e a tendência ao desaparecimento dos pequenos agricultores familiares, o que se confirma pela maior incidência de redução nos estratos de menor área.

Em nível nacional a diminuição não foi tão drástica como no Rio de Janeiro, caso especial pelo efeito da rápida urbanização, loteamento e criação de sítios. Isso fica evidenciado pela menor redução para o Brasil como um todo: de 5.801.809 estabelecimentos em 1985, passou-se a aproximadamente 4.862.858 em 1996.

Ano agrícola x ano civil

Com base nesses números, podemos de fato afirmar que há uma tendência de redução no número de estabelecimentos?

O IBGE contesta a comparabilidade analisando os resultados do Censo de 1996 e chama atenção para que os censos de 1985 e 1996 não podem ser tecnicamente comparados, pois o período de referência do atual (ano agrícola) mudou em relação aos anteriores (ano civil). A utilização do ano agrícola é mais correta, porque permite contabilizar safras e custos do mesmo período (de 1 de agosto de 1995 a 31 de julho de 1996), enquanto anteriormente (ano civil de 1 de janeiro a 31 de dezembro) captavam-se os custos do período do Censo correspondente à área plantada entre outubro e dezembro de 1985, mas se perdeu a colheita. Para resolver o problema usou-se a informação da safra anterior, o que evidentemente altera os resultados.

A mudança para ano agrícola, no entanto, introduziu outro problema: a época em que foi feita a coleta das informações. No sistema anterior os recenseadores iam a campo entre janeiro e junho, com o objetivo de captar os dados da safra do ano civil anterior, e certamente encontravam um grande número de produtores em plena atividade agrícola, já que era época de colheita em quase todas as regiões do país, pelo menos no que se refere às lavouras temporárias. No último Censo os recenseadores foram a campo entre agosto e novembro de 1996, em pleno momento da entressafra, quando uma parte possivelmente significativa dos pequenos produtores não se encontra fisicamente nos locais de trabalho.

Segundo o IBGE: "nem todos os estabelecimentos correspondem à imagem que se tem de uma fazenda cercada, com sede, galpões, estábulos... e com gente habitando no local. Na verdade, muitos estabelecimentos têm natureza precária, sendo facilmente identificáveis apenas durante o período entre o plantio e a colheita da safra. Na entressafra, muitas vezes, são poucos os vestígios da atividade que se desenvolveu na área no período anterior, e freqüentemente o responsável pela produção não pode ser encontrado na região em que se localiza o estabelecimento, pois terminou seus trabalhos e deixou o local. Isso pode acontecer, por exemplo, com estabelecimentos operados por parceiros e arrendatários, que recebem um pedaço de terra para cultivar mas que, depois da colheita, devolvem essa terra ao dono desfazendo o vínculo com a mesma."

Comparados aos dados da PNAD (Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios), os dados do Censo de 1996 em nível nacional mostram que a redução no número de estabelecimentos não deve ter sido assim tão drástica. O número total da categoria "empregadores e trabalhadores por conta própria em atividade agrícola no trabalho principal" – categoria que mais se assemelha à de estabelecimentos do Censo – vem se reduzindo desde 1992. De 5.100.752 passou a 4.950.330 em 1993, a 5.045.553 em 1995, e a 4.656.466 em 1996. Mas a PNAD não contabiliza os domicílios rurais da região Norte, que apresentam aproximadamente 500 mil estabelecimentos (segundo o último Censo). Somados ao total de 4.656.466 da PNAD em 1996, fazem aproximadamente 5,1 milhões de estabelecimentos para o Brasil – mais do que os 4,8 milhões contabilizados pelo Censo Agropecuário de 1996. Ou seja, a redução do total de estabelecimentos foi bem menor do que se imagina.

Além da diferença por conta da mudança no período de referência, o IBGE enumera outros fatores de queda:

- transformações decorrentes do acelera-

1. Rio de Janeiro – Censos agropecuários do IBGE

Comparação 1985-96

Grupos de área total (ha) e condição do produtor	*Nº de estabelecimentos 1985*	*Nº de estabelecimentos 1996*	*Variação %*
Totais	91.280	53.680	-41
Menos de 10 ha	55.845	28.439	-49
10 a menos de 100ha	28.704	20.005	-30
100 a menos de 1.000ha	6.330	5.011	-21
1.000 a menos de 10.000ha	282	199	-29
10.000ha e mais	2	1	-50
Proprietários	62.839	42.228	-33
Arrendatários	4.231	2.270	-46
Parceiros	12.003	6.608	-45
Ocupantes	12.207	2.574	-79

2. Brasil – Produção agrícola obtida (t)

Produto	*1993*	*1994*	*1995*	*1996*	*1997*
Algodão herbáceo	1.127.326	1.350.028	1.441.420	1.003.199	831.662
Arroz em casca	10.142.934	10.499.455	11.225.994	9.989.839	9.334.375
Feijão	2.479.567	3.368.430	2.945.267	2.822.340	3.004.333
Mandioca	21.864.683	24.452.358	25.315.620	24.583.971	24.354.099
Milho	30.004.489	32.487.400	36.274.584	32.186.179	34.610.513
Soja	22.558.398	24.912.345	25.651.272	23.562.279	26.545.348
Trigo	2.152.761	2.092.424	1.534.148	3.359.447	2.449.726

Fonte: IBGE: *Anuários estatísticos*.

do processo de reestruturação e de ajuste da economia;

- urbanização do meio rural, onde atividades e ocupações não agrícolas emergiram com intensidade;
- continuidade da migração rural-urbana;
- instituição da aposentadoria para o trabalhador rural e extensão dos benefícios da previdência social ao campo (Funrural), levando a que produtores idosos de subsistência paralisassem suas atividades.

Conjuntura desfavorável e resultado incerto

Além desses fatores, por sinal bem semelhantes aos que atuaram em outros períodos, excetuando o Funrural, há a grande influência da escolha de um ano excepcionalmente ruim para a agricultura brasileira. A realização do Censo justamente no período 1995-96 reflete o resultado de uma safra atípica.

Os principais produtos da lavoura temporária, exceto o trigo, sofreram quedas significativas em 1996 que se mantiveram em 1997. É verdade que os produtos da lavoura permanente como cana-de-açúcar, laranja e café não tiveram sua produção reduzida, mas estes produtos ocupam preferencialmente mão-de-obra assalariada, afetando menos o número total de estabelecimentos.

A redução da produção e da área plantada nessa safra foi conseqüência da questão das dívidas ainda não solucionadas na época e falta de crédito aliada a fatores climáticos desfavoráveis. Um censo realizado em 1995 teria captado uma situação de safra menos ruim. O ano atípico deve ser incluído, portanto, na lista dos fatores que prejudicaram os resultados.

Certamente uma parcela da queda de quase 1 milhão de estabelecimentos entre o Censo de 1985 e o de 1996 pode ser atribuída a crises estruturais, como a decadência do algodão no Noroeste paranaense; outra deve ser conseqüência da urbanização do meio rural; um certo percentual de evasões pode ser explicado pela retirada dos idosos em função do Funrural; e as características atípicas da safra de 1996 devem também ter influenciado em parte do resultado. Mas qual é o percentual de cada um desses fatores? Infelizmente a mudança do período de referência (ano fiscal para ano agrícola), embora metodologicamente correta, torna impossível quantificar, o que impede de saber as reais causas e as proporções exatas da redução.

Que parcela dessa redução corresponde a arrendatários, parceiros, ocupantes e até a pequenos proprietários, que não foram encontrados no período de coleta do Censo porque estavam longe de suas terras, em descanso, ou trabalhando fora da área, no período da entressafra, mas que logo depois, na época do plantio, estariam de volta produzindo? Os dados da tabela 1, apesar de circunscritos apenas ao Rio de Janeiro, apontam que a redução do número de ocupantes, parceiros e arrendatários foi relativamente muito maior que a do número de proprietários.

Uma forma de resolver o impasse seria a realização, pelo IBGE, de um levantamento adicional nos municípios de maior concentração de arrendatários, parceiros e ocupantes, durante um período de safra, para verificar se houve ou não uma diminuição verdadeira e definitiva nessas categorias.

Por enquanto os dados fornecidos pelos dois Censos não permitem confirmar nem negar nada. É certo que a população rural tende a diminuir, mas não se pode dizer o mesmo da agricultura familiar, como demonstra a experiência dos países europeus e dos EUA. A agricultura familiar vem se transformando, assumindo novas roupagens, articulando-se com agroindústrias, mas nada indica que seu destino seja desaparecer. Os resultados do Censo agropecuário mostram que durante esse período fecharam milhares de pequenos estabelecimentos, assim como seguramente também fecharam as portas milhares de pequenos e médios estabelecimentos urbanos. A diferença é que estes, para reabrir, necessitam apenas de uma licença da junta comercial e industrial, enquanto no campo as famílias necessitam de terras, que no Brasil continuam monopólio de uma minoria. A dinamização da pequena e média empresa rural requer, portanto, modernizar a estrutura agrária brasileira, punir a retenção da terra sem uso ou com uso ineficiente e estimular o desenvolvimento do mercado de terra. Tanto as ações de desapropriação como o ITR são medidas positivas nesse sentido.

Carlos Guanziroli é consultor FAO/Incra e professor adjunto da UFF.

ELEIÇÕES&SETOR RURAL

Em nome do poder

Com a proximidade das eleições, a classe agrícola tem que se posicionar para construir poder político (e capital) suficiente para enfrentar os muitos desafios dos próximos quatro anos.

Mauro de Rezende Lopes

O movimento SOS Leite mostrou que quando uma grave crise ameaça o setor a resposta pode surpreender. Os produtores moveram uma campanha organizada contra as importações de leite, que ameaçaram gravemente o negócio. Se os produtores de trigo e algodão tivessem feito a mesma coisa, talvez não tivessem sofrido o que sofreram no passado recente, uma queda de mais de 50% nas áreas de cultivo. Concorrência é uma coisa, concorrência desleal é outra muito diferente. Disso entendem os produtores de leite.

Por que não aproveitar essa experiência e organizar a classe, em uma escala muito mais abrangente, para um desafio maior e imediato? As eleições estão se aproximando. Desta vez, a classe agrícola terá que se posicionar para ter poder (e capital) político suficiente para enfrentar muitos desafios nos próximos quatro anos. Esta é uma meta importante, pois faltou capital político para resolver grande parte dos problemas do passado: foi preciso que os problemas se agravassem muito para haver uma solução (foi o caso, por exemplo, da securitização). Com maior poder político a classe será mais atendida e respeitada. Essas eleições serão um teste da capacidade de o setor se organizar de forma competente para exercer poder político.

Além dos problemas do dia-a-dia, que requerem força política para serem solucionados, o próximo Congresso vai votar matérias importantes, como a nova legislação trabalhista, a legislação ambiental, a reforma tributária, a legislação acerca da utilização de recursos hídricos – e muitas leis mais. Ficou provado que a força parlamentar foi a que, em última instância, conseguiu sensibilizar a burocracia para os graves problemas que a pecuária de leite estava enfrentando.

O Congresso é a maior força emergente no quadro político nacional. A classe agrícola conseguiu vitórias à custa da intensa participação de deputados, que atuaram de forma brilhante. Se maior força tivessem, maiores seriam as vitórias. O próximo Congresso vai legislar sobre matérias que afetarão profundamente a vida dos agricultores. A agricultura tem uma agenda de temas que requerem a mobilização política permanente dos produtores. Há muito ela já teria que dispor de um bloco parlamentar fortalecido e apoiado com maior poder das bases, para cuidar da agenda de temas de maior importância para o setor.

Há duas perguntas importantes: qual é a estratégia política dos produtores para enfrentarem esse desafio das próximas eleições? Já há uma estratégia? Se não houver, a classe rural corre o risco de permanecer com muito pouco poder político para enfrentar os desafios dos próximos anos. Mesmo não havendo uma estratégia, haveria, por acaso, um conjunto de alianças táticas – com o setor do agribusiness, por exemplo – que garantisse uma vitória na representatividade política dos setores ligados à agricultura? A impressão colhida nos seminários, dos quais participamos e nos quais temos feito esta pergunta, é de que a resposta é não, para ambas. Cresce a cada dia a consciência de que a classe tem que participar, mas as ações não têm a intensidade necessária.



Em busca da representatividade

Os produtores, a exemplo de todos os setores da economia brasileira, terão que encontrar quem represente os seus interesses e os defendam – em número e poder de representatividade suficientes. Por que a classe agrícola, com a densidade de votos que tem, desperdiça votos? Pode-se dar o luxo de não formar um poder agrícola organizado? É possível discutir uma estratégia para a próxima campanha política? Como seriam os representantes ideais dos produtores?

Um voto político agrícola aguerrido deveria selecionar um grupo de candidatos que preenchesse um conjunto mínimo de requisitos básicos para representar o setor: a) serem inequivocamente identificados com os interesses da agricultura; b) terem um passado de realizações e atendimento aos pedidos de apoio nos momentos críticos às comunidades agrícolas locais e estaduais; c) representarem mais de uma região do estado; d) que se comprometam a atender quando solicitados na medida do apoio recebido na eleição. Esse seria o mínimo dos critérios de elegibilidade para representar os produtores.

Os produtores têm que saber o seguinte sobre os seus possíveis candidatos: a) quem nos atendeu quando chamamos?; b) quem se comprometeu conosco e não nos atendeu?; c) quem fugiu da raia?; d) quem nos ajudou mesmo? Como disse um líder agrícola, há uma diferença muito grande entre "eleger quem ajuda a gente e eleger gente da gente". Há comunidades agrícolas mobilizadas, mas a maior parte não se dá conta do desafio que se aproxima.

Os produtores teriam de, como todos os agricultores organizados da Europa e dos Estados Unidos, atuar em todas as frentes no âmbito parlamentar – vereadores, deputados estaduais, deputados federais e senadores, sem exceções. Isso significa construir uma base parlamentar ampla, encadeada e suficientemente forte para formar um autêntico poder agrícola político nacional – que deve ser a meta das próximas eleições. Diluir o poder do voto agrícola será um desastre nas futuras eleições.

Há um cuidado muito importante: o voto agrícola tem que respeitar o princípio da diversidade partidária, para não concentrar o voto rural em um só partido (o perigo do sectarismo é muito grave). O compromisso do candidato deve ser, independentemente de partidos, com os produtores rurais. E esta é uma condição inarredável.

Os produtores rurais terão que demonstrar na prática a força do voto rural. Terão que mostrar que são um bloco politicamente organizado, como todos os demais setores da economia. Um poder agrícola politicamente organizado e capaz de eleger quem represente seus interesses.

Mas todo trabalho tem que começar nas bases, nos pequenos grupos de produtores, nas comunidades e nos municípios. No começo, realizando discussões: simplesmente tocar no problema e sentir a reação dos produtores na base. A mobilização dos produtores nos Estados Unidos e na Europa partiu de uma organização das bases, nas quais, além dos problemas comuns de tecnologia, por exemplo, discutia-se organização política. Em *A agricultura política: a história do poder agrícola organizado* (editado pela Embrapa), mostro que todo o poder político da agricultura vem das bases, das comunidades rurais. Esta, sim, tem que estar mobilizada, realizando alianças com outras comunidades, até construir a base do estado.

Há uma diferença muito grande entre "eleger quem ajuda a gente e eleger gente da gente". Há comunidades agrícolas mobilizadas, mas a maior parte não se dá conta do desafio que se aproxima.

Mobilização

Em termos da experiência do passado, os produtores têm toda uma herança que os condicionava a não se mobilizarem politicamente para defender seus interesses. Em primeiro lugar, historicamente, nunca foram educados para o exercício do poder político, ao contrário dos de outros países com uma agricultura do porte da agricultura brasileira, que sempre estiveram mobilizados politicamente. Simplesmente não foram treinados para exercer poder de pressão política. Estão aprendendo com as dificuldades atuais, mas faltam cursos técnicos para equiparar o treinamento profissional com o treinamento do exercício de poder político. O que sobra no primeiro, falta no segundo.

Em segundo, a agricultura brasileira só se mobilizou no passado recente quando havia uma grave crise ameaçando o setor rural. O exemplo mais importante foi a frente ampla da agropecuária brasileira, eficaz apenas enquanto durou. Depois dissolveu-se, infelizmente. Nunca houve mobilização permanente e manutenção de um estado de alerta. Os produtores não têm experiência de mobilização para a formação de poder político – um *luxo* que agora não dá mais para se ter.

Em terceiro lugar, o trabalho de discussão política é difícil. Há riscos naturais inerentes a esse tipo de ação. Podem-se perder mais votos (maior dissidência entre os produtores) e deixar de ganhar muitos votos (para uma frente de votação mais concentrada) se este assunto for conduzido de forma indevida. O receio dos riscos levou a que os dirigentes agrícolas adotassem uma atitude de excessiva cautela em um assunto tão importante quanto esse.

Finalmente, em quarto lugar, a agricultura brasileira é a única de grande porte no mundo que não tem nenhum jornal ou periódico informativo, de atualização e mobilização política. Fica muito difícil trabalhar sem informação. Na Europa e nos Estados Unidos havia muitos jornais deste tipo, que informavam os produtores de tudo o que se passava no *front* político. À menor convocação de mobilização os produtores dos países desenvolvidos reagiam com uma forte pressão sobre seus representantes. Isso não acontecia no Brasil, porque não havia um veículo de comunicação política direta dos dirigentes com a grande massa de produtores.

Em suma, os produtores brasileiros não sabem manter uma permanente ação de mobilização, pelo menos em escala nacional, nas bases, para o trabalho político, exceto quando há crises.

A conseqüência desse processo de letargia e entorpecimento do passado foi desastroso. Um estado que produz 30% do produto agrícola nacional tem 84 deputados e apenas dois trabalham permanentemente nos problemas agrícolas. Em um outro estado vizinho, de cerca de 37 deputados apenas um representa o estado na Comissão da

Agricultura da Câmara – isso em um estado com uma excelente classe de produtores, com grande capital humano. Pior, no Senado não há um grupo que discuta permanentemente os problemas agrícolas. Isso é muito diferente do senado nos Estados Unidos e no parlamento europeu, sem falar dos parlamentos nacionais na Europa.

Muitos produtores ainda não despertaram para o desafio de formar uma representação política e não têm experiência de ação política. Esse quadro teria que mudar na próxima eleição. Sem apoio político no Congresso, a agricultura não terá grandes chances.

Contraditoriamente, a agricultura lutou e conseguiu vitórias políticas surpreendentes, com experiências muito bem-sucedidas. Na Constituinte as cooperativas se mobilizaram e elegeram 47 deputados, selando o compromisso de que cada deputado traria para a luta da defesa dos interesses do cooperativismo mais quatro companheiros. O resultado foi a Frente Parlamentar Cooperativista, que reuniu nada menos que 217 deputados. Este bloco parlamentar conseguiu incluir seis artigos acerca do cooperativismo na Constituição, entre eles o da autogestão: o estado ficou proibido de tutelar as cooperativas.

Outros exemplos foram a votação dos artigos de reforma agrária, a Frente Ampla da Agropecuária, a Lei Agrícola, a securitização das dívidas rurais, a recomposição das dívidas da cafeicultura e a recomposição das dívidas dos produtores, com débitos maiores do que R$200 mil. Recentemente o movimento de mobilização política nacional salvou a pecuária leiteira de um virtual colapso: este foi o sucesso do SOS Leite.

Estes exemplos mostram que quando os produtores são mobilizados, eles sabem reagir à altura das necessidades. Entretanto, só nas sociedades rurais do século passado é que as mobilizações se processavam de forma a atender crises esporádicas, espasmódicas (os conhecidos movimentos), sem uma mobilização permanente dos produtores em torno de organizações (inclusive e principalmente políticas). Há uma diferença na história entre movimentos e organizações. Os movimentos surgem, cumprem seus objetivos, mas sofrem de elevado grau de *mortalidade infantil*. Só as organizações agrícolas conseguem sobreviver.

Lutando contra o tempo

Hoje temos a convicção de que a agricultura tem que parar com o processo do passado, de pedir uma política agrícola. Deve desenhar a política que convenha a seus interesses, discutindo-a de forma competente com os formadores de opinião na mídia e, em seguida, conseguindo o apoio da sociedade. Com a sociedade contra, os preconceitos de alguns membros da imprensa e da burocracia, a agricultura não tem o apoio político de que tanto necessita. Lembrando o dito popular: "Pior do que o governo dos maus é o silêncio dos bons."

Muitos produtores ainda não despertaram para o desafio de formar uma representação política e não têm experiência de ação política. Esse quadro terá que mudar na próxima eleição.

O setor agrícola tem a política agrícola que merece. Nada será dado aos produtores: eles é que têm que dialogar com a sociedade e propor uma política que beneficie a todos. Os produtores têm, no Brasil, que aprender a ciência da política na agricultura ou a agricultura política.

O tempo conspira contra todos. Em termos muito práticos, o trabalho tem que ser feito rapidamente; há pouco tempo para avançar nessa difícil caminhada. Nesse sentido, vale a pergunta: há um plano rápido e prático que possa ser seguido?

A primeira tarefa, nesse plano, é identificar nomes de candidatos com potencial de representar o setor rural – buscar informações sobre os prováveis candidatos. A segunda é ter uma lista de deputados identificados com o setor rural, mas cuidadosamente selecionados. Basta uma lista dessa natureza para se iniciar um debate muito *quente* sobre a questão. Esse seria um fato tão novo, que a mídia se incumbiria de acompanhar de perto a sua evolução. E todo o processo se iniciaria simplesmente com o aparecimento da tal lista que, sozinha, teria um poder de fogo muito forte.

A terceira tarefa é identificar os potenciais candidatos – agora já discutidos e para valer – para todas as esferas incluindo a Câmara e o Senado. A quarta seria uma plataforma ou conjunto de reivindicações para discutir com os candidatos diretamente. A quinta tarefa é conversar com os candidatos; atraí-los para um debate aberto, rompendo com a tradição do passado das discussões dos candidatos em pequenos grupos, quando garimpam votos. Ao invés de os candidatos irem até os produtores, os produtores irão procurá-los, um grupo selecionado de nomes que a agricultura da comunidade se comprometeria a apoiar. Isso já é uma verdadeira revolução no meio rural brasileiro.

É preciso não esquecer que o pior problema do setor rural, na ação política e nos movimentos reivindicatórios, é o nosso conhecido *carona*. Ou seja, o produtor rural que se beneficia da ação de todos e para ela não contribui. Essa é a verdadeira praga da agricultura. Há que se romper com os maus hábitos do passado. Todos têm que ser cobrados na participação política. É preciso ter coragem de enfrentar os demais produtores omissos. Sem correr riscos não se consegue lá muita coisa. É preciso resgatar a dívida política da agricultura.

O setor terá que forçar uma diretriz inarredável: só apoiar politicamente os candidatos que têm tradição e potencial para defender os interesses dos produtores. É possível haver um voto rural consciente? Ou os produtores vão se refugiar na mesma pacificidade de sempre? Podem ter iniciativas? O setor rural tem líderes comunitários. Só não estão mobilizados politicamente porque não foram treinados para esse tipo de ação. O líder de uma comunidade pode mobilizar muito a classe. Um presidente de sindicato pode muito. O que não falta aos brasileiros é criatividade e imaginação. Basta a força da idéia e os produtores poderão, se devidamente liderados, recuperar o tempo perdido no passado. Basta a força da idéia: a imaginação se incumbe de encontrar os caminhos da ação.

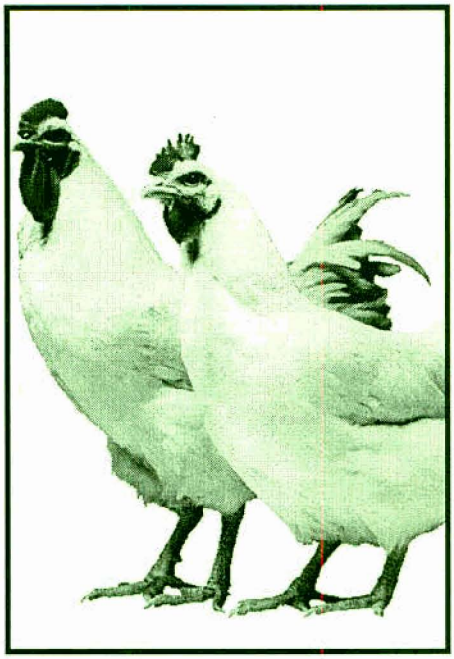
Vamos apenas repetir um ponto crucial: os agricultores têm a política agrícola que merecem, por mais duro que isso possa parecer. Assim é a tradição das políticas agrícolas dos produtores dos países desenvolvidos.

E-mail: mrlopes@fgv.br

IRENE RAGUENET TROCCOLI

Problemas à vista

O cenário deste ano não parece animador para os países vendedores de carne de aves. Segundo recente estimativa do USDA, as exportações mundiais deverão chegar a 5,9 milhões de toneladas, 1,9% a mais que as do ano passado.



O cenário avícola brasileiro para este ano não parece nada fácil. No que tange ao custo de seus dois principais insumos, se não há problemas à vista no caso da soja, pelo lado do milho a tendência é de franco aumento dos preços, conforme se confirma a necessidade de importações para se complementar o abastecimento interno na temporada 1997/98.

Em termos da demanda interna como um todo, o recrudescimento dos índices de desemprego e a meia-força à qual vem andando a economia parecem afastar a possibilidade de os consumidores virem a sancionar passivamente eventuais repasses do maior custo de produção ao preço final da ave. O ritmo do alojamento de matrizes de corte, por sua vez, demonstra que o setor buscará sustentar o aumento de seus preços: entre julho do ano passado e fevereiro último, o número destes animais alocados em produção contraiu-se 30% em termos acumulados.

Finalmente, pelo lado das exportações também há motivos para preocupação. Após registrar avanço acumulado de 75% nessas vendas entre 1993 e 1997, a Associação Brasileira dos Exportadores de Frango – Abef vem contabilizando quedas sistemáticas na quantidade mensal vendida desde o início do presente ano. Entre janeiro e abril, o total repassado a outros países foi de 198 mil toneladas, 10% a menos do que no mesmo período de 1997. Quanto ao preço médio, ele ficou em US$1.162/t FOB, sinalizando diminuição de quase 17%

A situação desfavorável para o Brasil deriva, fundamentalmente, de dois pontos: a coincidência entre crescimento da produ-

Tailândia: estratégias de marketing

Segundo o presidente do Chareon-Pokhand Agro-Industry Business Group, empresa integradora responsável por 70% da produção avícola da Tailândia, quatro devem ser as preocupações da avicultura tailandesa no momento, além do equacionamento dos problemas usuais de custo de produção: a diversificação de mercados, o controle de qualidade, a introdução de produtos de maior valor agregado que satisfaçam os consumidores e o impacto do acordo da OMC.

A diversificação de mercado diz respeito à diminuição da dependência tradicional aos mercados japonês e europeu. Neste caso, os produtores tailandeses entendem que esta tarefa será muito difícil, já que os esforços empreendidos até agora pelos exportadores e pelas autoridades governamentais têm encontrado resistência.

O controle de qualidade visa aumentar a confiabilidade dos potenciais compradores quanto ao produto que estão adquirindo, elemento considerado como chave no comércio internacional. Para tanto, a empresa propõe que todo e qualquer processo de produção de produtos avícolas seja executado sob estrito controle e supervisão das autoridades responsáveis, reforçando o padrão de qualidade já estruturado.

O recente aumento do custo de mão-de-obra na Tailândia vem causando uma perda relativa de competitividade nos produtos do segmento de carne avícola desossada, reforçada pelo aumento dos custos de arraçoamento. Para compensar essa dificuldade, os exportadores vêm tentando aumentar a utilização de processos automatizados no corte dos produtos, além de desenvolver variedades para exportação de produtos prontos para cozimento, semicozidos e cozidos. Este esforço tem sido bem-sucedido, especialmente nas vendas ao Japão e à Europa, onde tem crescido a demanda de produtos tailandeses prontos para cozimento.

Quanto ao acordo da OMC, sua implementação dará aos exportadores avícolas tailandeses maior oportunidade para abrir mercados em países membros da OMC, tais como a Coréia do Sul e a Ilha Formosa. No entanto, o sucesso desta abertura de novas áreas irá depender de esforços conjuntos do governo tailandês e dos exportadores no que tange às barreiras não-tarifárias impostas por esses países.

Tailândia – Exportações de carne avícola, por tipo

1992 a 1998 (e) – em t

Tipo	*1992*	*1993*	*1994*	*1995*	*1996*	*1997*	*1998(e)*
Frango congelado	174.830	157.080	152.903	149.935	137.215	151.120	155.000
Carne processada	6.922	11.387	15.966	26.276	31.555	41.114	56.000
Total	181.752	168.467	168.899	172.059	168.770	192.234	211.000

Fonte: *World Poultry.*

Japão: reestruturando a avicultura

No Japão, a carne de aves é a segunda mais consumida, depois da carne de porco. A insuficiência estrutural produtiva da avicultura local, no entanto, garante ao país o suprimento interno de apenas 70% de suas necessidades, apesar dos esforços importantes de reestruturação que vêm sendo aplicados a este segmento. O desenvolvimento da criação industrial intensiva não tem conseguido compensar totalmente a queda da produção causada pelo rápido desaparecimento das criações com menores índices tecnológicos.

Além do mais, a cadeia avícola local é prejudicada pelos elevados custos de produção e pela crescente concorrência internacional, o que tem levado os analistas a crer que, nos próximos 10 anos, a produção avícola japonesa decrescerá ao ritmo médio anual de 3%.

A localização geográfica das criações avícolas se dá nas regiões de Miyazaki (16%), Kagoshima (12%) e Tokushima (10%). Com forte concentração da indústria de transformação de carnes, quatro grupos dominam 70% do total produzido: Nippon Meat Packers, Itoham Food, Prima Meat e Marudai Food. Nos últimos anos, os investimentos japoneses orientados para a transformação industrial dessa carne vêm-se deslocando principalmente em direção à Tailândia (Grupos Simikin, Toshoku, Sumitomo, Mitsubishi e Nippon Ham) e China (Grupos Marubeni e Mitsui).

Os consumidores são francamente adeptos dessa carne branca de baixo preço, que eles preferem sob a forma de fritura ou em *nuggets*. Esse bom posicionamento deve-se muito ao seu largo uso nas redes de *fast-food*.

Japão – Importações de carne avícola por país de origem

1990, 1992, 1994, 1996 e 1997 (e) – em mil t

País	*1990*	*1992*	*1994*	*1996*	*1997(e)*
China	34,60	58,80	125,30	198,40	200,00
EUA	99,80	105,60	121,80	122,20	135,00
Brasil	38,70	66,70	71,40	97,30	120,00
Tailândia	104,70	141,60	114,60	92,90	95,00
Outros	9,80	12,00	4,90	3,70	8,00
Total*	287,60	384,80	438,00	514,60	558,00

(e) Estimativa.

*Arredondado.

A demanda varejista costuma se dar essencialmente pelos cortes desossados, mais adequados à tradição culinária japonesa.

A produção avícola japonesa busca alternativas que se destaquem no panorama comum da ave produzida à base de rações industriais. Ultimamente se desenvolve uma pequena produção de frango caipira, assim como de frangos especiais alimentados com algas, girassol e maçã.

ção avícola mundial e desaceleração do consumo – devido ao menor ritmo de crescimento econômico em vários países emergentes – e as conseqüências da crise econômica registrada na Ásia no final de 1997 e das medidas de ajuste ali adotadas, destacando-se a forte desvalorização das moedas locais. Com isso, concorrentes como a Tailândia passaram a dispor de uma vantagem extra no comércio internacional, o que se revelou particularmente problemático para os brasileiros no caso do mercado japonês.

Japão, cliente preferencial

O Japão, forte comprador dos produtos avícolas de maior valor adicionado, é um importantíssimo cliente para qualquer país vendedor. No qüinqüênio 1993-97, importou 14% da carne avícola transacionada mundialmente, quase sempre da China, dos EUA e do Brasil (respectivamente 40%, 22% e 19% na média dos últimos três exercícios). Do total dessas importações, no máximo 3% foram de aves inteiras; a preferência maior recai nos cortes de alto valor que exigem amplo emprego de mão-de-obra. Em 1997 o preço médio das exportações brasileiras para o Japão foi de cerca de US$1.640/t FOB, 20% acima da média de todos os países compradores.

A desvalorização de 70% na moeda tailandesa foi a forma encontrada pelo governo local para dar fôlego às vendas ao exterior.

Tailândia, o concorrente mais forte

O destaque nessa concorrência fica para a Tailândia, cuja produção e exportação de carne de aves vêm crescendo a taxas médias anuais de 9% e 5% desde 1994.

A desvalorização de 70% na moeda tailandesa desde meados do ano passado foi a forma encontrada pelo governo local para dar fôlego às vendas ao exterior. Deverá refletir-se em 15% de aumento nas exportações da carne de aves neste ano, consolidando a relativa estabilidade do setor produtivo no país. Por outro lado, essas empresas vêm-se ressentindo do aumento em cerca de 30% dos custos do arraçoamento animal provocado pela desvalorização cambial, já que a Tailândia depende do suprimento externo desses insumos. Também subiu fortemente o custo dos equipamentos avícolas no país, normalmente adquiridos dos EUA e da Holanda. A Associação dos Processadores e Exportadores de Frangos da Tailândia estima que uma linha de processamento avícola hoje custe pelo menos o dobro do que custava antes da desvalorização cambial.

Os tailandeses exportam basicamente carne avícola, cozida ou não. No caso desta última, o preço da coxa desossada de frango vendida ao Japão sofreu queda de 8% após a desvalorização cambial, descendo para US$1.750/t, estimando os analistas que possa chegar até US$1.600/t. Já a carne de peito de frango vendida à União Européia teve seu preço diminuído de US$2.750/t no início de 1997 para US$2.150/t no primeiro trimestre de 1998.

Cenário de queda

O cenário para este ano não parece animador para os países vendedores. Segundo recente estimativa do USDA, as exportações mundiais de carne avícola deverão chegar a 5,9 milhões de toneladas. Isto representará avanço de somente 1,9% sobre o registrado em 1997, percentual surpreendentemente reduzido quando comparado à média de 20% observada no crescimento anual entre 1994 e 1997. Para o Brasil, a previsão é de que as exportações diminuam 4%.

E-mail: iragtroc@fgv.br

LUIZ OTAVIO ARARIPE
MANOEL ARANHA CORREA DO LAGO

Fatia maior ao produtor

Com a nova estrutura fiscal de imposto zero sobre a exportação, a rentabilidade futura da produção de café no Brasil deverá ser muito superior à do passado recente.

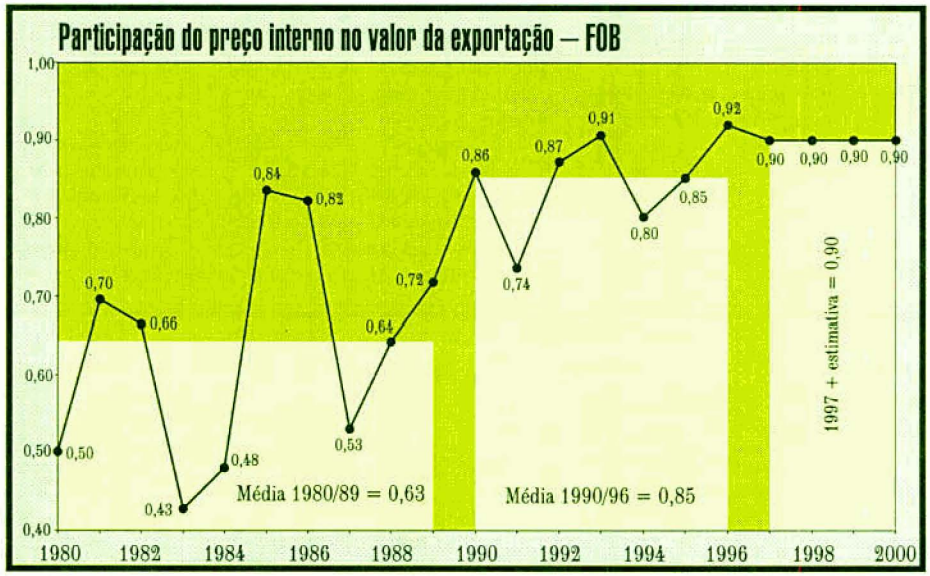
A rentabilidade da produção de café tem aumentado significativamente por conta da maior participação do produtor no preço final de exportação. O produto sempre sofreu forte carga fiscal. Além dos impostos de praxe, arcou com impostos de exportação – taxas múltiplas de câmbio e quota de contribuição – e numerosas outras formas diretas (ICMS) ou indiretas (retenção compulsória) de taxação. Em alguns momentos, a carga fiscal não teve caráter confiscatório, já que a receita era utilizada em benefício próprio – especialmente, a partir da criação do Funcafé, em 1986, quando as receitas passaram a ser destinadas exclusivamente à implementação de políticas do setor. Apesar de ainda existir quota de contribuição, a alíquota é zero desde 1990. Se permanecer deste modo, descontados pequenos impostos de caráter geral (Prorural, CPMF), a taxação representará importante mudança estrutural na rentabilidade da produção de café.

O gráfico ilustra a participação média anual do preço interno (valor bastante próximo do preço recebido pelo produtor) no valor médio FOB. O preço interno foi calculado com uma ponderação de acordo com estimativas das quantidades exportadas de cafés arábicas de grupo 1, grupo 2 e conilon. O valor médio FOB foi calculado a partir da receita cambial total das exportações de café verde dividida pela quantidade exportada. A comparação de preços não é exata mas serve como indicador da ordem de grandeza da participação da renda do produtor no valor exportado. Essa participação nunca será de 100%, de vez que existem os custos de preparo, como frete para o porto, capatazias, adicionais de qualidade e outras despesas. Pode-se estimar que o total dessas despesas seja de US$10,00/saca.

A participação média do preço interno sobre o valor exportado na década de 80 foi de 63% e entre 1990-96 subiu para 85% do valor FOB, configurando um aumento de 22%. Esse diferença substancial reflete o fim do imposto federal sobre a exportação de café (quota de contribuição = 0 a partir de 1990). Com a lei Kandir, (fim do ICMS em setembro de 1996) espera-se que a participação média se situe de forma permanente acima de 90% do valor FOB.

Além das mudanças na estrutura fiscal interna, diversas reduções nos custos ao longo da cadeia comercial de café estão contribuindo para aumentar a rentabilidade da produção. Nos últimos anos, ocorreram diversas reduções nos custos portuários (capatazias), no frete marítimo e no imposto de importação da União Européia incidente sobre o café brasileiro. Com o fim dos acordos de exclusividade das conferências de frete (acordos formais de preço entre armadores nacionais e estrangeiros que estabeleciam um valor mínimo de frete marítimo), o frete Brasil/EUA foi reduzido em cerca de US$7,00 por saca: de quase US$11 para US$4. Quanto ao imposto de importação junto à UE, o custo, que era de 4% do valor CIF no início dos anos 90, foi reduzido para 1,2% e a partir de 2000 o imposto terá alíquota zero. Nunca se sabe se essas reduções de custos são apropriadas pelo produtor ou pelo importador. No entanto, mesmo que uma redução de custo não seja repassada totalmente para o valor recebido pelos produtores o menor custo relativo torna o café brasileiro mais competitivo. Esse aumento de competitividade, por sua vez, tende a incentivar a demanda de café brasileiro e portanto, ainda que de forma indireta, contribui para aumentar a renda de longo prazo do produtor.

A diferença entre o valor FOB unitário e o preço interno ponderado serve como uma medida do total de taxas pagas pelo produtor brasileiro. O valor total do ICMS sobre as exportações, de 13%, mais imposto de exportação e custos de preparo representaram um total estimado em US$7,7 bilhões. Parte desse valor foi utilizada para investimentos e financiamentos no setor e para a aquisição dos atuais estoques do Funcafé. De



Diversas reduções nos custos ao longo da cadeia comercial de café estão contribuindo para aumentar a rentabilidade da produção.

qualquer maneira, foi significativa a transferência de renda para outras áreas da economia.

Com a nova estrutura fiscal de imposto zero sobre a exportação, a rentabilidade futura da produção de café no Brasil deverá ser muito superior à do passado recente. Tomando-se como hipótese de preços futuros a média do indicador da OIC para os arábicas naturais entre 1987 e 1996 (período que inclui a série de preços baixos de 1990-93) de 101,49 cts/lb (US$134,25/saca), e considerando-se um custo de *ex-dockagem* de 4,50 cts/lb (US$5,95/saca) e um custo de preparo de 10% (ou seja uma participação do preço interno no valor FOB de 90%), teremos uma estimativa de renda para o produtor de café brasileiro de US$115,70/saca. Com os recentes ganhos de produtividade por hectare e as conseqüentes reduções no custo unitário da saca, e ainda uma expectativa de médio prazo de melhora no poder aquisitivo da taxa do dólar (ou uma redução dos custos de produção medidos em dólar), o produtor de café brasileiro poderá ter uma melhor expectativa de renda futura. O imposto zero sobre as exportações de café e o conseqüente aumento na renda de longo prazo do produtor, representam uma real oportunidade para o Brasil expandir sua produção, e reverter a tendência secular de participação decrescente no comércio mundial de café.

Luiz Otavio Araripe e Manoel Aranha Correa do Lago são sócios diretores da Valorização Empresa de Café S.A.
E-mail: valor@mtec.com.br

CONJUNTURA DO AGRIBUSINESS

MERCADO FUTURO DE MILHO

ROGÉRIO FERREIRA DE SOUZA

Mercado amadurecido

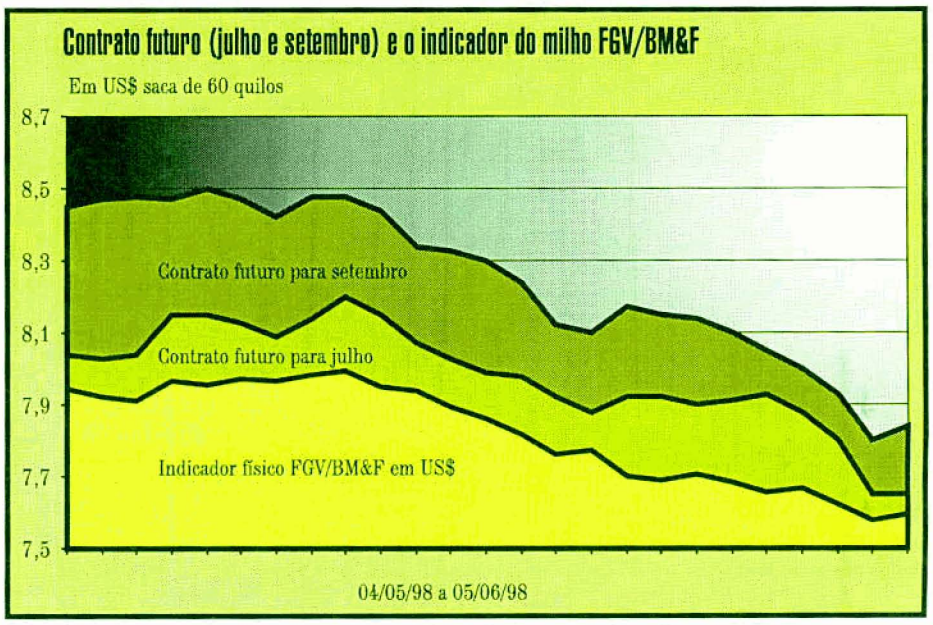
O mercado ainda trabalha com um sentimento de escassez do milho e com uma demanda maior para este ano.

Apesar dos preços baixos de maio e junho, não houve reversão de tendência. Apenas ajuste do próprio mercado em relação à expectativa de altas astronômicas criada pelos produtores (vendedores) de milho que retiveram o produto esperando conseguir preços mais elevados. Esse comportamento, que ao longo dos anos foi se tornando uma estratégia de comercialização, agora enfrenta nova postura por parte dos agentes tomadores. Os estoques de matéria-prima tendem a ser cada vez menores, limitado às compras para consumo imediato, na maioria das vezes o necessário para uma semana. Tem havido maior acompanhamento dos preços internacionais, principalmente da Argentina, no intuito de constatar a paridade de preços ideal para a obtenção de ganhos na importação do produto, e aproveitamento dos leilões governamentais, quando estes têm a função de baixar os preços internos. O comprador está bem mais preparado contra as altas forçadas pela oferta. Nesse sentido, o que praticamente caracterizou a queda dos preços nesse período foi a sensibilidade dos compradores em relação à conjuntura do mercado interno.

Mesmo com a posição cautelosa dos compradores e os leilões dos estoques governamentais iniciados no mês de maio, suavizando os preços, é bem verdade que o mercado ainda trabalha com um sentimento de escassez do milho e com uma demanda maior para este ano. Diante dos fatos, os preços tenderão a uma alta não muito expressiva no longo prazo. No curto e médio prazos, deve haver manutenção dos preços, com pequenas quedas em virtude da entrada da safrinha, que para este ano promete ser maior em relação à do ano anterior.

No mercado futuro de milho negociado na BM&F, os negócios estão se concentrando no contrato para vencimento em setembro, que apresenta um suporte em US$8,48 e resistência em US$7,80, com *spread* em relação ao indicador FGV/BM&F de US$0,25. Em maio, a média de negócios/dia foi de 64,5 contratos e o volume financeiro de US$5.504.932.

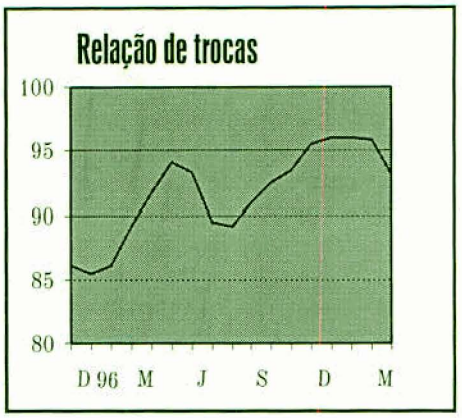
E-mail: roger@fgv.br



Índice de preços pagos e recebidos

pelos agricultores, valores nominais (base: mar. de 1994 = 100)

Queda na relação de trocas



A entrada de uma nova safra no mercado provoca a queda sazonal da relação de trocas.

Produtos	Lavouras	Lavouras - Produtos	Demais lavouras	Produtos animais	Agropecuária IPR	Sementes	Fertilizantes	Agrotóxicos	Serviços	Combustíveis	Mão-de-obra	IPP
1990	0,002	0,002	0,001	0,002	0,002	0,002	0,004	0,003	0,003	0,002	0,003	0,003
1991	0,010	0,013	0,007	0,012	0,010	0,014	0,017	0,015	0,014	0,011	0,016	0,015
1992	0,112	0,141	0,079	0,121	0,114	0,144	0,170	0,163	0,182	0,153	0,147	0,159
1993	2,602	3,215	1,903	2,829	2,670	2,914	3,062	3,184	3,380	3,260	3,012	3,113
1994	70,490	73,192	66,860	70,140	70,348	70,358	69,590	69,556	70,490	69,377	78,287	71,441
1995	106,133	106,894	104,206	102,881	105,057	107,525	111,208	105,203	118,388	101,834	193,854	125,843
1996	129,248	142,869	108,520	105,026	120,572	128,775	137,297	117,668	127,984	111,635	250,925	150,086
1997	140,435	140,688	136,530	106,792	128,048	130,710	136,852	121,774	137,098	122,474	259,300	154,507
Dez.96	129,248	142,869	108,520	105,026	120,572	128,775	137,297	117,668	127,984	111,635	250,925	150,086
Jan.97	130,327	140,020	114,176	103,065	120,442	129,050	138,159	118,209	128,737	121,987	252,438	152,415
Fev.	131,777	135,086	123,631	104,313	121,822	130,683	138,376	119,346	130,737	121,937	253,013	153,217
Mar.	136,668	137,347	132,195	106,269	125,569	129,952	137,932	119,933	130,715	121,937	254,498	153,319
Abr.	140,938	140,161	138,541	108,246	128,940	129,793	137,784	120,327	131,271	121,937	256,774	153,795
Mai.	144,970	143,560	143,460	107,590	131,080	129,142	137,263	120,638	132,250	121,987	258,617	154,058
Jun.	143,798	139,410	146,948	107,585	130,380	128,780	136,485	120,983	192,101	121,987	260,862	154,235
Jul.	138,342	136,114	137,999	109,252	127,836	129,885	136,215	121,986	132,822	121,987	261,452	154,650
Ago.	137,947	136,114	136,991	107,908	127,051	130,189	136,427	122,595	132,289	121,987	261,939	154,821
Set.	141,021	139,841	138,954	107,874	128,883	131,573	136,073	123,289	132,986	121,987	262,462	155,230
Out.	143,467	143,862	138,891	106,705	129,854	131,553	135,769	123,757	132,948	121,987	262,118	155,126
Nov.	145,821	146,738	140,402	106,063	130,975	133,468	135,623	124,503	133,571	124,986	262,246	156,047
Dez.	150,141	150,002	146,178	106,631	133,749	134,455	136,122	125,721	134,753	124,986	265,186	157,169
Jan.98	151,632	148,744	151,815	106,432	134,528	135,030	136,300	126,541	136,101	124,986	267,369	157,977
Fev.	151,480	148,995	151,032	106,448	134,447	134,975	136,119	127,184	136,223	124,986	266,398	157,819
Mar.	151,552	147,506	153,598	108,022	135,178	135,335	136,609	128,043	136,341	124,986	266,872	158,200
Abr.	148,128	144,400	149,760	108,479	133,386	135,896	137,723	128,778	137,161	124,986	267,932	158,964

Fonte dos dados primários, brutos: Empresas estaduais de assistência técnica e extensão rural, Instituto de Economia Agrícola (SP), Comissão Executiva do Plano da Lavoura Cacaueira e prefeituras municipais. Elaboração: Centro de Estudos Agrícolas/IBRE/FGV.

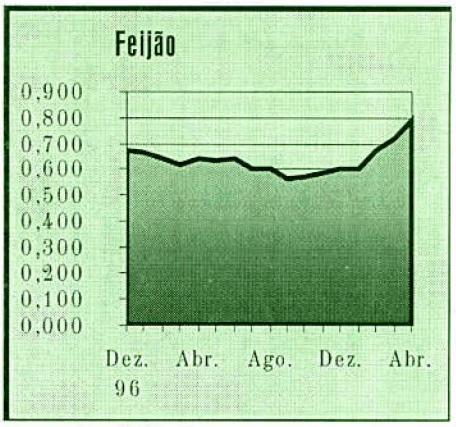
[1]Lavouras amparadas pela Política de Garantia de Preços Mínimos.

Preços recebidos

pelos agricultores, valores reais em R$ de abril 1998/unidade.

Clima eleva os preços

Uma queda de quase 5% na produção, que poderá mostrar-se ainda menor, já que a seca que inviabiliza a safra nordestina, é a razão do aumento dos preços. Como as condições climáticas adversas também afetaram a Argentina, tradicional fonte das importações nacionais, os preços deverão continuar em alta.

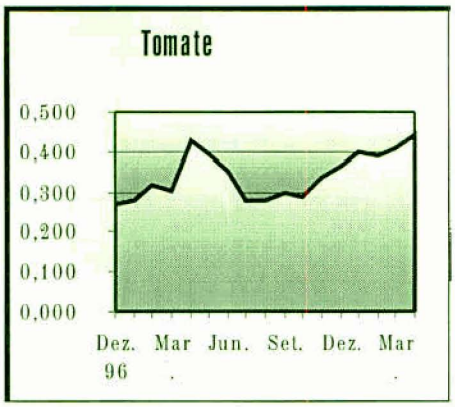


Anos/Prod.	Algodão caroço (kg)	Amendoim casca (kg)	Arroz em casca (kg)	Banana (dúzia)	Batata-inglesa (kg)	Cacau (15 kg)	Café em coco (kg)	Cana-de-açúcar (t)	Feijão (kg)	Fumo em folha (kg)	Laranja (cento)	Milho (kg)	Mandioca (raiz) (t)
Média 90	0,581	0,504	0,302	0,397	0,459	19,477	0,774	16,927	0,898	1,995	4,153	0,203	60,179
Média 91	0,600	0,596	0,384	0,400	0,491	22,064	0,737	18,089	0,892	2,070	3,194	0,216	72,068
Média 92	0,530	0,414	0,282	0,294	0,317	21,854	0,635	18,778	0,693	2,870	3,142	0,192	81,463
Média 93	0,595	0,527	0,279	0,310	0,346	19,311	0,803	16,772	0,870	2,573	2,488	0,198	80,840
Média 94	0,601	0,474	0,270	0,396	0,542	20,294	1,431	17,299	1,045	2,209	3,361	0,170	58,066
Média 95	0,526	0,426	0,221	0,589	0,399	18,776	1,294	15,549	0,623	2,047	3,212	0,140	81,901
Média 96	0,545	0,436	0,230	0,463	0,307	17,669	1,064	16,938	0,683	2,277	2,050	0,162	85,750
Média 97	0,591	0,519	0,239	0,361	0,334	22,416	1,396	17,331	0,615	2,040	2,333	0,130	79,811
Dez. 96	0,564	0,554	0,250	0,358	0,239	21,277	0,923	17,412	0,673	2,247	2,106	0,152	86,061
Jan. 97	0,566	0,438	0,246	0,385	0,192	19,344	1,047	17,409	0,663	2,041	2,362	0,139	83,680
Fev.	0,553	0,436	0,245	0,372	0,213	17,740	1,288	17,134	0,639	2,065	2,788	0,128	80,103
Mar.	0,579	0,463	0,231	0,379	0,284	19,345	1,410	17,273	0,621	2,041	2,798	0,126	87,985
Abr.	0,596	0,533	0,230	0,366	0,376	21,491	1,412	17,224	0,638	2,029	2,771	0,125	85,662
Maio	0,605	0,553	0,229	0,386	0,490	22,907	1,491	17,110	0,636	2,023	2,502	0,136	83,882
Jun.	0,601	0,538	0,228	0,383	0,466	23,484	1,574	17,613	0,642	1,998	2,205	0,124	77,616
Jul.	0,600	0,590	0,228	0,352	0,372	23,184	1,366	17,587	0,600	2,007	2,162	0,124	76,307
Ago.	0,600	0,590	0,228	0,352	0,373	23,173	1,366	17,584	0,600	2,008	2,163	0,124	76,279
Set.	0,617	0,597	0,237	0,350	0,268	24,241	1,461	17,379	0,566	1,986	2,037	0,123	76,933
Out.	0,605	0,564	0,246	0,349	0,308	24,948	1,446	16,960	0,574	2,061	1,959	0,133	77,880
Nov.	0,590	0,478	0,254	0,336	0,336	24,641	1,393	17,116	0,590	2,115	2,034	0,132	78,022
Dez.	0,576	0,444	0,263	0,323	0,333	24,492	1,495	17,584	0,606	2,111	2,212	0,141	73,386
Jan. 98	0,581	0,431	0,260	0,320	0,420	23,758	1,582	17,220	0,601	2,042	2,463	0,140	72,165
Fev.	0,571	0,370	0,260	0,340	0,400	22,532	1,592	17,017	0,671	2,022	2,543	0,140	74,423
Mar.	0,539	0,360	0,260	0,350	0,439	22,480	1,518	17,437	0,719	2,047	2,926	0,140	72,932
Abr.	0,500	0,390	0,250	0,350	0,480	23,150	1,410	17,320	0,790	2,010	2,630	0,140	68,790

Preços recebidos

pelos agricultores, valores reais em R$ de abril 1998/unidade.

Calor afeta a colheita



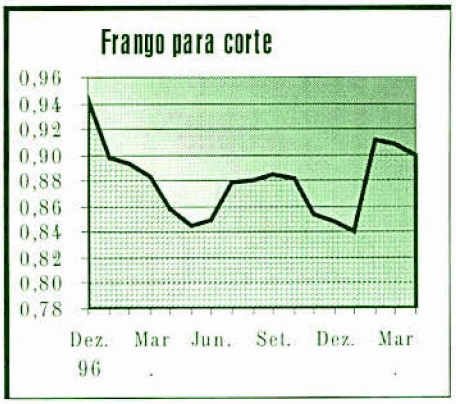
O calor, dificultando a colheita e provocando doença, permitiu a alta dos preços.

Anos/Prod.	*Soja* (kg)	*Tomate* (kg)	*Trigo em grão* (kg)	*Caju** (kg)	*Cebola* (kg)	*Coco da Baía** (unidade)	*Juta** (kg)	*Malva** (kg)	*Mamona* (kg)	*Pimenta do reino* (kg)	*Sisal* (kg)	*Uva* (kg)
Média 90	0,241	0,545	0,195	0,271	0,786	0,281	0,412	0,385	0,288	1,396	0,208	0,376
Média 91	0,298	0,466	0,196	0,617	0,463	0,337	0,401	0,391	0,237	1,151	0,208	0,328
Média 92	0,309	0,435	0,231	0,130	0,491	0,276	0,387	0,356	0,257	0,947	0,192	0,278
Média 93	0,306	0,410	0,213	0,135	0,499	0,278	0,221	0,222	0,290	1,022	0,203	0,570
Média 94	0,267	0,521	0,177	0,104	0,395	0,547	0,280	0,268	0,293	1,651	0,245	0,369
Média 95	0,201	0,480	0,176	0,231	0,543	0,581	0,471	0,462	0,292	1,948	0,296	0,501
Média 96	0,257	0,398	0,217	0,200	0,249	0,397	0,460	0,453	0,287	1,703	0,282	0,207
Média 97	0,278	0,327	0,157	0,179	0,517	0,366	0,394	0,425	0,255	3,297	0,318	0,287
Dez. 96	0,282	0,271	0,152	0,174	0,250	0,413	0,434	0,434	0,261	1,737	0,304	0,000
Jan. 97	0,278	0,278	0,139	0,160	0,289	0,406	0,000	0,000	0,278	2,105	0,289	0,374
Fev.	0,266	0,319	0,138	0,223	0,319	0,383	0,000	0,479	0,287	2,405	0,309	0,362
Mar.	0,274	0,305	0,147	0,158	0,400	0,358	0,473	0,473	0,274	2,430	0,326	0,337
Abr.	0,282	0,429	0,157	0,157	0,533	0,356	0,502	0,492	0,272	2,886	0,303	0,000
Maio	0,282	0,396	0,177	0,219	0,657	0,365	0,500	0,490	0,261	2,888	0,302	0,000
Jun.	0,269	0,352	0,176	0,197	0,756	0,362	0,466	0,487	0,249	2,982	0,321	0,590
Jul.	0,259	0,279	0,166	0,186	0,703	0,362	0,435	0,445	0,248	3,093	0,341	0,590
Ago.	0,259	0,279	0,166	0,186	0,704	0,362	0,435	0,445	0,248	3,095	0,342	0,590
Set.	0,288	0,298	0,154	0,165	0,545	0,360	0,422	0,412	0,237	3,745	0,309	0,000
Out.	0,287	0,287	0,154	0,144	0,482	0,369	0,502	0,451	0,236	4,553	0,328	0,000
Nov.	0,295	0,336	0,153	0,183	0,397	0,356	0,498	0,447	0,234	5,522	0,346	0,000
Dez.	0,293	0,364	0,151	0,172	0,414	0,353	0,495	0,475	0,232	3,858	0,303	0,596
Jan. 98	0,280	0,400	0,150	0,170	0,431	0,350	0,451	0,431	0,240	4,005	0,280	0,601
Fev.	0,260	0,390	0,150	0,210	0,440	0,340	0,410	0,420	0,230	3,824	0,280	0,651
Mar.	0,240	0,409	0,150	0,230	0,439	0,330	0,409	0,419	0,230	4,494	0,260	0,709
Abr.	0,220	0,440	0,150	0,260	0,400	0,330	0,400	0,400	0,230	4,100	0,260	0,720

Preços recebidos

pelos agricultores, valores reais em R$ de abril 1998/unidade.

Preços voltam a cair



Após a recuperação do início do ano, provocada pela redução dos alojamentos, os preços do frango voltaram a cair.

Anos/Prod.	Bezerro até 1 ano (cabeça)	Burro domado (cabeça)	Boi gordo para corte (15 kg)	Vaca leit. de raça (cabeça)	Vaca leit. comum (cabeça)	Suíno para corte (15 kg)	Frango/galinha corte (kg)	Leite (kg)	Lã (kg)	Ovos (kg)	Mel de abelha (kg)	Boi magro (cabeça)
Média 90	192,050	467,744	39,127	942,186	578,125	23,389	1,694	0,397	34,994	1,051	3,934	359,683
Média 91	170,113	488,358	36,063	759,736	475,023	22,376	1,447	0,372	20,660	0,918	4,609	310,941
Média 92	155,037	313,185	34,411	650,221	405,491	19,385	1,270	0,350	32,719	0,894	2,973	289,535
Média 93	167,110	329,144	36,470	693,992	431,709	21,662	1,281	0,362	27,185	1,000	3,090	303,550
Média 94	192,671	343,959	35,401	868,421	527,804	19,931	1,220	0,325	32,243	0,936	3,588	339,501
Média 95	170,430	479,720	28,792	956,634	535,917	18,061	0,994	0,339	39,940	0,759	6,091	299,639
Média 96	130,675	434,671	24,519	779,197	420,328	14,649	0,930	0,299	29,799	0,836	6,002	243,548
Média 97	124,935	408,032	24,803	721,375	385,896	16,678	0,871	0,261	32,087	0,810	5,107	234,877
Dez. 96	126,139	429,493	24,837	759,767	402,083	16,175	0,944	0,282	30,102	0,771	5,634	239,090
Jan. 97	122,849	411,776	24,196	729,933	390,690	16,084	0,898	0,267	31,206	0,759	5,173	233,226
Fev.	123,597	413,741	24,285	726,756	390,744	16,516	0,894	0,266	30,468	0,809	5,204	235,306
Mar.	126,298	405,591	24,195	714,076	383,142	17,547	0,884	0,263	30,401	0,863	5,207	233,050
Abr.	127,797	420,571	24,524	730,673	388,904	17,956	0,858	0,272	29,847	0,858	5,145	235,181
Maio	129,102	410,954	24,409	722,823	385,398	17,538	0,845	0,271	29,987	0,845	5,130	236,631
Jun.	125,909	404,607	24,291	723,864	389,356	16,774	0,849	0,269	31,032	0,859	5,188	235,479
Jul.	125,427	408,642	25,191	725,831	389,875	16,449	0,879	0,269	31,233	0,859	5,018	234,757
Ago.	125,368	408,469	25,181	725,518	389,705	16,446	0,880	0,269	31,215	0,859	5,020	234,653
Set.	123,882	412,691	25,322	711,418	382,780	16,144	0,885	0,257	31,701	0,803	5,001	235,809
Out.	124,280	396,682	25,215	710,326	376,000	16,325	0,882	0,246	34,136	0,790	4,973	236,779
Nov.	122,637	403,646	25,384	722,843	384,242	16,221	0,854	0,244	37,475	0,702	5,034	235,164
Dez.	122,077	399,016	25,442	712,436	379,917	16,140	0,848	0,242	36,339	0,717	5,191	232,489
Jan. 98	123,306	386,077	25,400	707,227	382,473	15,799	0,841	0,240	34,431	0,691	5,236	229,181
Fev.	121,890	397,772	25,255	685,996	367,752	15,735	0,911	0,230	28,918	0,721	5,295	228,935
Mar.	122,964	390,015	25,266	675,999	359,665	15,569	0,909	0,240	27,553	0,739	5,143	234,254
Abr.	125,840	387,980	25,350	674,400	359,980	15,540	0,900	0,240	29,130	0,790	5,330	237,300

MARIA JOSÉ CYHLAR MONTEIRO E
VIVIANE SEDA

Tendência de queda

O reflexo dos preços do segmento do agribusiness sobre o IGP (influência de 94,4%), é facilmente notado pela evolução do FGV-Abag. Em abril, o Iabag registrou uma deflação de 0,40%, o que demostra uma tendência à queda nos preços agrícolas em função da colheita da safra 1997/1998. Em conseqüência, o IGP de abril registrou -0,13%.

No âmbito do atacado, os produtos que mais influenciaram o índice, com preços em queda, foram: café em coco (-10,08%), matérias-primas brutas (-0,7%) e trigo (-0,43%). Com tendência altista destacaram-se cana-de-açúcar (3,2%) e bovinos (1,76%).

A estimativa de que a safra brasileira de café este ano aumentaria 70% foi o principal motivo das fortes quedas nas cotações do produto. Porém produtores afirmam que as estimativas que circulam no mercado são irreais e refletem o interesse dos compradores internacionais, fazendo com que os preços entrem em queda.

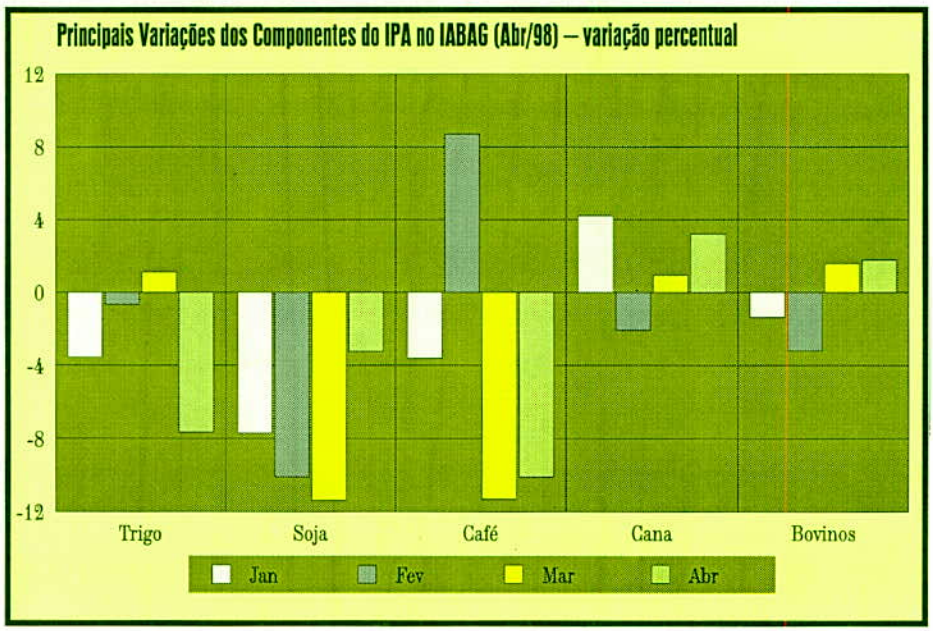
O trigo teve uma pequena queda nos seus preços, já que a influência no índice foi amortecida por uma demanda desaquecida no mercado, por causa da diminuição da oferta. Houve redução de cerca de 17% nas previsões de plantio em relação a 1997, e os produtores estão estimulados a plantar milho no lugar de trigo durante o inverno, devido aos preços atraentes do primeiro.

Do grupo de matérias-primas brutas, destaca-se a queda da Soja, supostamente relacionada com o aumento no volume de estoques nos EUA. O farelo de soja perdeu sua posição de destaque na comercialização do complexo agrícola no mercado interno durante o último ano, dando espaço ao óleo de soja. Espera-se aumento nos preços deste último nos próximos meses, por influência de problemas climáticos nas regiões produtoras de óleo de palma, produto concorrente.

Por sua vez, o preço da cana-de-açúcar teve sensível aumento em abril. Contudo a situação do produto durante o segundo semestre deverá ser de pouca oferta, devido aos problemas causados pela seca na região Nordeste. Pode haver redução na produção em torno de 25%. O novo sistema de pagamento do produto, baseado na liberação dos preços, teve seu início adiado para dia 1º de novembro de 1998 (Portaria nº 102, de 28 de abril de 1998). A fixação do preço dependerá não somente da qualidade da cana-de-açúcar, como também do preço do produto final.

Com relação aos preços dos produtos no nível do consumidor, o preço das frutas variou -2,41%, o dos laticínios 2,22%, e os de arroz e feijão juntos, 3,32%, influenciando dessa forma o índice do agribusiness.

E-mail: mjcyhlar@fgv.br



Índice da Associação Brasileira de Agribusiness – Iabag

Discriminação	Iabag		Influências %	
	Pond.	Var.%	No Iabag	No IGP
Total do mês	100,00	-0,40	100,00	94,38
Itens do IPA-DI	68,57	-0,60	102,11	96,37
Alimentação	26,70	-0,43	28,96	27,33
Matérias-primas brutas	41,86	-0,70	73,16	69,04
Itens do IPC-BR	31,43	0,03	-2,11	-1,99
Alimentação	28,55	0,06	-4,26	-4,02
Gêneros alimentícios	24,67	0,12	-7,43	-7,02
Alimentação fora	3,88	-0,33	3,17	2,99
Bebidas alcoólicas e fumo	2,89	-0,30	2,15	2,03

O índice FGV/Abag vem sendo calculado desde setembro de 1993 como resultado do convênio mantido entre a Fundação Getulio Vargas e a Associação Brasileira de Agribusiness. Seu objetivo é avaliar o impacto dos produtos semiprocessados, processados e in natura de origem agrícola, no atacado e no varejo, sobre a inflação. O índice é constituído por itens pertencentes ao índice de preços por atacado – disponibilidade interna (IPA-DI) e ao índice de preços ao consumidor (IPC-BR). Em termos de grandes grupos, foram selecionados os integrantes do IPA-DI, classificados em alimentação e matérias-primas brutas, e produtos e serviços do IPC-BR, classificados em alimentação (gêneros alimentícios e alimentação fora) e bebidas alcoólicas e fumo.

Índice da Associação Brasileira de Agribusiness – Iabag, mar. 1998

	Ponderação		Iabag		Corr.	Iabag		IGP	
	Índice	IGP-DI	Pond.	Var. %	Pond.	Inf.	Inf.%	Inf.	Inf.%
Total do mês		31,715	100,000	-0,400	99,600	-0,40	100,00	-0,13	94,38
Matérias-primas brutas	39,777	21,746	68,566	-0,596	68,157	-0,41	102,11	-0,13	96,37
Alimentação	15,490	8,468	26,701	-0,434	26,586	-0,12	28,96	-0,04	27,33
Matérias-primas brutas	24,287	13,278	41,865	-0,700	41,572	-0,29	73,16	-0,09	69,04
Algodão arbóreo	0,094	0,052	0,163	-4,469	0,155	-0,01	1,82	0,00	1,71
Algodão herbáceo	0,840	0,459	1,447	-4,205	1,386	-0,06	15,20	-0,02	14,34
Amendoim	0,048	0,026	0,083	-17,131	0,069	-0,01	3,55	0,00	3,35
Arroz em casca	1,891	1,034	3,260	0,692	3,283	0,02	-5,63	0,01	-5,31
Aves	1,262	0,690	2,176	2,448	2,229	0,05	-13,30	0,02	-12,56
Babaçu	0,080	0,044	0,138	0,000	0,138	0,00	0,00	0,00	0,00
Borracha hévea	0,106	0,058	0,182	0,000	0,182	0,00	0,00	0,00	0,00
Bovinos	6,107	3,339	10,527	1,769	10,714	0,19	-46,51	0,06	-43,90
Cacau	0,500	0,273	0,861	3,801	0,894	0,03	-8,18	0,01	-7,72
Café em coco	2,564	1,402	4,420	-10,085	3,974	-0,45	111,32	-0,14	105,06
Cana-de-açúcar	3,479	1,902	5,996	3,200	6,188	0,19	-47,93	0,06	-45,23
Cevada	0,065	0,035	0,112	-3,855	0,107	0,00	1,07	0,00	1,01
Erva-mate (bruta)	0,029	0,016	0,049	-1,677	0,048	0,00	0,21	0,00	0,19
Fumo em folha	0,367	0,200	0,632	0,856	0,637	0,01	-1,35	0,00	-1,27
Juta	0,016	0,009	0,028	0,000	0,028	0,00	0,00	0,00	0,00
Leite in natura	2,363	1,292	4,073	3,454	4,214	0,14	-35,13	0,04	-33,16
Malva	0,026	0,014	0,045	0,000	0,045	0,00	0,00	0,00	0,00
Soja	1,470	0,803	2,533	-3,236	2,451	-0,08	20,47	-0,03	19,32
Suínos	1,061	0,580	1,829	-3,130	1,771	-0,06	14,29	-0,02	13,49
Trigo	1,921	1,050	3,312	-7,649	3,058	-0,25	63,27	-0,08	59,71
Itens do IPC-BR	29,197	9,969	31,434	0,027	31,442	0,01	-2,11	0,00	-1,99
Alimentação	26,515	9,054	28,547	0,060	28,564	0,02	-4,26	0,01	-4,02
Gêneros alimentícios	22,911	7,823	24,667	0,121	24,696	0,03	-7,43	0,01	-7,02
Adoçantes	0,416	0,142	0,447	1,635	0,455	0,01	-1,83	0,00	-1,72
Arroz e feijão	1,077	0,368	1,159	3,329	1,198	0,04	-9,64	0,01	-9,10
Aves e ovos	1,106	0,378	1,191	1,301	1,206	0,02	-3,87	0,00	-3,65
Bebidas não-alcoólicas	1,349	0,460	1,452	-1,265	1,433	-0,02	4,59	-0,01	4,33
Carne bovina	1,944	0,664	2,093	-0,752	2,077	-0,02	3,93	0,00	3,71
Carne suína	0,106	0,036	0,114	-1,361	0,112	0,00	0,39	0,00	0,37
Carnes e peixes industrializados	1,068	0,365	1,150	0,561	1,156	0,01	-1,61	0,00	-1,52
Condimentos	0,772	0,264	0,831	0,111	0,832	0,00	-0,23	0,00	-0,22
Doces e chocolates	0,530	0,181	0,570	-0,592	0,567	0,00	0,84	0,00	0,79
Frutas	2,268	0,775	2,442	-2,407	2,383	-0,06	14,68	-0,02	13,86
Hortaliças	3,749	1,280	4,036	-0,120	4,031	0,00	1,21	0,00	1,14
Laticínios	3,001	1,025	3,231	2,226	3,303	0,07	-17,96	0,02	-16,95
Massas e farinhas	0,713	0,243	0,768	-0,728	0,762	-0,01	1,40	0,00	1,32
Oleos e gorduras	0,752	0,257	0,810	-1,880	0,794	-0,02	3,80	0,00	3,59
Outros gêneros alimentícios	0,209	0,071	0,225	1,197	0,228	0,00	-0,67	0,00	-0,64
Panificados	2,652	0,906	2,856	0,693	2,875	0,02	-4,94	0,01	-4,66
Pescado	0,805	0,275	0,867	-0,847	0,859	-0,01	1,83	0,00	1,73
Enlatados e conservas	0,395	0,135	0,425	-0,610	0,423	0,00	0,65	0,00	0,61
Alimentação fora	3,604	1,231	3,880	-0,327	3,867	-0,01	3,17	0,00	2,99
Bebidas alcoólicas e fumo	2,682	0,916	2,887	-0,298	2,878	-0,01	2,15	0,00	2,03

FGV/Abag - últimos resultados

	Iabag/FGV Total	Itens do IPA-DI	Alimentação	Matéria-prima bruta	Itens do IPC-BR	Alimentação	Gêneros alimentícios	Bebidas alcoólicas e fumo
Jan/98	1,76	1,50	5,38	-0,90	2,35	1,96	2,26	6,24
Fev/98	-0,48	-0,52	-0,05	-0,82	-0,39	-0,28	-0,32	-1,46
Mar/98	0,54	0,14	2,54	-1,36	1,43	1,67	2,00	-0,89
Abr/98	-0,40	-0,60	-0,43	-0,70	0,03	0,06	0,12	-0,30
Acum. em 12 meses	5,38	6,78	17,81	0,23	2,31	1,87	2,43	6,81
Acum. 1998	1,41	0,52	7,53	-3,73	3,44	3,43	4,09	3,45
Abr/997	0,44	0,68	-1,37	1,99	-0,09	-0,01	-0,03	-0,85

IRENE RAGUENET TROCCOLI

Concorrência chinesa abala o mercado

Brasil

Praticamente estável em relação a um ano antes, e 23% menor do que o nível alcançado em 1996, o consumo *per capita* de ovos projetado para 1998 comprova que a inexistência de política consistente de estímulo ao consumo tem travado o crescimento da atividade.

Brasil

1996 a 1998[p] em mil unidades

Item	*1996*	*1997[e]*	*1998[p]*
Produção	15.932	12.596	12.600
Importação	-	-	-
Exportação	15	20	25
Consumo interno	15.917	12.576	12.575
Consumo *per capita* (unidades)	99	77	76

Fonte: USDA. [e] estimativa; [p] previsão.

China

Apesar da superoferta de ovos verificada na China em 1997, que causou forte queda nos preços recebidos pelos produtores, a produção deverá novamente crescer em 1998, impulsionada pelo menor preço dos grãos para arraçoamento das aves e pelo reforço das exportações.

China

1996 a 1998[p] em mil unidades

Item	*1996*	*1997[e]*	*1998[p]*
Produção	312.640	336.000	360.000
Importação	3	5	5
Exportação	715	957	1.110
Consumo interno	306.328	329.048	352.295
Consumo *per capita* (unidades)	256	272	288

Fonte: USDA. [e] estimativa; [p] previsão.

EUA

O mau desempenho das exportações norte-americanas de ovos em 1997 deveu-se ao aumento da concorrência das vendas chinesas do produto a Hong Kong.

EUA

1996 a 1998[p] em mil unidades

Item	*1996*	*1997[e]*	*1998[p]*
Produção	76.452	77.520	79.500
Importação	65	78	48
Exportação	3.037	2.695	2.820
Consumo interno	63.142	64.215	65.536
Consumo *per capita* (unidades)	211	210	210

Fonte: USDA. [e] estimativa; [p] previsão.

União Européia

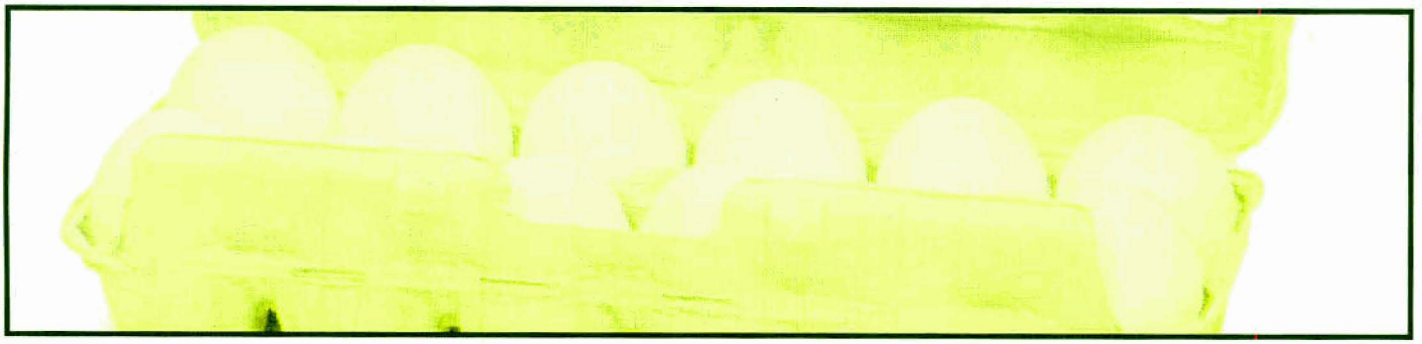
A Holanda domina as exportações européias de ovos, e seu produto vem perdendo competitividade nos mercados do Oriente Médio e Próximo conforme o decréscimo de 20 ECU/kg em 1994, para 12 ECU/kg dos níveis de restituição governamental aos produtores da Europa em fevereiro último.

União Européia

1996 a 1998[p] em mil unidades

Item	*1996*	*1997[e]*	*1998[p]*
Produção	82.048	82.631	82.859
Importação	675	518	568
Exportação	1.539	1.623	1.618
Consumo interno	75.350	75.576	75.768
Consumo *per capita* (unidades)	181	177	173

Fonte: USDA. [e] estimativa; [p] previsão.



MARIA JOSÉ CYHLAR MONTEIRO

Seca, reforma agrária e financiamento da safra

A seguir, as íntegras de uma série de medidas que visam atender a alguns dos problemas que atingem a agricultura brasileira, como a seca que assola o Nordeste, para a qual a Medida Provisória 1.569 abre um Programa Especial de Financiamento a ser administrado pela Sudene e que envolve recursos da ordem de R$450 milhões. Já a Portaria Interministerial nº 106 estende aos agricultores assentados nos Projetos de Assentamento Emancipados, bem assim os que tenham firmado termo de compromisso com essa finalidade, as facilidades do Pronaf.

Destaca-se também a Resolução nº 2.492, que trata mais uma vez do alongamento das dívidas rurais.

Medida Provisória nº 1.659, *de 12 de maio de 1998*
Institui o Programa Especial de Financiamento para combate aos efeitos da estiagem na área de atuação da Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste – Sudene, e dá outras providências.

Art. 1° Fica instituído o Programa Especial de Financiamento a produtores rurais que tiverem suas atividades prejudicadas pelos efeitos da estiagem que assola a área de atuação da Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste – Sudene.

§ 1° Programa Especial de Financiamento de que trata este artigo será operado pelo Banco do Nordeste do Brasil S.A. e contará com recursos de R$450.000.000,00 (quatrocentos e cinqüenta milhões de reais) oriundos das seguintes fontes:

I – R$280.000.000,00 (duzentos e oitenta milhões de reais) do Fundo Constitucional de Financiamento do Nordeste - FNE, criado pela Lei n° 7.827, de 27 de setembro de 1989;

II – R$120.000.000,00 (cento e vinte milhões de reais) do Fundo de Amparo ao Trabalhador – FAT, instituído pela Lei n° 7.998, de 11 de janeiro de 1990;

III - R$50.000.000,00 (cinqüenta milhões de reais) de programas administrados pelo Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES.

§ 2° Cinqüenta por cento dos recursos alocados ao Programa Especial de Financiamento de que trata esta Medida Provisória deverão ser destinados para os mini e pequenos produtores que explorem áreas de até quatro módulos rurais e, cumulativamente, sejam enquadrados nos critérios aplicáveis ao Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar – Pronaf.

§ 3° Com base na receita bruta anual obtida no exercício anterior, na atividade rural, considera-se, para os efeitos desta Medida Provisória:

I – grande produtor, aquele com receita superior a R$500.000,00 (quinhentos mil reais);

II – médio produtor, aquele com receita superior a R$80.000,00 (oitenta mil reais) e até R$500.000,00 (quinhentos mil reais);

III – mini e pequeno produtor, aquele com receita igual ou inferior a R$80.000,00 (oitenta mil reais).

Art. 2° Os financiamentos rurais contratados ao amparo do Programa Especial de Financiamento terão as seguintes condições:

I – juros:

a) de três por cento ao ano, nas operações de custeio;

b) de seis por cento ao ano, nos financiamentos de investimento;

II – prazos:

a) de até quatro anos, incluídos até dois de carência nas operações de custeio;

b) de até doze anos, incluídos até quatro de carência quando se tratar de créditos para investimento;

III – limites de financiamento:

a) mini e pequenos produtores: R$15.000,00 (quinze mil reais);

b) médios produtores: R$35.000,00 (trinta e cinco mil reais);

c) grandes produtores: R$50.000,00 (cinqüenta mil reais).

Parágrafo único. Os financiamentos concedidos aos mini e pequenos produtores rurais terão rebate de cinqüenta por cento sobre as amortizações das parcelas do crédito utilizado.

Art. 3° Ficam os bancos oficiais federais autorizados a conceder prorrogação do vencimento de operações de crédito rural contratadas até 13 de maio de 1998, pelo prazo de dois anos, desde que o produtor comprove a perda da receita da exploração de sua propriedade rural, em decorrência dos efeitos da estiagem, e desde que o imóvel esteja localizado em município que atenda aos requisitos constantes do artigo seguinte.

Parágrafo único. Os administradores dos recursos mencionados no § 1° do art. 1° adequarão o retorno dos seus créditos aos novos prazos de retorno dos financiamentos prorrogados na forma do *caput*.

Art. 4° Serão beneficiários dos financiamentos objeto do Programa de que trata esta Medida Provisória os produtores rurais cujas unidades produtivas estejam situadas em municípios localizados na área mencionada no art. 1°, reconhecida em situação de emergência nos termos da legislação em vigor.

Art. 5° Serão de responsabilidade:

I – do FNE, o rebate de cinqüenta por cento do principal dos financiamentos a que se refere o parágrafo único do art. 2°;

II – do Tesouro Nacional, o diferencial entre as taxas de juros definidas no inciso I do art. 2° e a Taxa de Juros de Longo Prazo – TJLP, nos financiamentos realizados com recursos do FAT e do BNDES.

Parágrafo único. Na realização dos financiamentos de que trata esta Medida Provisória os agentes financeiros federais dispensarão as comissões de serviço usualmente cobradas nas operações da espécie.

Art. 6º Esta Medida Provisória entra em vigor na data de sua publicação.

Portaria Interministerial nº 106, *de 2 de abril de 1998, dos Ministérios da Agricultura e do Abastecimento e da Fazenda.*

Art. 1° Os agricultores assentados nos Projetos de Assentamento Emancipados, bem assim os que tenham firmado termo de compromisso com essa finalidade, serão beneficiários do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar – Pronaf.

Art. 2° Os Municípios onde se situam os projetos de assentamento em fase de consolidação para a emancipação passarão, progressivamente, e a critério do Conselho Nacional do Pronaf, a fazer parte da lista de municípios selecionados pelo Governo Federal para participar do Pronaf.

Art.3° Serão criados nos municípios a que se refere o artigo anterior os Conselhos Municipais de Desenvolvimento Rural – CMDR, providenciando-se o apoio técnico para a elaboração dos correspondentes Planos Municipais de Desenvolvimento Rural – PMDR.

Art. 4° Os Planos de Consolidação Produtiva, com vistas à emancipação dos assentamentos do Município, serão encaminhados à apreciação do Conselho Municipal de Desenvolvimento Rural – CMDR, visando principalmente:

I – em relação à previsão de obras de infra-estrutura social e produtiva, compatibilizá-las com o PMDR no sentido de integrá-las à vizinhança do assentamento e de viabilizar sua operação e manutenção em nível municipal;

II – em relação ao plano de apoio à produção do assentamento, referendar e incluir no PMDR as estimativas de demanda por financiamentos de custeio e investimento do Pronaf necessários à implementação posterior dos projetos específicos de produção e crédito decorrentes.

Art. 5° A Secretaria Executiva Nacional do Pronaf deverá considerar as demandas originadas dos Planos de Consolidação Produtiva aprovados pelo Conselho Nacional do Pronaf como prioritárias junto aos agentes financeiros do Pronaf.

Art. 6° A Secretaria de Desenvolvimento Rural – SDR e o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária – Incra, em suas respectivas áreas de competência, implementarão as diretrizes contidas na presente portaria.

Art. 7° Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Portaria nº 130, *de 16 de abril de 1998, do Ministério da Agricultura e do Abastecimento*

Art.1° Autorizar a Secretaria de Desenvolvimento Rural – SDR a firmar aditivo ao Acordo de Cooperação n° 001/97 celebrado em 22 de setembro de 1997, com a Caixa Econômica Federal – Caixa, que tem por objeto a transferência de recursos da União para a execução do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar – Pronaf, visando à inclusão dos Projetos relativos aos recursos das Emendas Parlamentares, consignados no Orçamento Geral da União.

§ 1° A execução dos Projetos de que trata o caput será realizada com as unidades gestoras especificamente criadas, vinculadas ao Ministério da Agricultura e do Abastecimento, sendo que a descentralização dos créditos será processada mediante Nota de Movimentação de Crédito.

§ 2° As unidades gestoras de que trata o parágrafo anterior ficarão sujeitas às disposições da Lei n° 4.320, de 17 de março de 1964, e demais normas aplicáveis à administração orçamentária financeira e patrimonial da Administração Federal e à tomada de contas anual, que será auditada pela Secretaria de Controle Interno no Ministério da Agricultura e do Abastecimento.

Art. 2° Os recursos alocados pelo Governo Federal aos Programas de que trata o artigo anterior representam assistência financeira da União para realizações de ações conjuntas com os Governos municipais.

Parágrafo único. Os recursos dos Projetos a que se refere o *caput* deste artigo serão provenientes:

a) do Orçamento Geral da União, na Unidade Orçamentária 22101;

b) de contrapartidas, em conformidade com o art. 26 da Lei n° 9.473, de 1997;

c) de outras fontes que vierem a ser definidas.

Art. 3° Na execução dos projetos que tratam esta Portaria, deverá ser observado o seguinte:

I – o Chefe do Poder Executivo do Município deverá encaminhar o pedido de apoio financeiro às SDRs. acompanhado do Plano de Trabalho, contendo as informações exigidas pela Instrução Normativa n° 01, de 15 de janeiro de 1997, da Secretaria do Tesouro Nacional (STN) do Ministério da Fazenda;

II – aprovada a viabilidade da proposição, a SDR encaminhará a documentação à Caixa, que celebrará o competente contrato de repasse, do qual constará os direitos e obrigações das partes, inclusive quanto à obrigatoriedade de prestação de contas perante o Ministério;

Art. 4° Caberá à Caixa exercer as seguintes atribuições, observadas as normas legais que envolvem a matéria, em especial a IN/STN n° 01, de 15/01/97:

I – receber a documentação referente à proposição;

II – firmar os respectivos contratos de repasses relativos aos Planos de Trabalho aprovados pelo Ministério;

III – promover a execução orçamentária-financeira aos contratos de repasse;

IV – arquivar os documentos comprobatórios dos atos e fatos da gestão dos recursos descentralizados na sua unidade gestora executora do programa de trabalho, responsabilizando-se pela contabilidade analítica, pelo levantamento das tomadas de contas anuais, extraordinárias e especiais, bem como pelo seu encaminhamento à Secretaria de Controle Interno.

Art. 5° A Caixa deverá, previamente à formalização do contrato de repasse, verificar o atendimento das seguintes condições:

I – apresentação dos documentos previstos na IN/STN n° 01, de 15/01/97;

II – comprovação da existência de viabilidade técnica, jurídica e financeira da proposta constante do Plano de Trabalho;

III – comprovação da contrapartida de acordo com o maior percentual estabelecido para as situações definidas no § 2º, do art. 26, da Lei n° 9.473, de 1997;

§ 1° A exigência de contrapartida de que trata o item III, do parágrafo anterior, não se aplica àquelas situações previstas no § 3°, do art. 26, da Lei n° 9.473, de 1997.

§ 2° A contrapartida representa a complementação do valor necessário à execução do objeto do contrato de repasse, podendo ser constituída por recursos financeiros ou bens e serviços, correspondentes a itens que compõem o valor do investimento.

Art. 6° A SDR poderá contratar a Caixa,

na forma da lei, para fiscalizar a execução do objeto dos contratos de repasse, mediante definição prévia do trabalho a ser executado, cabendo à contratada:

I – acompanhar e atestar a execução e a conclusão das obras objeto dos contratos de repasse;

II – receber, analisar e adotar providências necessárias à respectiva baixa das prestações de contas, parciais e finais, relativas aos contratos de repasse.

Art. 7° A liberação dos recursos da União dar-se-á em parcelas, de acordo com o cronograma da obra, constante do projeto básico, e serão depositados em conta específica em agência da Caixa especialmente aberta para esta movimentação, de acordo com o estabelecido na IN/STN n° 01/97 e na forma estabelecida no contrato de repasse.

Parágrafo único. Os procedimentos para a liberação dos recursos são os seguintes:

a) liberação de até 20% (vinte por cento) do valor total do repasse da União, após a autorização do início da execução do objeto;

b) liberação de cada parcela subseqüente, exceto a última, que só será efetuada após atestada, pela Caixa, a execução física da etapa anterior;

e) a última parcela será liberada após a comprovação, pela Caixa, da conclusão do objeto.

Art. 8° Deverá ser mantida, quando for o caso, durante todo o período da execução do objeto, placa indicando a origem dos recursos, conforme modelo oferecido pela Caixa na assinatura do contrato de repasse, observadas as disposições da Instrução Normativa n° 09, de 22 de janeiro de 1997, da Secretaria de Comunicação Social da Presidência da República.

Art. 9° A Caixa deverá apresentar à SDR relação dos contratos de repasse, rubrica orçamentária e fonte com os valores relativos às parcelas solicitadas, indicando o percentual de execução física do objeto, em conformidade com o cronograma de execução físico-financeira dos projetos contratados.

Art. 10. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Resolução nº 2483, *de 26 de março de 1998, do Banco Central do Brasil*

Altera e consolida regulamentação acerca da captação de recursos no mercado externo para concessão de empréstimos ou financiamentos a atividades rurais e agroindustriais.

Art. 1° Facultar às instituições financeiras a captação de recursos no mercado externo, destinados a empréstimos ou financiamentos:

I – de custeio, investimento e comercialização da produção agropecuária, a produtores rurais (pessoas físicas e jurídicas) e suas cooperativas;

II – a empresas, agroindústrias e exportadores, para aquisição de:

a) produtos agropecuários, desde que diretamente de produtores rurais, suas associações ou cooperativas;

b) Cédulas de Produto Rural (CPR), desde que registradas em sistema de registro e de liquidação financeira administrado pela Central de Custódia e de Liquidação Financeira de Títulos (CE-TIP);

III – aos complexos industriais de fertilizantes e defensivos utilizados na agropecuária, sendo admitida:

a) a concessão de crédito aos distribuidores e revendedores de fertilizantes e defensivos, desde que destinado à aquisição desses produtos diretamente dos complexos industriais e mediante pagamento direto ao fornecedor;

b) a celebração de instrumento de assunção de obrigações entre os tomadores e os adquirentes de seus produtos, mediante concordância da instituição financeira.

Parágrafo único. Os créditos referidos neste artigo não estão sujeitos às normas do Manual de Crédito Rural (MCR) e do Manual de Crédito Agroindustrial (MCA).

Art. 2º A operação externa está sujeita ao prazo mínimo de amortização de 180 (cento e oitenta) dias.

Art. 3º Os recursos captados no exterior devem ser aplicados:

I – por prazo mínimo de 90 (noventa) dias, admitido prazo menor apenas com o objetivo de possibilitar a compatibilização dos vencimentos internos e externos;

II – com cláusula de transferência obrigatória ao mutuário final da responsabilidade pela variação cambial.

Art. 4º Além do montante em moeda nacional correspondente à cobertura da dívida em moeda estrangeira (principal e acessórios) acrescido da pertinente comissão e, quando for o caso, da importância correspondente a eventual repasse do Imposto de Renda, a instituição repassadora não pode cobrar do mutuário qualquer outro encargo, a qualquer título.

Art. 5º Os recursos captados no exterior, nos termos desta Resolução, não estão sujeitos a recolhimentos compulsórios e, enquanto não aplicados nas finalidades previstas no art. 1º, somente podem ser utilizados:

I – na constituição de depósito em moeda estrangeira junto ao Banco Central do Brasil, nas condições por ele disciplinadas;

II – para repasse interbancário, nas condições estabelecidas na Circular nº 708, de 24.06.82, e regulamentação complementar, observados o direcionamento e o prazo previstos nos arts. 1º e 3º, respectivamente;

III – na aquisição de Notas do Tesouro Nacional, séries "D" (NTN-D) e "I" (NTN-I) e em Notas do Banco Central do Brasil – Série Especial (NBC-E), limitado a 50% (cinqüenta por cento) do saldo dos recursos captados.

Parágrafo único. O limite de 50% (cinqüenta por cento) de que trata o inciso III deste artigo não se aplica aos recursos cujo pedido de autorização prévia para ingresso tenha sido apresentado ao Banco Central do Brasil até 25.03.98, inclusive.

Art. 6º As instituições financeiras devem exigir e manter em seus arquivos comprovantes da correta aplicação dos recursos nas finalidades previstas no art. 1º desta Resolução.

Art. 7º Fica o Banco Central do Brasil autorizado a:

I – redefinir o direcionamento dos recursos de que trata o art. 5º;

II – alterar o percentual previsto no art. 5º, inciso III;

III – adotar as medidas e baixar as normas necessárias à execução do disposto nesta Resolução.

Parágrafo único. As decisões adotadas relativamente aos incisos I e II deverão ser objeto de imediata comunicação ao Conselho Monetário Nacional.

Art. 8º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 9º Ficam revogadas as Resoluções nºs 2.148, de 16.03.95, 2.151, de 29.03.95, e 2.378, de 24.04.97, ficando os normativos baixados com base na mencionada Resolução nº 2.148, regidos por esta Resolução, no que com ela for compatível.

Resolução nº 2484, *de 30 de abril de 1998, do Banco Central do Brasil*

Altera o regulamento do Programa Nacional de Aproveitamento de Várzeas Irri-

gáveis (Provarzeas).

Art. 1º Alterar o regulamento do Programa Nacional de Aproveitamento de Várzeas Irrigáveis (Provarzeas), conforme folhas anexas, destinadas à atualização do Manual de crédito Rural (MCR).[1]

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Resolução nº 2489, *de 30 de abril de 1998, do Banco Central do Brasil*

Disciplina a possibilidade da pactuação de encargos financeiros substitutivos aplicáveis em operações de crédito rural a partir do vencimento ordinário ou extraordinário da operação.

Art. 1º Nas contratações de operações de crédito rural, as partes podem pactuar encargos financeiros substitutivos para incidir a partir do vencimento ordinário ou extraordinário do empréstimo ou financiamento, até a sua liquidação, na forma definida na Resolução nº 1.129, de 15.05.86, observado o disposto no art. 8º, parágrafo único, da Lei nº 9.138, de 29.11.95.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Ficam revogados os MCR 2-4-20 e 2-4-22, bem como, exclusivamente no que pertine ao crédito rural, as disposições relacionadas com sanções pecuniárias previstas nas Resoluções nºs 1.284, de 20.03.87, e 1.430, de 15.12.87, e na alínea "a" do item 2 da Circular nº 1.522, de 10.08.89.

Resolução nº 2491, *de 5 de maio de 1998, do Banco Central do Brasil*

Dispõe sobre a concessão de prazo para operações destinadas ao financiamento de integralização de cotas-partes de cooperativas, de que trata a Resolução nº 2.185, de 26.07.95.

Art. 1º Autorizar a concessão de prazo, até 31.05.98, para pagamento de parcelas vencidas ou vincendas de operações destinadas ao financiamento de integralização de cotas-partes de cooperativas, contratadas com base na Resolução nº 2.185, de 26.07.95.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Fica revogada a Resolução nº 2.447, de 27.11.97.

Resolução nº 2.492, *de 6 de maio de 1998, do Banco Central do Brasil*

Dispõe sobre condições e procedimentos aplicáveis às operações de alongamento de dívidas originárias de crédito rural, de que tratam a Lei nº 9.138, de 29.11.95, e a Resolução nº 2.238, de 31.01.96.

Art. 1º. Admitir, no caso de operação de alongamento de que tratam a Lei nº 9.138, de 29.11.95, e a Resolução nº 2.238, de 31.01.96, amortização antecipada, mediante pagamento em produto, de até 100% (cem por cento) do valor da prestação devida no ano da referida antecipação.

Art. 2º. No caso de aquisição pelo Governo Federal dos produtos objeto da antecipação, por intermédio da Companhia Nacional do Abastecimento (CONAB), dentro da Política de Garantia de Preços Mínimos (PGPM), as despesas financeiras referentes ao período compreendido entre a data da entrega do produto pelo beneficiário e a da efetiva realização da operação de Aquisição do Governo Federal (AGF), bem assim as despesas de armazenagem, sobretaxa, de classificação do produto e de impostos incidentes sobre a aquisição, ficam incluídas nas finalidades especificadas no art. 1º da Resolução nº 2.426, de 01.10.97, observadas, com relação às despesas financeiras, as seguintes bases:

I – Taxa de Juros de Longo Prazo (TJLP), para as operações lastreadas por recursos dos fundos constitucionais e de outros fundos.

II – Taxa de Juros de Longo Prazo (TJLP), acrescida da taxa efetiva de juros de 2% a.a. (dois por cento ao ano), para as operações lastreadas por recursos do Fundo de Amparo ao Trabalhador (FAT), do PIS/Pasep e de outros recursos administrados pelo Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) e pela Agência Especial de Financiamento Industrial (Finame).

Art. 3º No caso de incorporação dos produtos aos Estoques do Tesouro Nacional, com base em contrato específico firmado entre a União e Conab, situação prevista nas operações lastreadas com recursos de conta própria das instituições financeiras e das Operações Oficiais de crédito (02C), as despesas de armazenagem, de sobretaxa, de classificação dos produtos e de impostos incidentes serão absorvidas pelo Tesouro Nacional, na forma contratual.

Art. 4º Ficam as Secretarias de Acompanhamento Econômico e do Tesouro Nacional, do Ministério da Fazenda, e de Política Agrícola, do Ministério da Agricultura e do Abastecimento, autorizadas a definir, em conjunto, as medidas complementares necessárias à implementação do disposto nesta Resolução.

Art. 5º. Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 6º. Fica revogada a Resolução nº 2.479, de 26.03.98.

Resolução nº 2494, *de 7 de maio de 1998, do Banco Central do Brasil*

Dispõe sobre a exigibilidade de aplicações em crédito rural (Recursos Obrigatórios MCR 6-2).

Art. 1º Elevar, até 31.08.98, de 5% (cinco por cento) para 10% (dez por cento), o limite de operações de desconto de Duplicata Rural (DR) e de Nota Promissória Rural (NPR) ao amparo de recursos obrigatórios (MCR 6-2), de que trata o art. 3º. da Resolução nº 2.2 , de 21.09.95, observadas as disposições do MCR 3-4-11-b.

Parágrafo único. O disposto neste artigo será considerado com base na media diária da exigibilidade e das aplicações do semestre compreendido dos meses de março a agosto de 1998.

Art. 2º Permitir o desconto de Duplicata Rural (DR) e de Nota Promissória Rural (NPR), representativas da comercialização de algodão, ao amparo dos recursos obrigatórios (MCR 6-2), com vencimento máximo em 30.09.98 e dispensada a observância ao disposto no MCR 3-4-11-b.

Parágrafo único. Os saldos das operações de que trata este artigo não serão considerados para os efeitos dos limites de 5% (cinco por cento) e de 10% (dez por cento) fixados pelos arts. 3º. da Resolução nº 2.2 , de 21.09.95, e 1º. desta Resolução, respectivamente.

Art. 3º Admitir a concessão de Empréstimos do Governo Federal Sem Opção de Venda (EGF/SOV), nos termos da Resolução nº 2.432, de 13.10.97, aos beneficiadores, indústrias e cooperativas de produtores rurais que beneficiem ou industrializem arroz, alterando-se, em conseqüência, o disposto na alínea "a" do inciso IV do art. 2º da referida Resolução, que passa a vigorar com a

seguinte redação:

"Art. 2º Os créditos de que trata o artigo anterior ficam sujeitos aos seguintes limites por beneficiário/safra, segundo a respectiva categoria e o produto.

IV beneficiadores, indústrias e cooperativas de produtores rurais que beneficiem ou industrializem o produto mediante comprovação da aquisição da matéria-prima, diretamente de produtores ou suas cooperativas, por preço não inferior ao mínimo divulgado pela Companhia Nacional de Abastecimento (CONAB): algodão, alho, amendoim, arroz, canola, castanha de caju, cera de carnaúba, farinha e fécula de mandioca, girassol, guaraná, juta/malva, mamona, milho, sisal e trigo: até o limite de 50% (cinqüenta por cento) da capacidade de industrialização/transformação, durante o período operacional (contratação e vencimento do EGF).

.....".

Art. 4º O Banco Central do Brasil:

I definirá condições simplificadas para cadastramento de todas as operações de desconto no sistema Registro Comum de Operações Rurais (RECOR);

II fica autorizado a baixar as instruções necessárias à implementação do disposto nesta Resolução.

Art. 5º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Resolução nº 2495, *de 7 de maio de 1998, do Banco Central do Brasil*

Dispõe sobre inclusão do evento chuva, ocorrido na fase de colheita da lavoura de trigo, entre as causas de cobertura do Programa de Garantia da Atividade Agropecuária (Proagro), e implementação de Banco de Dados mais eficiente e outras providências:

Art. 1º Admitir que as perdas ocasionadas pelo evento chuva na fase de colheita da lavoura de trigo sejam passíveis de cobertura pelo Programa de Garantia da Atividade Agropecuária (Proagro), observadas as seguintes condições:

I causa de cobertura: chuvas na fase de colheita da lavoura de trigo que, durante um período de 5 (cinco) dias consecutivos, acumulem precipitação pluviométrica superior a 50 mm (cinqüenta milímetros);

II empreendimento amparado: lavoura de trigo (irrigada ou de sequeiro), em todo o território nacional;

III alíquota de adicional:

lavoura irrigada: 2% (dois por cento);

lavoura de sequeiro: 5% (cinco por cento);

IV o adicional de 5% (cinco por cento) previsto na alínea "b" do inciso anterior fica reduzido para 4% (quatro por cento), quando o beneficiário optar pela utilização da técnica de "plantio direto".

Parágrafo único. As condições estabelecidas nos incisos III e IV deste artigo não se aplicam aos enquadramentos vinculados ao Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf), ao Programa Especial de crédito para a Reforma Agrária (Procera) e aos Fundos Constitucionais/ "Programa da Terra", de que trata a Portaria Interministerial nº 218, de 27.08.92, que continuam sujeitos às normas dos arts. 3º, inciso IV, da Resolução nº 2.321, de 09.10.96, e 3º., inciso I, da Resolução nº 2.294, de 28.06.96, com a redação dada pelos arts. 5º e 6º, respectivamente, da Resolução nº 2.422, de 10.09.97.

Art. 2º Estender as condições previstas no art. 1º. desta Resolução as operações de trigo já enquadradas no PROAGRO, referentes à safra de inverno de 1998, mediante aditivo ao instrumento de crédito e pagamento complementar, sem qualquer acréscimo, de valor correspondente à diferença verificada entre as alíquotas de adicional inicialmente contratada e a estabelecida no art. 1º, incisos III e IV, desta Resolução.

Parágrafo único. A formalização do aditivo de que trata este artigo poderá ser efetuada a critério do beneficiário, no prazo máximo de 60 (sessenta) dias contados da publicação desta Resolução.

Art. 3º Fica o Banco Central do Brasil autorizado a baixar as normas e adotar as medidas julgadas necessárias à execução do disposto nesta Resolução, inclusive quanto ao envio de dados relativos às comunicações de perdas (MCR Documento nº 18) ao Ministério da Agricultura e do Abastecimento, bem como atualizar o Manual do Crédito Rural (MCR), promovendo as adequações necessárias.

Art. 4º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 5º Ficam revogados o inciso I e o parágrafo 1º do art. 1º da Resolução nº 2.370, de 03.04.97.

Resolução nº 2497, *de 8 de maio de 1998, do Banco Central do Brasil*

Estabelece condições para financiamento da nova fase do Programa de Recuperação da Lavoura Cacaueira Baiana, a partir de 1998, destinado à recomposição da lavoura com vistas ao combate à doença "vassoura-de-bruxa".

Art. 1º Estabelecer as seguintes condições destinadas à implementação da nova fase do Programa de Recuperação da Lavoura Cacaueira Baiana de que trata a Resolução nº 2.165, de 19.06.95, mantidas inalteradas as demais condições:

I – beneficiários: produtores de cacau das regiões baianas atingidas pela doença denominada "vassoura-de-bruxa" com ou sem financiamentos anteriormente concedidos ao amparo do Programa;

II – volume de recursos: montante de R$367.000.000,00 (trezentos e sessenta e sete milhões de reais), sendo que:

na primeira fase (1998/2000), utilizar-se-á o saldo de cerca de R$ 220.000.000,00 (duzentos e vinte milhões de reais) dos recursos comprometidos com o Programa;

na segunda fase, avaliar-se-á a conveniência de aporte adicional de recursos, ponderados os resultados obtidos;

III – fontes e destinação dos recursos: em relação ao montante do inciso anterior, deve-se observar as seguintes participacoes percentuais das fontes e correspondentes destinações:

25% (vinte e cinco por cento) do Fundo Constitucional de Financiamento do Nordeste (FNE), destinados a miniprodutores;

15% (quinze por cento) do Tesouro Nacional, destinados a pequenos produtores;

60% (sessenta por cento) do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), destinados a médios e grandes produtores;

IV – encargos financeiros:

miniprodutor: os usuais do FNE;

pequeno produtor: Taxa de Juros de Longo Prazo (TJLP) acrescida de taxa efetiva de juros de 4% a.a. (quatro por cento ao ano);

médio e grande produtores: TJLP acrescida de taxa efetiva de juros de 6% a.a. (seis por cento ao ano);

V – itens financiáveis: enxertia dos cacaueiros com variedades tolerantes e a recomposição do "stand", com essas varieda-

des, para uma população de 1.100 (um mil e cem) plantas de cacau por hectare, admitindo-se, ainda, no primeiro ano da atual fase do Programa, financiamento para o sistema anterior de controle da "vassoura-de-bruxa", para o nível 1 de infestação, e para práticas de pré-enxertia para os níveis 2 e 3, com base em projeto específico da Comissão Executiva do Plano da Lavoura Cacaueira (CEPLAC) e dentro do limite de 50% (cinqüenta por cento) da área com lavoura de cacau;

VI – contratação: em qualquer época, em função das disponibilidades de recursos e da indicação técnica de cada projeto, sendo que tais contratações devem ocorrer a cada 2 (dois) anos, com liberações anuais para os investimentos e respectivas manutenções;

VII – cronograma de reembolso:

carência de 2 (dois) anos a partir da liberação; b) 2 (duas) parcelas anuais, vencíveis nos meses de julho e janeiro de cada ano – a primeira em julho de 2000 e a última em janeiro de 2008 –, num total de 16 (dezesseis), de valor anual equivalente a 1/8 (um oitavo) do saldo devedor, sendo que os pagamentos das parcelas vencíveis em janeiro corresponderão, sempre, a 70% (setenta por cento) e as vencíveis em julho a 30% (trinta por cento) do valor anual;

VIII – garantia: de livre convenção entre financiado e financiador, recomendando-se a adoção, inclusive nas operações com risco dos Tesouros Nacional e Estadual, do princípio da garantia evolutiva, consistente na agregação de valor ao imóvel a partir da incorporação de benfeitorias permanentes ao mesmo;

IX – risco operacional:

do agente financeiro, nas operações integralmente enquadradas nas respectivas instruções normativas;

do Tesouro do Estado da Bahia, nas operações formalizadas pelo Banco do Brasil S.A., as quais, apesar de não perfeitamente ajustadas às normas daquele agente financeiro, sejam estratégicas para o controle da enfermidade, respeitado o limite de até 12% (doze por cento) da soma dos recursos originários do Tesouro Nacional e do BNDES, conforme o inciso III acima;

do Tesouro Nacional, nas operações formalizadas pelo Banco do Brasil S.A., as quais, apesar de não perfeitamente ajustadas às normas daquele agente financeiro, sejam estratégicas para o controle da enfermidade, respeitado o limite de, no máximo, 68% (sessenta e oito por cento) do montante a ser aplicado por aquele Banco.

Parágrafo único. No caso de beneficiários de financiamentos anteriores sob a égide do Programa que aderirem às novas práticas recomendadas, os saldos devedores de suas operações serão incorporados aos financiamentos formalizados nos termos desta Resolução e reescalonados de acordo com as condições de carência e cronograma de reembolso estabelecidos neste artigo.

Art. 2º Não será admitida a assunção de riscos pelos Tesouros Nacional e Estadual nos seguintes casos:

I – comprovada a incapacidade de pagamento do mutuário, considerados a manutenção familiar e o endividamento total correspondentes;

II – financiamento sem respaldo em garantias hipotecárias.

Art. 3º A contratação de operações com risco dos Tesouros Nacional e Estadual depende de seu enquadramento nas condições estabelecidas pelo Grupo de Supervisão Geral (GS) e Comitê Executivo, objetos da Portaria Interministerial nº 582, de 27.09.96, atualizada pela de nº 384, de 22.09.97.

Art. 4º Ficam as instituições financeiras autorizadas a considerar em curso normal, até 31.10.98, as operações anteriormente formalizadas ao amparo do Programa.

Art. 5º Deverá ser dispensada prioridade ao atendimento dos mutuários de operações formalizadas nas fases anteriores do Programa.

Art. 6º Fica o Banco Central do Brasil autorizado a baixar as normas que se fizerem necessárias à execução do disposto nesta Resolução.

Art. 7º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Resolução nº 2.498, *13 de maio de 1998, do Banco Central do Brasil*

Dispõe sobre condições aplicáveis aos financiamentos ao amparo do Programa Especial de crédito para a Reforma Agrária (Procera).

Art. 1º Estabelecer as seguintes condições complementares aplicáveis aos financiamentos ao amparo do Programa Especial de crédito para a Reforma Agrária (Procera):

I – admitir que os dispêndios previstos como despesas de custeio do primeiro ano de produção agrícola, até o limite de R$2.000,00 (dois mil reais), sejam incluídos no primeiro crédito para investimento, hipótese em que:

o limite do crédito de investimento, de R$7.500,00 (sete mil e quinhentos reais), fica acrescido do montante correspondente aos dispêndios previstos para custeio;

os reembolsos das parcelas pertinentes a despesas de custeio dar-se-ão juntamente com as de investimento;

II – permitir que a taxa de juros efetivos de 6,5% a.a. (seis inteiros e cinco décimos por cento ao ano), de que trata o art. 1º. da Resolução nº 2.445, de 26.11.97, seja aplicada, a partir de 27.11.97, às operações anteriormente formalizadas;

III – admitir a concessão de Empréstimo do Governo Federal Sem Opção de Venda (EGF/SOV), ao amparo de recursos orçamentários do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra), a agroindústrias, beneficiadoras e cooperativas, dos assentados, que beneficiem ou industrializem a produção desses agricultores, observadas as seguintes condições específicas e as gerais aplicáveis às operações da espécie que com estas não conflitarem:

a) produtos: algodão, mamona, mandioca (derivados), milho, sisal, soja e outros produtos integrantes da Política de Garantia de Preços Mínimos (PGPM), desde que comprovadamente adquiridos diretamente dos produtores ou de suas cooperativas por preço não inferior ao mínimo;

b) prazos: de 180 a 240 dias, conforme o produto, segundo a regulamentação geral em vigor;

c) limite de crédito: até o valor total da produção, apurado com base no respectivo preço mínimo;

d) juros: efetivos de 6,5% a.a. (seis inteiros e cinco décimos por cento ao ano);

e) garantias: o produto vinculado, admitindo-se sua substituição por títulos representativos da venda da mercadoria processada/industrializada.

Art. 2º Fica o Incra autorizado a adotar as medidas operacionais indispensáveis à implementação do disposto nesta Resolução.

Art. 3º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

1 Devido a sua extensão, deixamos de divulgar os anexos que detalham as alterações efetuadas.

FUNDAÇÃO
GETULIO VARGAS

CONJUNTURA ECONÔMICA

Prezado Leitor,

Conjuntura Econômica, está instituindo o serviço ***Conjuntura Express***, mediante o qual nossos leitores receberão seus exemplares no prazo de 24 a 48 horas após a impressão e sem nenhum acréscimo sobre o preço de capa (R$7,50).

Para confirmar sua adesão a este serviço, basta enviar-nos o cupom abaixo.

À Editora da FGV

Praia de Botafogo, 190 — 6º andar
22253-900 — Rio de Janeiro — RJ
Fax (021) 536-9155

CONJUNTURA ECONÔMICA

Desejo receber *Conjuntura Express* pelo preço de R$90,00 cada assinatura anual.

Forma de pagamento escolhida:

[ ] cheque nominal à Fundação Getulio Vargas, em anexo;

[ ] ficha de compensação bancária

[ ] cartão de crédito _____ nº _____ válido até _____ / _____

Empresa: _____

Nome: _____

Endereço: _____

CEP: _____ Cidade: _____ UF: _____

Telefone: (___) _____ Fax: (___) _____

Assinatura _____ data ___ / ___ / ___

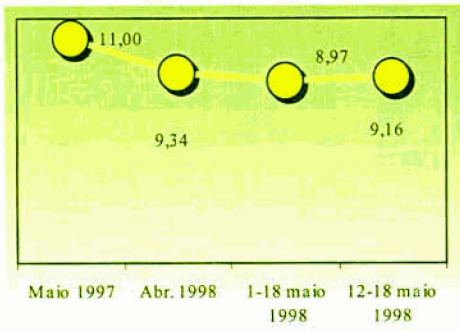
Mercado externo

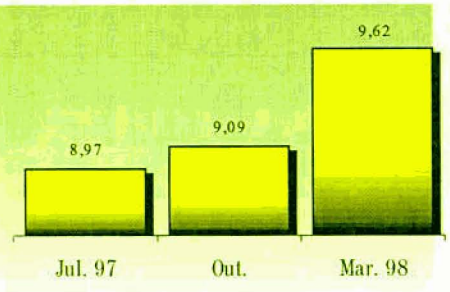
ELIANA LEITE E CARLOS COGO*

As previsões de mercado foram feitas em 25 de maio último e refletem as expectativas dos analistas em relação aos preços de junho de 1998.

Média dos primeiros futuros | *Futuros* | *Tendência* | *Fatores ponderáveis*

Açúcar

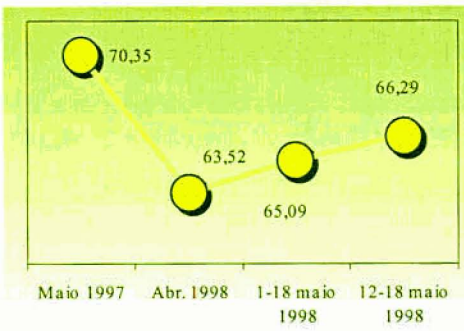


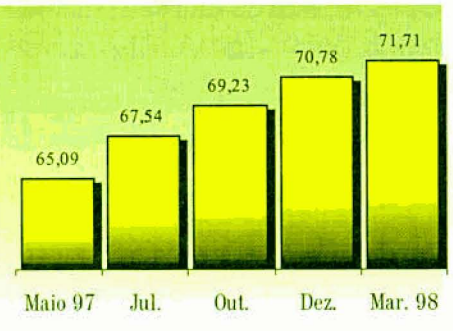


US¢/lb.-peso mundial branco

A projeção para 1998/99 é de baixa. Menores preços regulam a produção. A falta de compras da Rússia e a instabilidade política na Indonésia podem reduzir a demanda. Os preços só subirão no 2° semestre se houver queda na produção da Índia.

Algodão

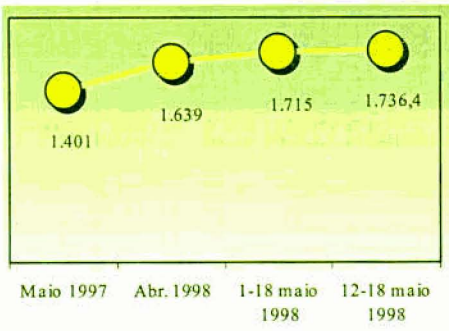


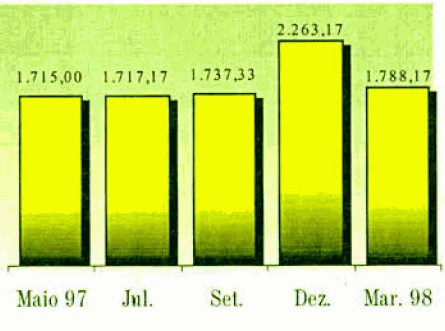


1-1/16" US¢/lb.-peso

A possível redução de 6% na área plantada nos EUA poderá exercer efeito altista nas cotações futuras. Além disso, pesa a expressiva quebra de safra na Argentina e Paraguai, por conta das excessivas chuvas na região.

Cacau

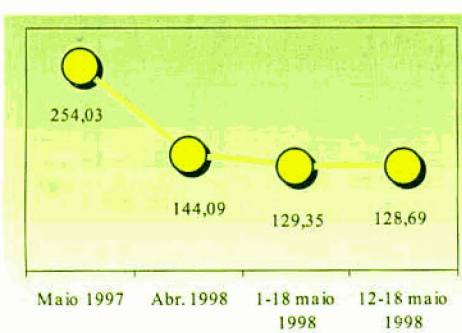


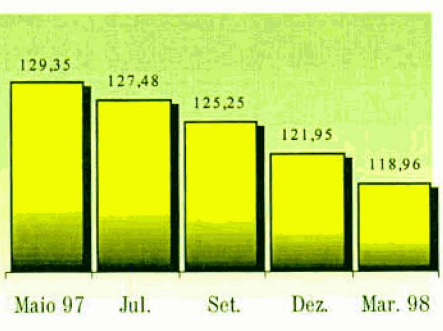


Bahia US$/t

O mercado atravessa fase altista e a perspectiva é que esta tendência continue a predominar já que o consumo está aquecido e a produção agrícola mundial enfrenta sérias dificuldades estruturais em função de doenças.

Café

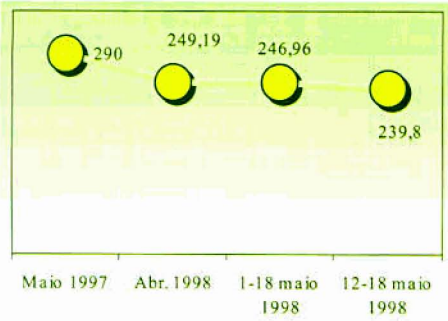


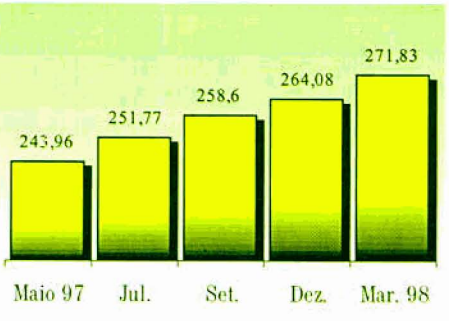


Contrato "C" Nova York US¢/lb.-peso

O mercado continuará flutuando ao sabor do risco de uma geada. Se isso não acontecer, a tendência será de baixa. A resistência dos detentores de estoques será determinada pela eventual disponibilidade de financiamento.

Média dos primeiros futuros | *Futuros* | *Tendência* | *Fatores ponderáveis*

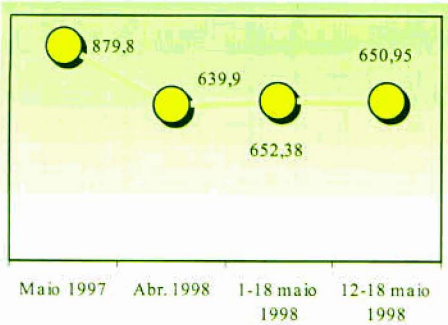


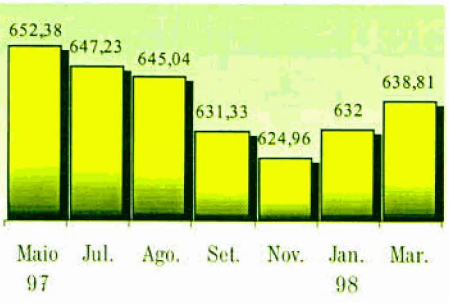


Milho

Two yellow US¢/bushel de 56lb.

Em seu balanço de oferta e demanda mundial de maio o USDA previu que o estoque final do milho será de 81 milhões de toneladas, com os EUA se ressentindo da maior competitividade da Argentina e China nas exportações.

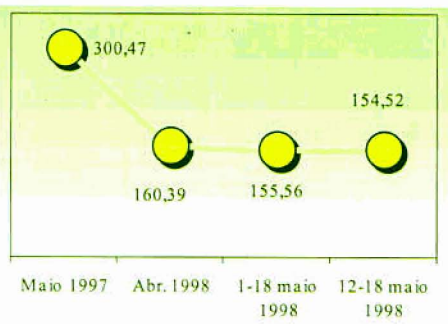


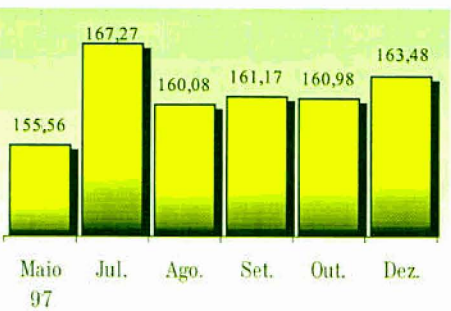


Soja

Grão one yellow US¢/bushel de 60lb.

Há boas condições para o plantio da nova safra dos EUA. Como a relação oferta/demanda de óleos vegetais está apertada, o mercado anula a tendência de baixa no grão, com a boa demanda mundial de óleo de soja.

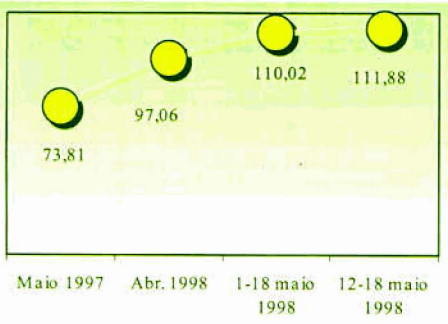




Soja

Farelo US¢/bushel de 56lb.

A forte demanda por óleo de soja aumenta a oferta de farelo no mercado mundial. Com a demanda retraída por parte dos consumidores asiáticos, a oferta ampliada mantém as cotações futuras estabilizadas.

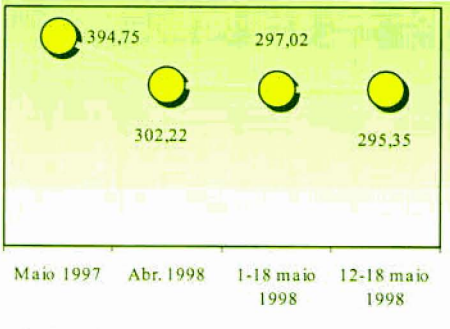


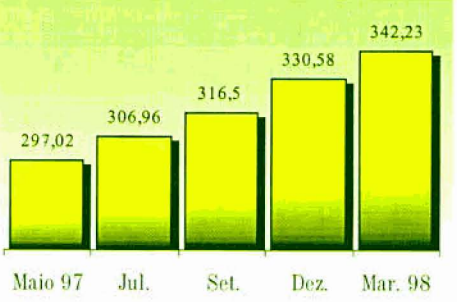


Laranja

Suco US¢/lb.-peso

O crescimento sistemático da produção de laranjas da Flórida e o conseqüente aumento do estoque do suco nos EUA não têm evitado eventuais movimentos altistas dos preços por conta do temor quanto ao ataque de pragas.





Trigo

Soft red US¢/bushel de 60lb.

As previsões de aumento nas exportações da Austrália e UE compensam em parte a redução nas safras da China, EUA e Argentina. A boa oferta e a recomposição dos estoques mundiais pressionam para baixo as cotações futuras.

Colaborou CARLOS COGO, economista da Agromercados. Fontes dos dados: Bolsas de Nova York e Chicago.

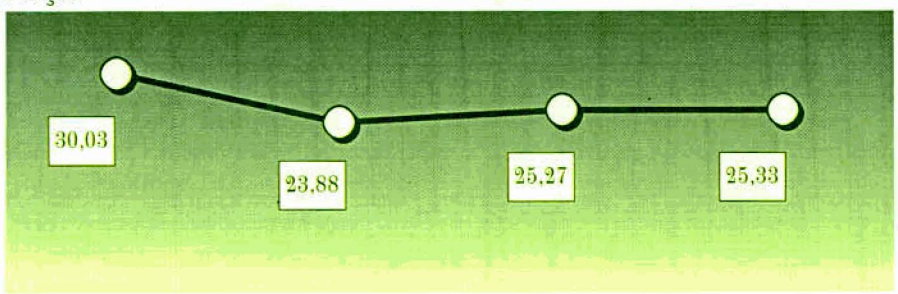
Mercado interno

ELIANA LEITE E CARLOS COGO

As previsões de mercado foram feitas em 25 de maio último e refletem as expectativas dos analistas em relação aos preços de junho de 1998. Os preços estão em valores reais, corrigidos pelo IGP-DI para abril de 1998. Os preços de maio de 1998 são nominais.

Preços | *Tendência* | *Fatores ponderáveis*

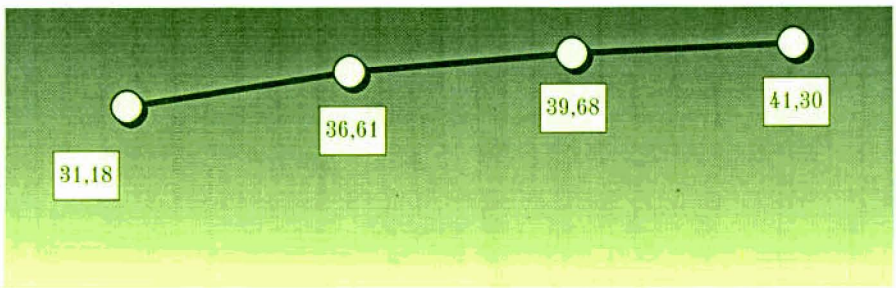
Algodão



(6) Sul do Brasil – R$/15kg disponível

A expressiva quebra de safra da Argentina e Paraguai e a decisão do Governo em intervir no mercado, através dos leilões de PEP, empurraram as cotações acima do preço mínimo nos principais estados produtores.

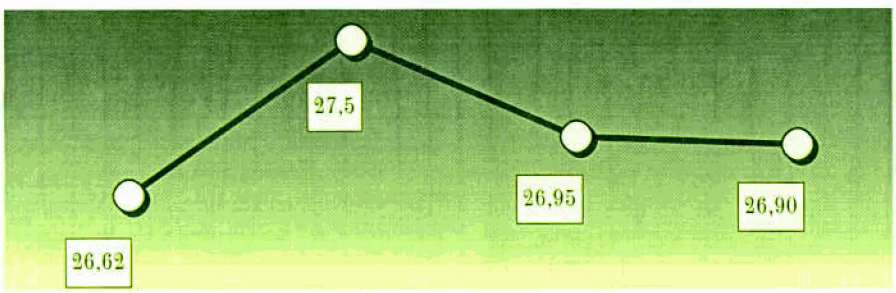
Arroz



Longo fino R$/sc. 60kg benef. t. 2

Há um grande número de fatores de alta em jogo, todos citados no texto referente ao produto nesta edição. Os preços em nível de produtor subiram a patamares muito altos e é possível que não haja espaço para novas altas.

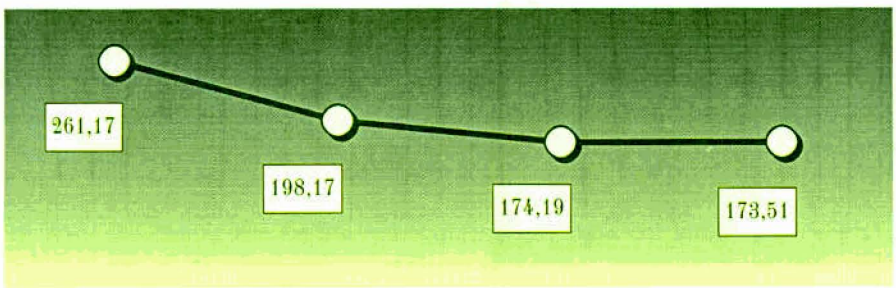
Boi



Gordo R$/arroba

As acentuadas quedas de preços da carne bovina no atacado, a oferta regular de animais para abate e as quedas nos preços do frango vivo pressionam para baixo as cotações do boi gordo em nível de produtor.

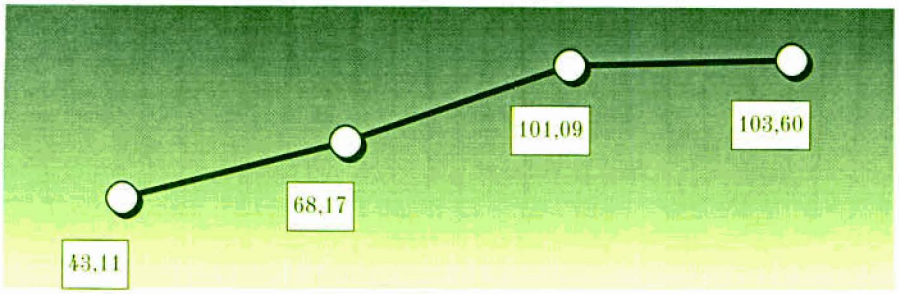
Café



tipo 6 R$/sc. 60kg arábica

Primeiros lotes da safra nova vendidos no cerrado mineiro indicam alta participação de grãos pequenos. Se isso se generalizar, poderá valorizar as peneiras mais altas e emprestar resistência aos donos de estoques frente à tendência baixista dos preços.

Preços



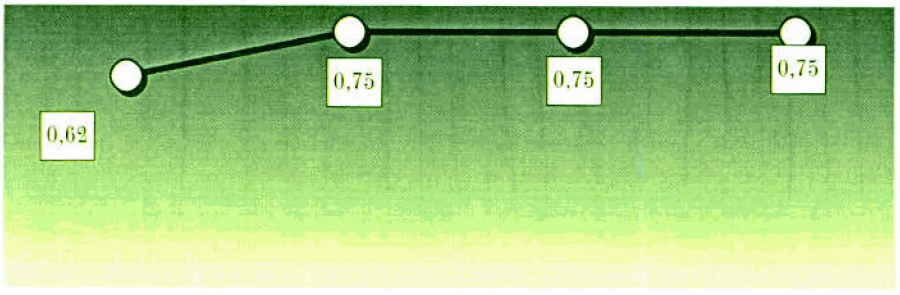
Maio 1997 | Abr. 1998 | 1-18 maio | 12-18 maio

Tendência *Fatores ponderáveis*

Feijão

Carioquinha t. 2 esp. R$/sc. 60kg

O mercado deve prosseguir aquecido até a entrada da safra da seca, tanto em função da turbulência provocada pela quebra da primeira safra quanto pela retenção do produto por parte de alguns produtores rurais.

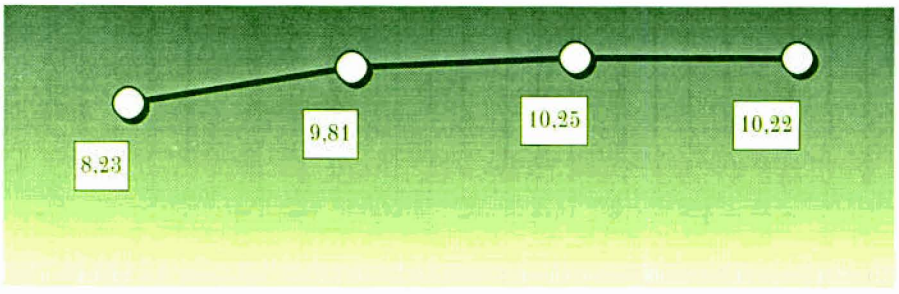


Maio 1997 | Abr. 1998 | 1-18 maio | 12-18 maio

Frango

Vivo R$/kg

A ampla oferta da carne vem dificultando o repasse dos aumentos dos custos de arraçoamento devido aos maiores preços do milho.

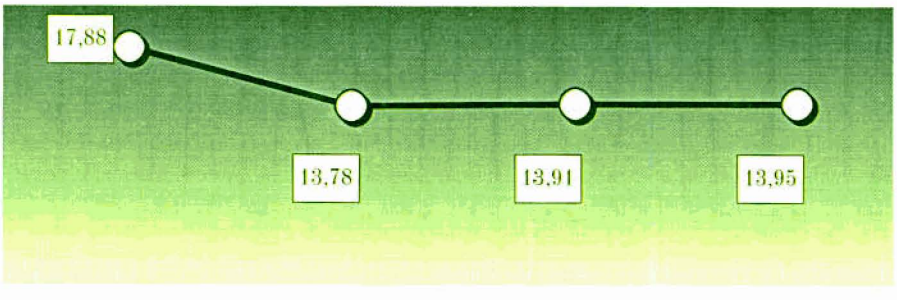


Maio 1997 | Abr. 1998 | 1-18 maio | 12-18 maio

Milho

Amarelo semiduro R$/60kg

Com a finalização da colheita no Centro-Sul, os preços do milho deverão se manter em alta até a entrada da safrinha.



Maio 1997 | Abr. 1998 | 1-18 maio | 12-18 maio

Soja

Grão industrial R$/60kg

Mesmo com a colheita encerrada em todo o país, a comercialização da safra segue em ritmo lento. Os preços domésticos estão sintonizados com as cotações externas, que continuam estabilizadas na Bolsa de Chicago.

Fontes dos dados brutos: algodão e café – BM&F; arroz, feijão, milho e soja – Bolsa de Cereais de São Paulo; boi gordo – IEA-SP; frango vivo – APA-SP.
Nota: Todos os preços referem-se ao mercado de São Paulo, capital, exceto os do boi gordo, que são de Presidente Prudente, SP.

Dando nome aos peixes

ELIZABETH KOHNERT LINHARES

O conhecimento sobre a fauna e a flora do Brasil deu seus primeiros passos em direção ao atual estágio no período colonial, com as grandes expedições pela América do Sul. As primeiras descrições fidedignas das espécies brasileiras foram realizadas por Marcgrav em 1648.

Com a teoria sobre a origem das espécies elaborada por Darwin, no século XIX, os estudos evolutivos tomaram rumos diferentes. Este foi um marco histórico importante em muitas áreas da zoologia, especialmente para os estudos ictiológicos. Até aquele período os naturalistas só haviam identificado espécies de grande porte, com expressão econômica e utilizados como alimento. Os avanços da ciência mostraram uma imensa variedade de seres ainda desconhecidos, num mundo novo de milhares de criaturas. Novas espécies continuam sendo encontradas em nosso território e ainda deve restar muito a descobrir.

A linha de pesquisa que utiliza a informática visa cumprir as metas da instituição para os estudos de recursos naturais e ambientais. Além de conhecer a distribuição, ocorrência e freqüência dos elementos florísticos e faunísticos de nosso país, era necessário armazenar e recuperar eficientemente os dados obtidos.

A pesquisa da fauna ictiológica utiliza metodologia estruturada para adquirir dados em fontes de pesquisa secundárias, ou seja, através de publicações científicas e entrevistas de especialistas do setor. As informações são recolhidas em formulários exclusivamente desenvolvidos para padronizar as variáveis selecionadas. O ambiente usado no armazenamento é o Access e o sistema foi desenvolvido para permitir a atualização constante das informações.



O Projeto Fauna Ictiológica do Brasil, atividade permanente em desenvolvimento na Gerência de Levantamentos e Sistematização de Dados sobre Recursos Naturais: Fauna e Flora atende a esta demanda cadastrando peixes do território nacional. Um levantamento realizado até novembro de 1995 detectou que residem em nossas águas ou as freqüentam 73 espécies de tubarões, 61 tipos de raias e dois de quimeras. Esses peixes são cartilaginosos e capturados em maior número em pescarias de atuns. Oferecem produtos variados como a cartilagem de tubarão, o filé de viola e de cação, o óleo de fígado rico em vitamina A, entre muitos outros conforme dados do Banco de Dados sobre a Fauna Brasileira: Cadastro da Fauna Ictiológica do Brasil.

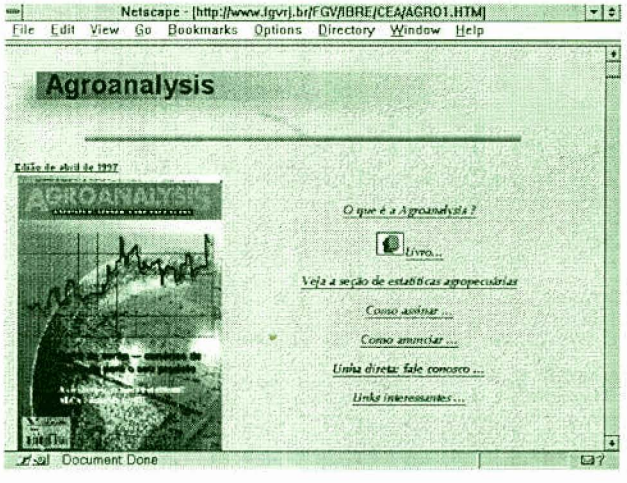
O Banco de Fauna da instituição serve ainda para subsidiar trabalhos multidisciplinares como zoneamentos ecológicos e diagnósticos ambientais. Uma outra contribuição está em reduzir as divergências e dúvidas provenientes da utilização de nomes regionais em pesquisas estatísticas.

O Projeto Fauna Ictiológica do Brasil estará disponibilizando em breve um modelo de consulta, em micro, aberta a todos os usuários e que poderá ser acessado na biblioteca geral do IBGE. Outro produto em confecção é o mapa de ocorrências de tubarões, raias e quimeras na costa brasileira, a ser elaborado em meio magnético.

Bióloga do Departamento de Recursos Naturais e Estudos do Meio Ambiente, Supervisora de Fauna da Gerência de Levantamento e Sistematização de dados sobre Recursos Naturais: Fauna e Flora do IBGE.

http://www.fgv.br/fgv/ibre/cea/agro1.htm

Para não se perder, anote o endereço de *Agroanalysis* na Internet e faça-nos uma visita.



Estatística agropecuária

Agribusiness

Entrevistas

Estudos conjunturais

Legislação agrícola

Oferta e demanda

e mais

Como assinar, como anunciar, linha direta e as análises e opiniões dos técnicos do Centro de Estudos Agrícolas do Instituto Brasileiro de Economia da FGV.

e-mail: editora@fgv.br

NO AGRIBUSINESS, LER É FUNDAMENTAL AOS NEGÓCIOS.



Agroanalysis é a única revista de economia agrícola produzida por um centro de estudos econômicos. É indispensável para quem precisa compreender a economia brasileira.

Mario Henrique Simonsen

Sou leitor de *Agroanalysis*, de agora e de antes. Quando a publicação se interrompeu, ficou um vazio nunca preenchido por outras revistas. Informação tem valor; só percebemos quando precisamos dela e não a temos.

José Graziano da Silva

Assine Agroanalysis, a leitura indispensável.

Opções de pagamento

❑ Cheque nominal à Fundação Getulio Vargas, anexo
❑ Depósito bancário na conta nº 55.597.036-1 do Banco do Brasil — Agência 0287-9 (enviar cópia do comprovante à FGV)
❑ Cartão de crédito

Solicito

❑ Assinatura anual (12 edições) nova de *Agroanalysis* no valor de **R$ 55,00**
❑ Renovação de assinatura anual (consulte nossa Central de Atendimento para obter desconto especial)
❑ Alteração de dados cadastrais

Nome .....

Empresa .....

Ramo de atividade .....

Função na empresa .....

Endereço .....

CEP ..... Cidade ..... Estado .....

DDD ..... Telefone ..... Fax .....

Data ..... / ..... / ..... Assinatura .....

Cartão de crédito (preencher, caso tenha sido a opção escolhida)

Cartão nº ..... validade .....

CH

Central de Atendimento ao Assinante
— Tel: (021) 536-9196 — Fax: (021) 551-0948